

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2016-2020



FACULDADE
ILAPEO

SUMÁRIO

I. DA APRESENTAÇÃO	7
II. DA IDENTIFICAÇÃO	8
1. DA MANTENEDORA	8
1.1. Dirigente Principal da Mantenedora.....	8
1.2. Finalidades	8
2. DA MANTIDA.....	9
2.1. Perfil Institucional	9
2.2. Dirigente Principal da Mantida	9
2.3. Histórico	9
2.4. Organograma Institucional	11
2.5. Contexto e Inserção Regional da IES	11
2.6. Cenário da Infraestrutura	18
2.7. Cenário Cultural e Turístico	20
2.8. Cenário Geográfico.....	23
2.9. Cenário da Saúde.....	25
2.10. Cenário Educacional	34
3. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA DA FACULDADE ILAPEO	41
3.1. Identidade Estratégica	41
3.2. Objetivos	43
III. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES NA VIGÊNCIA DO PDI	44
1. A MISSÃO E O PDI	44
2. O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO	45
3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL	46
4. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	47
5. GESTÃO DO CORPO SOCIAL	48
6. A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO DA FACULDADE ILAPEO.....	49
7. A INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA	50
8. O PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	51
9. O ATENDIMENTO AOS DISCENTES	52
10. A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	52
IV. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	54
1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS.....	54
2. PLANO PARA ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS	54
2.1. Perfil de Egresso.....	54
2.2. Seleção de conteúdos	56
2.3. Princípios Metodológicos.....	57
2.4. Processo de avaliação do ensino-aprendizagem.....	58
2.5. Inovações Acadêmicas e Flexibilização Curricular.....	59
2.6. Atividades Práticas e Estágios Curriculares	59
2.7. Avanços Tecnológicos	59
2.8. Desenvolvimento de material didático-pedagógico	60
2.9. Integralização Curricular	61
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	69
3.1. Políticas para o Ensino.....	70

3.2.	Política para Pesquisa	72
3.3.	Política para a Iniciação Científica	73
3.4.	Política para a Extensão	73
3.5.	Política para a Organização e a Gestão	74
3.6.	Política para a Gestão de Pessoas	75
3.7.	Política para a Comunicação	80
3.8.	Responsabilidade social da instituição	81
V.	CURSOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS	85
1.	RELAÇÃO DOS CURSOS E PROGRAMAS EXISTENTES	85
1.1.	Cursos de graduação ofertados	85
1.2.	Cursos e programas de pós-graduação ofertados	85
2.	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS E PROGRAMAS.....	86
2.1.	Programação de abertura de cursos de Graduação	86
2.2.	Programação de abertura de cursos de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu	86
2.3.	Atividades de Extensão	86
2.4.	Programação de Programas de Pesquisa	87
2.5.	Programas de Iniciação Científica	88
VI.	CORPO SOCIAL	89
1.	CORPO DOCENTE.....	89
1.1.	Requisitos de Titulação e Regime de Trabalho	89
1.2.	Experiência Acadêmica e profissional na área de formação	90
1.3.	Plano de Carreira Docente	91
1.4.	Crêterios de seleção e contratação	92
1.5.	Qualificação e Capacitação	93
1.6.	Procedimentos para Substituição Docente	93
1.7.	Cronograma de expansão do corpo docente	94
2.	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	95
2.1.	Crêterios de Seleção e Contratação	95
2.2.	Qualificação e Capacitação Profissional	95
2.3.	Plano de Carreira e Regime de Trabalho	96
2.4.	Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo	96
3.	CORPO DISCENTE	96
3.1.	Formas de acesso	96
3.2.	Programas de Apoio ao Discente	97
3.3.	Organização estudantil	100
3.4.	Acompanhamento dos egressos	100
3.5.	Ouvidoria	101
3.6.	Registros Acadêmicos	101
VII.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	103
1.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	103
2.	ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO	103
2.1.	Conselho Superior - CONSU	104
2.2.	Colegiados de Curso	106
3.	ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS	106
4.	AUTONOMIA DA IES EM RELAÇÃO À MANTENEDORA.....	107
5.	RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS ..	108

6. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.	108
6.1. Metodologia utilizada no processo de autoavaliação	109
6.2. Formas de participação da comunidade acadêmica.....	109
6.3. Formas de utilização dos resultados das avaliações.....	110
6.4. Composição da CPA	110
VIII. INFRAESTRUTURA	111
1. INFRAESTRUTURA FÍSICA GERAL	111
2. INFRAESTRUTURA ACADÊMICA	112
2.1. Instalações para as coordenações dos cursos	112
2.1. Instalações administrativas	112
2.2. Auditório	112
2.3. Salas de Aulas	113
2.4. Instalações Sanitárias	113
2.5. INFRAESTRUTURA DE SERVIÇO.....	114
2.6. Recursos Audiovisuais e Multimídia	114
2.7. Laboratórios	114
2.8. Relação equipamentos	116
2.9. Inovações Tecnológicas Significativas	117
2.10. Biblioteca	117
3. PLANO DE ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	123
IX. PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO	126
1. POLÍTICA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	126
2. ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	127
X. VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO PDI	129
1. METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO.....	129
2. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PDI.....	129
XI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Dados demográficos dos municípios beneficiados pelo curso, Região Metropolitana de Curitiba.	13
Tabela 2 – Dados socioeconômicos do Brasil, Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, 2012.....	14
Tabela 3 – Distribuição dos domicílios do Brasil, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, por classes sociais, 2012.	15
Tabela 4 – Distribuição do potencial de consumo em educação, RM de Curitiba, por classes sociais, 2012.....	16
Tabela 5 – Produto interno bruto (PIB x R\$ 1.000,00), municípios da RM de Curitiba, 2009.	17
Tabela 6 – Índice potencial de consumo, consumo per capita urbano e rural do Brasil, Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, 2012.	17
Tabela 7 – Proporção de domicílios por tipo de abastecimento de água, Paraná e RM de Curitiba, 2010.	26
Tabela 8 – Proporção de moradores por tipo de instalação sanitária, Paraná e RM de Curitiba, 2010.	27
Tabela 9 – Proporção de domicílios por tipo de destino do lixo, Paraná e RM de Curitiba, 2010.	28
Tabela 10 – Perfil dos Serviços de Saúde do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba.	31
Tabela 11 – Matrículas da educação básica – Brasil, 2009-2011.	34
Tabela 12 – Matrículas no ensino médio, no Brasil e Região Sul, 2010 a 2012.	35
Tabela 13 – População em idade escolar, Estado do Paraná, Região Sul e Brasil, 2010.	35
Tabela 14 – Taxa de Escolarização, Estado do Paraná, Região Sul e Brasil, 2011.	36
Tabela 15 – Escolaridade média da população, Estado do Paraná, Região Sul e Brasil, 2011.	36
Tabela 16 – Matrículas iniciais na educação básica, municípios da Região Metropolitana de Curitiba e Estado, 2011.	37
Tabela 17 – Matrículas Ensino Superior - Brasil, Região Sul e Paraná – 2011.	39
Tabela 18 – Número de cursos superiores presenciais, segundo a região e Brasil – 2008-2011.....	40
Tabela 19 – Dados Gerais do Ensino Superior no Estado do Paraná, 2011.	40
Tabela 20 – Relação vagas, candidatos e ingressos, CST em Radiologia – Censo 2011.	41
Tabela 21 – Objetivos, metas e ações da missão e o PDI.	44
Tabela 22 – Objetivos, metas e ações do ensino, pesquisa e extensão.	45
Tabela 23 – Objetivos, metas e ações da responsabilidade social.	46
Tabela 24 – Objetivos, metas e ações da comunicação com a sociedade.	47
Tabela 25 – Objetivos, metas e ações da gestão do corpo social.	48
Tabela 26 – Objetivos, metas e ações da organização e gestão.	49
Tabela 27 – Relações, metas e ações da infraestrutura física e tecnológica.....	50
Tabela 28 – Objetivos, metas e ações do planejamento e avaliação.....	51
Tabela 29 – Objetivos, metas e ações do atendimento aos discentes.....	52
Tabela 30 – Objetivos, metas e ações da sustentabilidade financeira.	53
Tabela 31 – Diretrizes permeiam o trabalho efetivo discente.	63
Tabela 32 – Cursos de graduação ofertados.	85
Tabela 33 – Cursos de pós-graduação ofertados.....	85
Tabela 34 – Cursos de graduação para expansão.	86
Tabela 35 – Cursos de pós-graduação para expansão.	86
Tabela 36 – Cursos de extensão para expansão.	87
Tabela 37 – Cronograma de ampliação do quadro docente.....	94
Tabela 38 – Cronograma de ampliação do corpo técnico-administrativo.	96
Tabela 39 – Infraestrutura física geral.	111
Tabela 40 – Instalações para as coordenações de cursos.	112
Tabela 41 – Instalações administrativas.....	112
Tabela 42 – Salas de aulas.....	113
Tabela 43 – Instalações Sanitárias.	113
Tabela 44 – Plano de expansão dos recursos audiovisuais e multimídia.	114
Tabela 45 – Plano de expansão dos equipamentos de informática.	115
Tabela 46 – Plano de expansão dos laboratórios.	116
Tabela 47 – Descrição dos colaboradores da Biblioteca.	118
Tabela 48 – Horário de funcionamento da Biblioteca.	119
Tabela 49 – Quantidade de volumes e exemplares do acervo existente na Biblioteca, 2018.....	120
Tabela 50 – Quantidade por tipo de acervo existente na Biblioteca, 2018.....	121
Tabela 51 – Base de dados disponíveis pela Biblioteca.	121
Tabela 52 – Cronograma de implantação do PDI.	129

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Organograma Institucional da Faculdade Ilapeo.	11
Gráfico 2 – Evolução do contingente populacional de Curitiba 1872-2010.	14
Gráfico 3 – Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's, no Estado do Paraná, 2004-2013.	32
Gráfico 4 – Valores transferidos aos CEO's, fundo a fundo, no Estado do Paraná, 2004-2013.	32
Gráfico 5 – Número de Municípios atendidos por CEO's, Estado do Paraná, 2004-2013.	33
Gráfico 6 – Número de Equipes de Saúde bucal implantadas, Curitiba, 2002-2013.	33

Índice de Figuras

Figura 1 – Região Metropolitana de Curitiba.	12
---	----

I. DA APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade Ilapeo será um importante e indispensável instrumento de gestão que à luz da missão institucional, valores e princípios, da visão e dos compromissos que serão assumidos com a sociedade contemporânea demarca o futuro que almeja edificar e consolidar. Apresenta os objetivos, metas e ações delineadas para a Instituição no período de cinco anos, vigorando a partir do seu credenciamento, priorizando a qualidade acadêmica e a sustentabilidade.

Para sua elaboração foi constituída uma comissão de implementação que após seu credenciamento será responsável também pela execução do PDI, contando com a larga experiência do mantenedor no ensino de pós-graduação. Por outro lado, a construção deste documento, obedeceu aos dispositivos legais que regem a educação superior.

"O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção". Paulo Freire

Destaca-se que o PDI em pauta tem sua vigência de 2016 a 2020, considerando o credenciado como Faculdade ILAPEO, de acordo com a Portaria MEC nº 357 de 5 de maio, publicada no DOU em 6 de maio de 2016.

II. DA IDENTIFICAÇÃO

O Mantenedor da Faculdade Ilapeo – ILAPEO, o Instituto Latino Americano de Pesquisa e Ensino Odontológico – ILAPEO LTDA., está inscrito no CNPJ sob o nº 07.059.864/0001-28 e seu contrato social encontra-se registrado na Junta Comercial do Paraná, sob nº. 20124617565, Protocolo nº. 12/4611756-5, de 28/06/2012.

1. DA MANTENEDORA

Mantenedora	Instituto Latino Americano de Pesquisa e Ensino Odontológico – ILAPEO Ltda.			
CNPJ:	07.059.864/0001-28			
End.:	Rua Jacarezinho			Nº: 656
Bairro:	Mercês	Cidade:	Curitiba	CEP: 80710-150 UF: PR
Fone:	(41) 3595-6000		Fax:	(41) 3595-6000
e-mail:	www.ilapeo.com.br			

1.1. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA

Nome:	Clemilda Jesus Rodrigues de Paula Thomé		
Cargo	Diretora Geral		
Fone:	(41) 3595-6012	Fax:	
e-mail:	jbecker@ilapeo.com.br		

1.2. FINALIDADES

O Instituto Latino Americano de Pesquisa e Ensino Odontológico – ILAPEO mantenedor da Faculdade Ilapeo para a concretização de seus objetivos, tem como finalidades:

- ✓ promover o ensino superior com excelência em todos os graus e modalidades, formando profissionais qualificados nos diferentes campos do conhecimento e por consequência contribuindo para o desenvolvimento do País;
- ✓ incentivar o trabalho de investigação e desenvolvimento de pesquisas/iniciação científica, por meio de incentivos que visam contribuir com o desenvolvimento da ciência e do conhecimento científico;
- ✓ disseminar conhecimentos culturais, científicos e técnicos que contribuam com o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

2. DA MANTIDA

2.1. PERFIL INSTITUCIONAL

Mantida:	Faculdade Ilapeo						
End.:	Rua Jacarezinho					nº:	656
Bairro:	Mercês	Cidade:	Curitiba	CEP:	80710-150	UF:	PR
Fone:	(41) 3595-6000			Fax:	(41) 3595-6000		
E-mail:	ilapeo@ilapeo.com.br						
Site:	www.ilapeo.com.br						

2.2. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTIDA

Nome:	Clemilda Jesus Rodrigues de Paula Thomé		
Cargo	Diretora Geral (DG)		
Fone:	41-3595-6012	e-mail:	jbecker@ilapeo.com.br

Nome:	Geninho Thomé		
Cargo	Diretor de Inovação e Desenvolvimento (DIF)		
Fone:	41-35956031	e-mail:	drgt@neodent.com.br

Nome:	Ana Cláudia Moreira Melo Toyofuku		
Cargo	Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE)		
Fone:	41-33396712	e-mail:	amelo@ilapeo.com.br

Nome:	Joice Cristiane Freitas Becker		
Cargo	Diretora Administrativa e Financeira (DAF)		
Fone:	41- 35956012	e-mail:	jbecker@dss.com.br

2.3. HISTÓRICO

O Instituto Latino Americano de Pesquisa e Ensino Odontológico - ILAPEO foi criado em 2004 e está sediado à Rua Jacarezinho, 656, Mercês, CEP: 80710-150, na cidade de Curitiba – Estado do Paraná.

Em 2008, de acordo com Parecer CNE/CES Nº: 53/2008, aprovado em 12/03/2008, obteve a homologação para o Credenciamento especial do Instituto Latino Americano de Pesquisa e Ensino Odontológico – ILAPEO Ltda., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para oferta de cursos de especialização em nível de pós-graduação lato sensu em Implantodontia, Periodontia, Prótese Dental e Ortodontia, em regime presencial. Após a homologação do referido parecer, foi credenciado por meio da portaria/MEC nº 521, publicada no Diário Oficial da União de 30/04/2008.

O Instituto Latino Americano de Pesquisa e Ensino Odontológico – ILAPEO, em 2008, por meio da Portaria MEC nº 458 de 10 de abril de 2008, publicado em 11 de abril de 2008, obteve o Reconhecimento do Mestrado Profissional em Odontologia, de acordo com Parecer 28/2008 do Conselho Técnico e Científico – CTC da CAPES, homologado pelo Ministro da Educação em 14/04/2008.

Em 2012, de acordo com a Portaria MEC 1077/2012, republicada no D.O.U. 13/9/2012, Seção 1, Pág. 25, o reconhecimento pela CAPES do Mestrado Profissional em Odontologia, área de concentração Ortodontia.

Tem como finalidade, missão, política, filosofia e princípios fundamentais a organização de atividades de Pós-Graduação na área da saúde e de tecnologias ligadas a área de saúde, bem como a realização de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

Desde a sua criação, o ILAPEO propôs-se a realizar parcerias em cursos de Pós-Graduação com outras instituições de ensino superior.

Para isto, constituiu um corpo de funcionários técnico-administrativos de excelente qualificação e um corpo de professores especialistas, mestres e doutores da mais alta competência.

Esses profissionais estão aptos a criar projetos e a ministrar cursos de especialização, mestrado profissional e extensão que, pelo conteúdo, peculiaridade e carga horária, requerem professores afeitos a tal modalidade de ensino, com a perspectiva de contribuir para o fortalecimento e expansão do ensino de Pós-Graduação e de qualidade no Estado do Paraná.

Em 2012, o Instituto materializou a idealização da Faculdade ILAPEO, organizando sua estrutura física e de recursos humanos, no sentido de ampliar a qualidade do ensino ministrado na pós-graduação a uma formação sólida na graduação, tecnológica e tradicional.

Em 2016 foi credenciado como Faculdade ILAPEO, de acordo com a Portaria MEC nº 357 de 5 de maio, publicada no DOU em 6 de maio de 2016, incorporando as atividades acadêmicas e administrativas do Instituto Latino Americano de Pesquisa e Ensino Odontológico, o qual se tornou mantenedora da Faculdade.

Março de 2017 foi aprovado a alteração do Regimento da Faculdade ILAPEO pelo Conselho de Administração (CAAd).

Está previsto para o início de fevereiro de 2018 a implantação da primeira turma do curso de graduação tecnológica de Radiologia, autorizado pela Portaria MEC nº 196, de 16 de maio de 2016, publicado no D.O.U. nº 93 em 17 de maio de 2016, págs. 11 e 12.

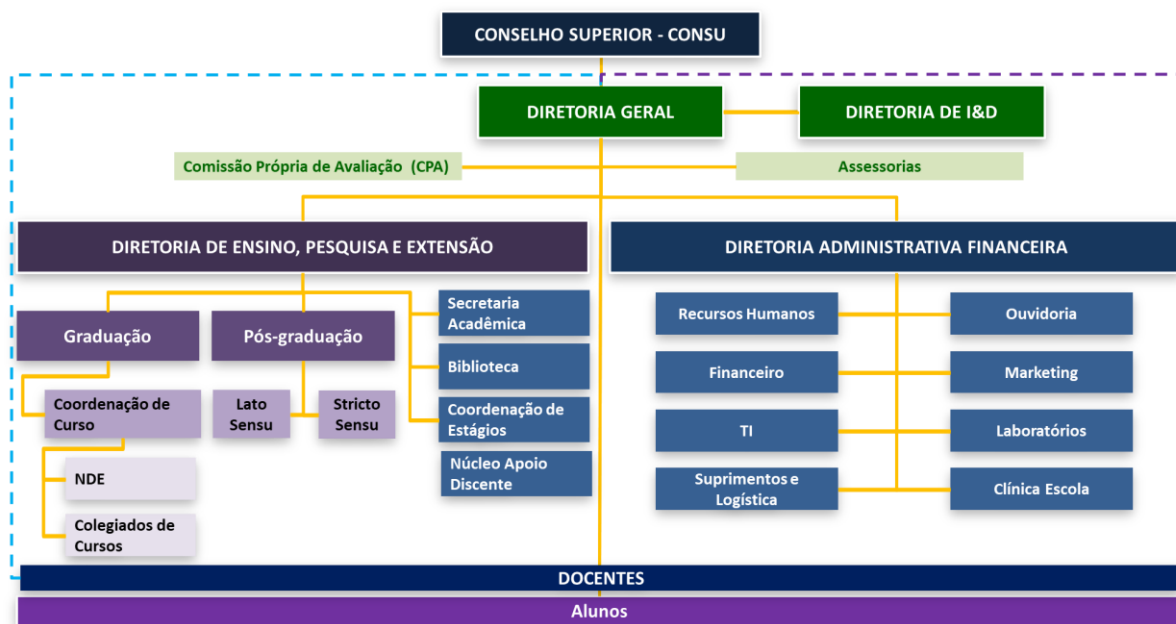
Destaca-se ainda, que em outubro de 2017 ingressamos com o pedido de autorização do curso de Odontologia no sistema e-MEC.

Atualmente temos cursos de pós-graduação *Lato sensu* nas áreas de Ortodontia, Implantodontia, Prótese Dental, Dentística e Endodontia.

2.4. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

Em conformidade com o seu Regimento a Faculdade Ilapeo apresenta a seguir seu organograma institucional e suas principais instâncias de decisão, que está detalhado no capítulo VII (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Organograma Institucional da Faculdade Ilapeo.



2.5. CONTEXTO E INSERÇÃO REGIONAL DA IES

O Estado do Paraná localiza-se na região Sul do Brasil, juntamente com os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Unidade Federativa faz fronteira com Mato Grosso do Sul (Noroeste), São Paulo (Norte) e Santa Catarina (Sul), fazendo divisa também com o Paraguai e Argentina.

O Estado possui cerca de 200 mil km², sendo que Curitiba é a cidade mais populosa. É dividido em 39 microrregiões e 10 mesorregiões, subdivididos em 399 municípios. Dentre os municípios que mais se destacam pelo contingente populacional tem-se Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Toledo, Apucarana, Arapongas e Umuarama.

O nome do Estado deriva do rio Paraná, que nasce da confluência dos Rios Paranaíba e Grande. O Rio define a fronteira a oeste do estado, fazendo divisa com o Mato Grosso do Sul e com o Paraguai.

A Faculdade Ilapeo delimita a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) ou “Grande Curitiba” como sendo sua área de influência ou abrangência.

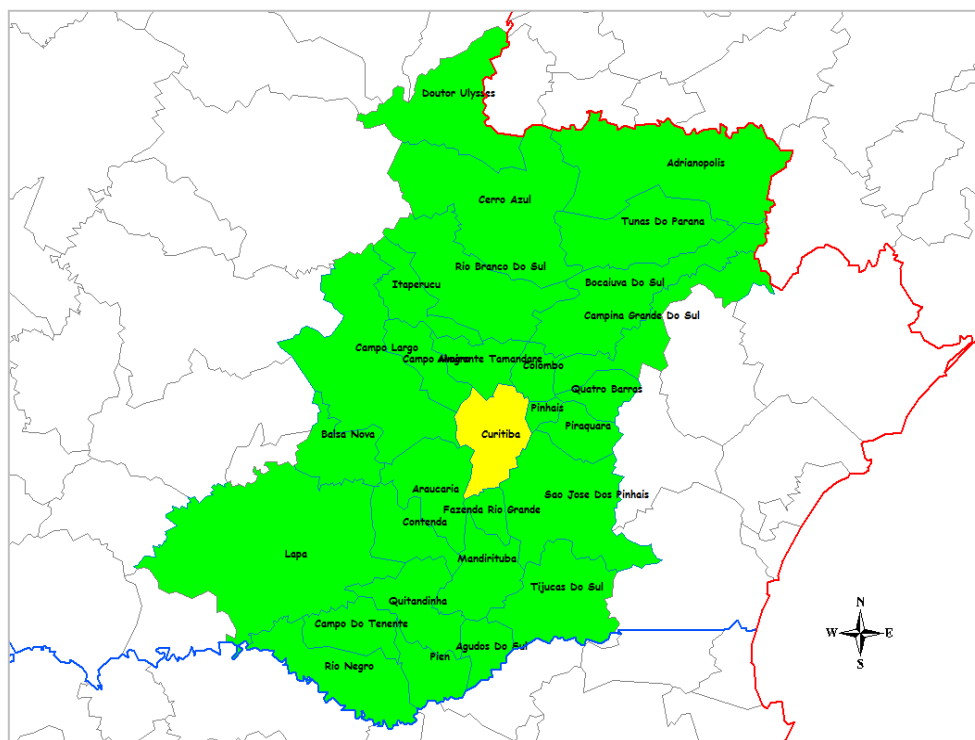
A RMC abrange 29 municípios sendo: Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio

Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tunas do Paraná, Agudos do Sul, Campo do Tenente, Pien, Quitandinha, Rio Negro e Tijucas do Sul.

O parque industrial de 43 milhões de metros quadrados na região metropolitana de Curitiba já atraiu grandes empresas como Audi, VW, Nissan, Renault, *New Holland*, Volvo, *ExxonMobil*, Sadia, *Kraft Foods*, Siemens, CSN, Gerdau, Petrobras, HSBC e Vale Fertilizantes.

A figura 1 a seguir ilustra a Região Metropolitana de Curitiba e a capital.

Figura 1 – Região Metropolitana de Curitiba.



Fonte: IPC Maps 2012.

Em 2011, o governador do Paraná sancionou projeto de lei que insere os municípios Rio Negro, Campo do Tenente e Piên na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Assim, a região passa a ter 29 cidades.

O município de Curitiba é o mais populoso da Região Metropolitana, com 54% da população da região metropolitana.

Curitiba é uma das metrópoles brasileiras mais prósperas, organizadas e com melhor qualidade de vida e exemplo mundial em soluções de urbanismo, educação e meio ambiente. Uma cidade privilegiada em modalidades de transporte, Curitiba é cortada por várias rodovias federais: BR-116, BR-376/101, BR-277, BR-476 e BR-153.

Com um PIB de U\$ 12,1 bilhões/ano (2009), tem renda per capita de aproximadamente U\$ 8 mil/ano, contra uma média nacional de U\$ 5 mil por ano. A taxa de analfabetismo aproxima-se de zero, representando menos de 1% da população.

Curitiba possui conquistas notáveis em educação. Entre as capitais do Brasil, é a que possui a menor taxa de analfabetismo. O programa de Alfabetização Ecológica,

adotado nas escolas da rede municipal, foi considerado pela ONU como uma das 60 melhores práticas do mundo nas áreas de educação e cidadania.

2.5.1. Cenário Socioeconômico

O município de Curitiba está situado na Região Metropolitana de mesmo nome. Com cerca de 1,8 milhões de habitantes (segundo dados preliminares do Censo IBGE 2010), A cidade é conhecida como “Capital das Araucárias”, “Cidade Ecológica do Brasil” e “Cidade Modelo”.

A tabela 1 a seguir apresenta os dados demográficos dos municípios da região metropolitana de Curitiba:

Tabela 1 – Dados demográficos dos municípios beneficiados pelo curso, Região Metropolitana de Curitiba.

Estado	Município	Pop. Total (Censo 2010)	Crescimento Demográfico (% a. a.)	Pop. Alfabetizada (hab.)	Taxa de urbanização (2010)	Densidade Demográfica (Hab./Km ²)	Distância da Capital (Km)	Área Km ²
PR	Curitiba	1.777.264	0,72	1.620.826	100,0%	4086	0	435,0
PR	Adrianópolis	6.280	-0,76	4.896	32,3%	4,7	90	1.349,3
PR	Cerro Azul	17.028	0,27	13.089	28,4%	12,7	67	1.341,2
PR	Doutor Ulysses	5.685	-0,37	4.415	16,2%	7,3	96	781,4
PR	Lapa	45.341	0,45	39.714	60,6%	22,2	58	2.045,9
PR	Almirante Tamandaré	105.509	1,11	89.653	95,8%	540,7	12	195,1
PR	Araucária	122.972	1,6	108.737	92,5%	262,1	23	469,2
PR	Balsa Nova	11.543	1,07	10.166	60,8%	29,1	40	396,9
PR	Bocaiúva do Sul	11.287	1,36	9.368	46,7%	13,7	29	826,3
PR	Campina Grande do Sul	39.418	0,83	33.697	82,4%	73	26	539,9
PR	Campo Largo	115.405	1,34	102.222	83,8%	92,4	26	1.249,4
PR	Campo Magro	25.528	1,37	22.078	78,7%	92,7	19	275,5
PR	Colombo	217.541	1,07	188.679	95,4%	1098,7	16	198,0
PR	Contenda	16.300	1,28	14.292	58,1%	54,5	38	299,0
PR	Fazenda Rio Grande	84.586	1,77	72.512	93,0%	725	26	116,7
PR	Itaperuçu	24.590	1,46	20.056	83,5%	78,7	24	312,4
PR	Mandirituba	22.944	1,62	19.738	33,4%	60,5	39	379,2
PR	Pinhais	119.170	0,92	106.129	100,0%	1953,4	8	61,0
PR	Piraquara	96.353	1,67	82.572	49,1%	423,4	21	227,6
PR	Quatro Barras	20.421	1,43	17.744	90,4%	113,7	21	179,5
PR	Rio Branco do Sul	30.850	0,33	25.463	71,9%	37,9	27	814,4
PR	São José dos Pinhais	273.484	1,74	240.542	89,7%	289,2	14	945,7
PR	Tunas do Paraná	6.669	3,25	4.802	44,6%	10	54	668,5
PR	Agudos do Sul	8.433	0,98	7.192	34,1%	43,9	63	192,2
PR	Campo do Tenente	7.248	0,86	6.044	58,9%	23,8	74	304,5
PR	Piên	11.457	0,98	10.052	40,3%	44,9	76	254,9
PR	Quitandinha	17.368	0,81	14.977	28,6%	38,9	54	447,0
PR	Rio Negro	31.669	0,63	28.036	82,2%	52,5	92	603,2
PR	Tijucas do Sul	14.889	1,2	12.495	15,7%	22,1	56	672,2

Fonte: IPC-Maps 2012.

Conforme demonstrado, o município de Curitiba concentra 1.777.264 habitantes. Em média, são cerca de 4 mil habitantes por km². Possui praticamente 100% de sua população domiciliada na zona urbana da cidade.

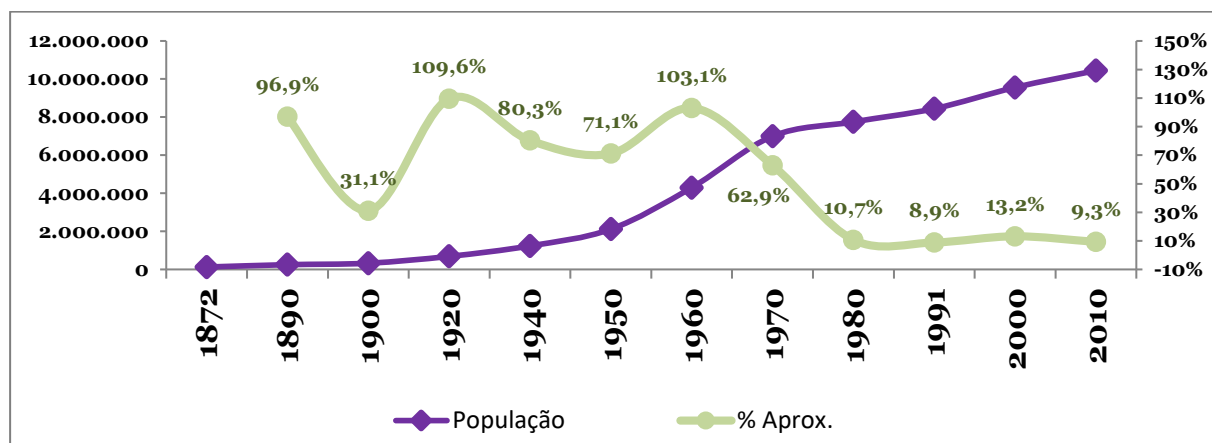
A cidade de Curitiba foi palco de muitos planejamentos urbanísticos cujo objetivo era evitar o crescimento descontrolado. Conhecida internacionalmente pela

sua arquitetura urbana e pela preocupação com o meio ambiente, o município já serviu de referência para capitais de outros países como Bogotá e Santiago do Chile.

2.5.2. Demografia

O Estado do Paraná é o sexto Estado mais populoso do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. Concentra cerca de 5,5% da população brasileira.

Gráfico 2 – Evolução do contingente populacional de Curitiba 1872-2010.



Fonte: IBGE.

A Região Metropolitana de Curitiba em termos territoriais representa 8,3% da extensão geográfica do Estado do Paraná e concentra 30% da população do Estado. Esse contingente populacional da região metropolitana é formado por 51,3% de mulheres e 48,7% de homens, sendo que a população de 15 a 29 anos responde por 26,4% de todos os habitantes da região.

A tabela 2 a seguir apresenta um recorte do cenário demográfico da população de acordo com dados do IPC-Maps 2012:

Tabela 2 – Dados socioeconômicos do Brasil, Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, 2012.

POPULAÇÃO	Brasil		Estado do Paraná		Região Metropolitana de Curitiba	
	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)
Área (km²)	8.502.015	100,0%	199.314,9	2,3%	16.581,1	8,3%
População	194.065.524	100,0%	10.580.653	5,5%	3.287.232	31,1%
Urbana	163.815.823	84,4%	9.039.427	85,4%	3.013.212	91,7%
Rural	30.249.701	15,6%	1.541.226	14,6%	274.020	8,3%
Homens	95.034.233	49,0%	5.197.481	49,1%	1.600.269	48,7%
Mulheres	99.031.291	51,0%	5.383.172	50,9%	1.686.963	51,3%
0-4 anos	13.299.051	6,9%	681.281	6,4%	214.646	6,5%
5-9 anos	14.618.835	7,5%	737.929	7,0%	228.101	6,9%
10-14 anos	17.060.382	8,8%	900.771	8,5%	274.085	8,3%
15-19 anos	16.760.371	8,6%	920.868	8,7%	274.036	8,3%
20-29 anos	35.117.013	18,1%	1.797.583	17,0%	594.331	18,1%
30-49 anos	56.376.664	29,1%	3.172.707	30,0%	1.021.122	31,1%
Mais de 50 anos	40.833.208	21,0%	2.369.514	22,4%	680.911	20,7%

POPULAÇÃO	Brasil		Estado do Paraná		Região Metropolitana de Curitiba	
	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)
Alfabetizada	161.073.318	83,0%	9.214.958	87,1%	2.930.186	89,1%
Crescimento Demográfico (% a.a.)	1,12		0,85		1,07	
Densidade demográfica (hab./km ²)	185,4		53,1		355,44	

Fonte: IPC-Maps 2012.

A RMC possui 89,1% de sua população alfabetizada. O crescimento demográfico é maior que o crescimento médio do Estado do Paraná. Entretanto, na capital, o crescimento demográfico é 0,72% ao ano, menor que a média nacional.

2.5.3. Domicílios e distribuição por classes sociais

Os habitantes da Região Metropolitana de Curitiba são majoritariamente de classe média e baixa, embora quase metade da população esteja nas classes 'A' e 'B', conforme informações do IPC-Maps 2012, um banco de dados secundário, elaborado com base em dados divulgados por instituições oficiais, utilizado atualmente por mais de 700 empresas.

Na Região Metropolitana de Curitiba, 51,4% da população pertence às classes sociais 'C', 'D' e 'E', sendo a classe 'C' representada por 44% do total da população, situação pouco inferior à média estadual (48,5%).

Classe social, para fins de estudo, é definida como um grupo ou camada de pessoas em uma sociedade estratificada. O termo se caracteriza pelo nível de vida, direitos ou privilégios, mas em especial pelo papel que as pessoas desempenham no desenvolvimento econômico.

A Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, que segue o Critério Padrão de Classificação Econômica Brasileira (CCEB-2008), delimita esse padrão e subdivide as classes sociais de forma alfanumérica.

A tabela 3 a seguir apresenta a distribuição da população do país, Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, por domicílios, demonstrando predominância das classes na região.

Tabela 3 – Distribuição dos domicílios do Brasil, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, por classes sociais, 2012.

Faixa de Renda	BRASIL		PARANÁ		RM DE CURITIBA	
A1	261.143	0,5%	14.693	0,5%	6.920	0,7%
A2	1.999.768	4,0%	121.876	4,2%	56.658	5,9%
B1	5.025.065	10,0%	325.476	11,3%	139.946	14,6%
B2	10.885.960	21,7%	706.772	24,6%	259.663	27,2%
C1	13.142.688	26,3%	788.563	27,4%	259.423	27,1%
C2	11.266.979	22,5%	606.631	21,1%	161.968	16,9%
D	7.105.402	14,2%	302.002	10,5%	69.251	7,2%
E	374.481	0,7%	12.405	0,4%	1.843	0,2%
Total	50.061.486	100,0%	2.878.418	100,0%	955.672	100,0%

Fonte: IPC-Maps 2012.

Esta classificação comprova o cenário de uma população bem dividida entre as classes sociais e demonstra a melhoria do padrão de vida da população local em relação à média nacional. Em média, apenas 10% da população do Paraná se concentra nas classes sociais 'D' e 'E', o que demonstra que a classe 'C' cresceu nos últimos anos na região. Por outro lado, as classes sociais 'A' e 'B', representam pouco menos da metade da população.

A distribuição da movimentação financeira com matrículas e mensalidades no Brasil, por classes sociais, evidenciando que os estudantes da Classe 'C' têm o desejo de estudar, entretanto, ainda não direcionam investimentos factíveis em educação dadas as outras prioridades decorrentes do aumento do poder de consumo. Basicamente, essa classe tenderá ao ensino superior privado, financiado pelo governo por meio de programas como o FIES e ProUni (tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição do potencial de consumo em educação, RM de Curitiba, por classes sociais, 2012.

Faixa de Renda	Região Metropolitana de Curitiba		Renda Familiar Média	Gastos em Educação 25%	Média de Estudantes Classe Social	Estimativa da Movimentação Financeira (2012)	
	Domicílios	% part.	(ABEP/IPC)	(Média)	(Por Domicílio Estimativa)	(R\$ Milhões)	% part.
A1	6.920	0,7%	R\$ 18.600,00	R\$ 4.650,00	2.307	10,73	3,96%
A2	56.658	5,93%	R\$ 10.950,00	R\$ 2.737,50	18.886	51,70	19,09%
B1	139.946	14,64%	R\$ 6.410,00	R\$ 1.602,50	46.649	74,75	27,60%
B2	259.663	27,17%	R\$ 3.175,00	R\$ 793,75	86.554	68,70	25,37%
C1	259.423	27,15%	R\$ 1.950,00	R\$ 487,50	86.474	42,16	15,57%
C2	161.968	16,95%	R\$ 1.310,00	R\$ 327,50	53.989	17,68	6,53%
D	69.251	7,25%	R\$ 870,00	R\$ 217,50	23.084	5,02	1,85%
E	1.843	0,19%	R\$ 560,00	R\$ 140,00	614	0,09	0,03%
Total	955.672	100,00%	-	-	318.557	270,83	100%

Fonte: IPC-Maps 2012.

A Região Metropolitana de Curitiba movimenta mais de R\$ 270 milhões em educação por ano, sendo que as classes sociais 'A' e 'B' respondem por 76% desses gastos. Com as atuais ações governamentais no que tange ao financiamento do ensino superior aos estudantes de menor renda, depreende-se que as classes 'C', 'D' e 'E' terão maior participação nesses gastos nos próximos anos, o que necessariamente irá refletir na economia regional.

2.5.4. Economia e Potencial de Consumo Regional

Segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE, a Região Metropolitana de Curitiba possuía, em 2009, Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 81,2 bilhões, sendo que o Estado do Paraná no mesmo ano obteve cerca de R\$ 190 bilhões.

A tabela 5 a seguir apresenta o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba, considerando a inserção dos três municípios recentemente agregados.

Tabela 5 – Produto interno bruto (PIB x R\$ 1.000,00), municípios da RM de Curitiba, 2009.

UF	Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
PR	Curitiba	16.193	7.366.563	30.508.607	7.871.055	45.762.418
PR	Adrianópolis	34.371	3.918	26.993	2.318	67.601
PR	Agudos do Sul	18.648	4.263	27.756	2.084	52.751
PR	Almirante Tamandaré	8.795	155.746	368.235	45.106	577.882
PR	Araucária	51.066	4.656.428	5.923.105	1.332.278	11.962.877
PR	Balsa Nova	20.340	134.200	80.920	31.398	266.859
PR	Bocaiúva do Sul	22.031	13.160	43.097	5.951	84.239
PR	Campina Grande do Sul	9.952	95.285	320.412	48.512	474.162
PR	Campo do Tenente	25.016	4.740	31.271	3.544	64.571
PR	Campo Largo	45.633	362.176	787.079	146.882	1.341.770
PR	Campo Magro	20.686	38.592	104.700	12.668	176.645
PR	Cerro Azul	103.405	9.824	64.370	4.754	182.354
PR	Colombo	21.979	417.929	1.231.939	194.295	1.866.143
PR	Contenda	28.097	21.287	87.066	11.138	147.588
PR	Doutor Ulysses	56.116	3.099	23.221	1.518	83.953
PR	Fazenda Rio Grande	4.676	109.533	327.497	40.891	482.596
PR	Itaperuçu	9.302	44.583	107.514	12.930	174.329
PR	Lapa	107.433	116.189	325.261	45.328	594.211
PR	Mandirituba	24.843	60.443	111.724	22.800	219.810
PR	Piên	28.933	116.797	74.174	61.068	280.972
PR	Pinhais	1.248	652.858	1.419.889	307.659	2.381.653
PR	Piraquara	6.744	132.905	304.617	34.856	479.122
PR	Quatro Barras	1.294	267.424	175.432	86.152	530.301
PR	Quitandinha	36.647	9.456	63.366	5.509	114.977
PR	Rio Branco do Sul	37.874	268.399	173.246	71.085	550.603
PR	Rio Negro	34.352	217.148	222.837	97.298	571.634
PR	São José dos Pinhais	48.245	5.231.008	4.662.329	1.570.229	11.511.811
PR	Tijucas do Sul	26.263	11.567	106.460	6.316	150.605
PR	Tunas do Paraná	5.303	9.484	25.840	3.030	43.656
	Total Geral	855.484	20.535.002	47.728.956	12.078.651	81.198.093

Fonte: IBGE – PIB dos municípios 2005-2009.

Segundo dados do IBGE, a Região Metropolitana de Curitiba obteve participação de 42,7% no total do PIB do Estado Paranaense em 2009, sendo que somente a capital Curitiba foi responsável por 24,1% do PIB estadual e 56,4% do PIB da RMC.

O potencial de consumo traduz a participação percentual no potencial total de consumo da população de determinada região em relação ao potencial de consumo nacional (100%), segundo a definição do IPC-Maps 2012. A tabela 6 a seguir destaca o Índice Potencial de Consumo (IPC) e o consumo per capita do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, bem como as informações em âmbito nacional.

Tabela 6 – Índice potencial de consumo, consumo per capita urbano e rural do Brasil, Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, 2012.

CONSUMO	Brasil	Estado do Paraná	RM de Curitiba
Índice Potencial de Consumo	100,0000	6,2735	2,3371
Consumo <i>per capita</i> urbano (R\$/ano)	R\$ 15.555,84	R\$ 17.378,71	R\$ 13.587,01
Consumo <i>per capita</i> rural (R\$/ano)	R\$ 5.838,80	R\$ 8.989,07	R\$ 8.090,06

Fonte: IPC-Maps 2012.

Segundo dados da pesquisa, de cada R\$ 100,00 gastos na economia brasileira, cerca de R\$ 6,27 são gastos no Paraná e R\$ 2,34 na Região Metropolitana de Curitiba.

A região metropolitana possui ainda um consumo per capita urbano de R\$ 13.587,01, menor que a média do Estado, este último com uma média per capita de R\$

17.378,71, e inferior à média nacional de R\$ 15.555,84, demonstrando-se assim a necessidade de investimentos, inclusive em educação, com vistas a se fomentar a mobilidade social. Neste sentido, novas ofertas de cursos na região favorecerão diretamente o desenvolvimento econômico e social.

Já a capital Curitiba eleva a média regional, uma vez que o consumo *per capita* urbano é R\$ 23.898,61, muito superior à média estadual e nacional.

2.6. CENÁRIO DA INFRAESTRUTURA

2.6.1. Transporte Ferroviário

Segundo dados da Agência Curitiba e Secretaria de Estado de Transportes do Paraná, o Estado possuía em 2009 a quarta maior extensão de malha ferroviária do país, com 2287 km, operadas pelas empresas América Latina Logística do Brasil S/A, e a estatal Ferrovia Paraná S/A, interligando sua capital aos principais polos regionais do Estado, aos Portos de Paranaguá e Antonina e aos Estados de São Paulo e Santa Catarina.

2.6.2. Transporte Aéreo

O Estado do Paraná é servido por 104 (cento e quatro) aeroportos, sendo que destes, 40 (quarenta) são públicos e 64 (sessenta e quatro) privados. O terminal aéreo do Estado é o Aeroporto Internacional Afonso Pena, localizado na Região Metropolitana de Curitiba. Em 2010 atingiu a movimentação de 5,8 milhões de passageiros embarcados e desembarcados e 88 mil pousos e decolagens.

O aeroporto Afonso Pena está atualmente em fase de ampliação, como parte das ações do governo federal, com recursos do PAC 2.

A cidade de Curitiba possui ainda 11 (onze) heliportos, de um total de 126 (cento e vinte e seis) locais em todo o estado, distribuídos no interior principalmente na zona rural e em cobertura de prédios na zona urbana.

2.6.3. Transporte Marítimo

O Estado possui dois grandes portos com proximidade de apenas 100 km de distância: Paranaguá, que ocupa o 3º lugar no ranking de movimentação de cargas e o porto de Antonina. Existem mais dois portos fora do Estado, próximos à capital paranaense, ambos no Estado de Santa Catarina: o Porto de Itajaí, distante 192 km, e o de São Francisco do Sul, a aproximadamente 180 km.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Transportes, em 2010 os portos paranaenses movimentaram cerca de 38 milhões de toneladas de mercadorias, sendo 32,6% correspondente à importação e 67,4% à exportação.

2.6.4. Infraestrutura Aduaneira

O Estado do Paraná possui seis Portos Secos e uma Estação Aduaneira (EADI sul Curitiba, Porto Seco Curitiba, Centro de Distribuição, EADI Foz do Iguaçu, EADI Maringá, EADI Cascavel e Porto Seco Paranaguá).

Juntos somam 706 mil m² de área total e cerca de 61 mil m² de armazéns. Em Curitiba estão localizados dois Portos Secos e um Centro de Distribuição.

2.6.5. Transporte Rodoviário

O Estado possui cerca de 16 mil Km de rodovias, sendo 3.761 km de rodovias federais e 12.017 km de rodovias estaduais. Do total de rodovias, três quartos são administrados pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), e o restante pelas concessionárias estaduais, federais e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

2.6.6. Energia

O Estado do Paraná, em razão de seu potencial hídrico, é produtor de energia elétrica, com capacidade de 17.787.354 KW, distribuídos em 4 empresas de energia. O Estado é atendido pelas Itaipu Binacional, Copel Geração e Transmissão, Tractebel Energia, *Duke Energy International* e outras companhias de menor porte.

A empresa COPEL é responsável por quase todo o serviço de geração, distribuição e comercialização de energia para quase todos os municípios do Paraná. Em 2010, havia 3,8 milhões de consumidores no Estado, sendo, 79% residenciais urbanos, 9,6% rurais e 8,2% comerciais.

2.6.7. Gás Natural

A Companhia Paranaense de Gás é responsável pela distribuição do Gás Natural canalizado no Paraná. A rede de distribuição é de 546 km atendendo sete municípios: Curitiba, Araucária, Campo Largo, São José dos Pinhais, Balsa Nova, Palmeira e Ponta Grossa. A empresa atua em quatro segmentos: GNR (Gás Natural Residencial), GNC (Gás Natural Comercial), GNI (Gás Natural Industrial) e o mais conhecido, GNV (Gás Natural Veicular).

O gás natural residencial, comercial e veicular atende os municípios Curitiba, Araucária, Campo Largo, São José dos Pinhais, Balsa Nova, Palmeira e Ponta Grossa. O Gás Natural Industrial atende os municípios de Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária, Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa.

2.6.8. Saneamento

A SANEPAR, Companhia de Saneamento do Paraná, é a empresa responsável pelo saneamento básico em grande parte do Estado. A empresa alcançou em 2010 o índice de 63% da população urbana atendida com sistema de esgotamento sanitário nas regiões de atuação.

No Estado do Paraná, 100% da população urbana são beneficiadas com água tratada, colocando o Estado como um dos melhores em cobertura de saneamento básico.

2.7. CENÁRIO CULTURAL E TURÍSTICO

2.7.1. Manifestações Artístico-Culturais

O conjunto de manifestações artístico-culturais no Estado do Paraná é muito rico e teve contribuição de vários povos como, por exemplo, portugueses, espanhóis, africanos, indígenas, italianos, alemães, poloneses, neerlandeses, ucranianos, japoneses, árabes, coreanos, chineses, búlgaros e também de brasileiros advindos de outros Estados como gaúchos, catarinenses, mineiros e nordestinos.

O Estado possui 51 museus, destacando-se dentre eles o Museu David Carneiro, na capital, o qual possui em seu acervo documentos históricos, artísticos e arqueológicos. Pode-se também destacar no Estado:

- ✓ Museu Guido Viaro;
- ✓ Museu Oscar Niemeyer;
- ✓ Museu Alfredo Andersen: contém telas de pintores famosos e objetos de arte;
- ✓ Museu de Imagem e Som;
- ✓ Museu Egípcio e Rosa Cruz: esse museu contém uma múmia autêntica, com mais de 2500 anos.

Em Paranaguá está o Museu de Arqueologia e Artes Populares, pertencente à UFPR. No município da Lapa, o Museu das Armas. Na cidade de Londrina se encontram o Museu Histórico de Londrina e o Museu de Arte de Londrina.

Em Ponta Grossa encontra-se o Museu dos Campos Gerais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o Museu de Arqueologia, com uma grande coleção de réplicas arqueológicas, notadamente egípcias, pré-colombianas e brasileiras, e o Museu Época, com o maior acervo sobre a história do município. Em Cascavel o Museu de Artes de Cascavel e Museu da Imagem e do Som de Cascavel.

O mais importante teatro do Estado fica na capital, o Teatro Guaíra de Curitiba, com auditório para 2.173 pessoas e outros espaços secundários para 600 pessoas. Destaca-se também na capital a Ópera de Arame, obra arquitetônica com capacidade para 2.100 pessoas, e o Teatro Paiol.

2.7.2. Folclore

O Folclore paranaense se manifesta nas festas populares, na dança, na mitologia e na culinária. As principais manifestações são a Festa de Nossa Senhora do Rocio, em Paranaguá, com grande procissão e a Congada da Lapa em homenagem a São Benedito, no município da Lapa.

As principais danças típicas: o curitibano, dança de roda aos pares; o quebramana (mistura de valsa e sapateado), o nhô-chico (dança popular do litoral) e o fandango (dança típica de Paranaguá).

Os principais festivais do Paraná são:

- ✓ Festival de Teatro de Curitiba;
- ✓ Festival de Inverno de Antonina;
- ✓ Festival Internacional da Música de Londrina;
- ✓ Mostra Londrina de Cinema;
- ✓ Festival Internacional de Teatro de Londrina;
- ✓ Fenata - Festival Nacional de Teatro Amador, em Ponta Grossa;
- ✓ FEMUCAM - Festival de Música da Capital da Amizade, em Umuarama;
- ✓ FUC - Festival Universitário da Canção, em Ponta Grossa;
- ✓ Festival de Dança de Cascavel;
- ✓ Festival de Música de Cascavel;
- ✓ Festival de Teatro de Cascavel;
- ✓ Festival Folclórico e de Etnias do Paraná;
- ✓ FEMUCIC - Festival de Música Cidade Canção, em Maringá.

Em tempo, destaca-se ainda um mito supersticioso sobre um suposto porco-preto, o qual ninguém o deixa de encontrar em noites escuras, embora nem pau, nem pedra, nem bala o atinjam.

2.7.3. Comidas Típicas

Os principais pratos típicos paranaenses são o barreado, apreciado na região litorânea e feito à base de carne cozida em panela de barro, até desmanchar-se; o churrasco (típico no sul) e os pratos das comunidades de tradição alemã, polonesa e italiana.

2.7.4. Etnias

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a população paranaense está composta por brancos (77,24%), negros (2,84%), pardos (18,25%), asiáticos (0,92%) e indígenas (0,33%).

No período colonial, os colonizadores espanhóis foram os primeiros a iniciar o povoamento no território paranaense. A maioria do Estado é composta por portugueses e seus descendentes. Existe também grande população de descendentes de imigrantes, como italianos, alemães, poloneses, ucranianos, japoneses e árabes.

Há também minorias de imigrantes neerlandeses, coreanos, chineses, búlgaros, russos, franceses, austríacos, chilenos, noruegueses, argentinos e outros.

Atualmente, há cerca de 9 mil índios no Paraná, divididos entre as seguintes áreas: Apucarana, Ava Guarani, Barão de Antonina, Faxinal, Ilha da Cotinga, Ivaí, Laranjinha, Mangueirinha, Marrecas, Ocal, Palmas, Pescada, Pinhalzinho, Queimadas,

Rio Areia, Rio das Cobras, São Jerônimo, Superagüi, Tekoha-Añeteté e Tibagy/Mococa.

2.7.5. Religião

De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE, a população paranaense é predominantemente católica (76,6%), seguido dos protestantes (16,63%), Espíritas (0,64%), Budistas (0,15%), Muçulmanos (0,06%), Umbandistas (0,05%) e Judeus (0,02%). O restante da população, 4,23% se declara sem religião.

2.7.6. Turismo

Segundo dados da Secretaria de Turismo, o número de turistas que visitaram o Paraná no ano de 2012 foi praticamente o dobro do registrado há dez anos, aumentando a receita gerada pelo setor com alta de mais de 400% no período.

De acordo com a Secretaria, a maior parte dos turistas que visitam o Paraná vive no Brasil. Das 13,2 milhões de pessoas que passaram pelo Estado no ano passado, cerca de 11,9 milhões vieram de outros estados. Mesmo assim, o número de turistas internacionais vem crescendo e registrou 1,2 milhões de viajantes em 2012.

Entre 2013 e 2014 a Secretaria de Turismo prevê trabalhar com os projetos: Indicadores do Turismo do Paraná; Paraná Marca; Navega Paraná, Turismo é um bom negócio, Turismo Legal e Turismo no espaço rural.

O Turismo tende ao crescimento nos próximos anos devido os eventos que acontecerão no Brasil. Curitiba será uma das doze cidades-sedes que receberão jogos da Copa do Mundo em 2014.

Os principais destinos turísticos do Paraná são Curitiba e Foz do Iguaçu. Os dados da Secretaria do Turismo mostram que 25,2% dos viajantes que vieram para o Estado em 2011 escolheram a capital como destino. Foz recebeu 20,3% do total de turistas.

Destaca-se no Estado uma das sete maravilhas do mundo, as Cataratas do Iguaçu, o segundo destino mais visitado por turistas estrangeiros no segmento “lazer”.

Os municípios localizados nas margens do lago de Itaipu receberam, em 2011, cerca de 8% do total de turistas. Tiveram destaque também os municípios de Londrina, Maringá e Cascavel.

O turismo no Paraná é um dos principais setores da economia do estado, oferecendo diversas atrações históricas, naturais e culturais. Possui um grande número de parques nacionais, destacando-se o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional do Superagui.

Destacam-se ainda o Parque Tanguá e a Ópera de Arame. Além dos parques, são procurados o museu Oscar Niemeyer, com seu curioso anexo em forma de “olho”, a Rua 24 Horas, a panorâmica Torre da Telepar (Torre das Mercês), a praça Santos Andrade onde ficam o Teatro Guaíra e o edifício histórico da UFPR, e o Palácio

Avenida, sede do grupo HSBC, onde ocorre o tradicional espetáculo do coral natalino infantil.

Outros destaques do Turismo no Estado:

- ✓ Moinho de Carambeí;
- ✓ Taça do Parque Estadual de Vila Velha, cartão-postal de Ponta Grossa;
- ✓ Canyon Guartelá: Sexto maior cânion do Mundo;
- ✓ Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá: ferrovia que cruza a Serra do Mar;
- ✓ Ilha do Mel (Paraná) bioma único no litoral do Paraná;
- ✓ Salto São Francisco: maior queda d'água da Região Sul do Brasil;
- ✓ Catedral de Maringá: mais alta catedral da América Latina;
- ✓ Parque Ecológico Ouro Fino;
- ✓ Porto de Paranaguá;
- ✓ Saltos e cachoeiras de Prudentópolis.

A capital Curitiba ainda se destaca pelo planejamento urbanístico arrojado que serve de modelo a outras cidades brasileiras, com destaque para o Jardim Botânico, que reúne espécimes da variada flora local, provenientes da mata de araucárias, floresta tropical e mata atlântica.

2.8. CENÁRIO GEOGRÁFICO

2.8.1. Relevo

O relevo do Estado Paranaense é formado basicamente por cinco unidades geomorfológicas, do litoral ao interior, nesta ordem: baixada litorânea, serra do Mar, planalto cristalino, planalto paleozóico e planalto basáltico. Cerca de 50% do território são superiores a 600 m e somente 3% são inferiores a 300 m. Os principais rios são o Paraná, o Iguaçu, o Ivaí, o Tibagi, o Paranapanema, o Itararé e o Piquiri.

A baixada litorânea forma uma faixa de terras baixas com cerca de vinte quilômetros de largura média. Compreende terrenos baixos e inundáveis (planícies aluviais e formações arenosas) e morros cristalinos com aproximadamente cinquenta metros de altura.

A serra do Mar constitui o rebordo oriental do planalto cristalino e domina com suas enérgicas escarpas a planície litorânea. No estado do Paraná, ao contrário do que ocorre em São Paulo, a serra apresenta-se fragmentada em maciços isolados, entre os quais se insinua o nível do planalto cristalino (900m) até alcançar a borda oriental.

O planalto cristalino, também chamado primeiro planalto do Paraná, apresenta uma faixa de terrenos cristalinos, que se estende em sentido norte-sul, a oeste da serra do Mar, com uma largura média de cem metros e cerca de 900m de altura. A topografia varia de acidentada, ao norte, a suavemente ondulada, ao sul. Um antigo lago, hoje atulhado de sedimentos, forma a bacia sedimentar de Curitiba.

O planalto paleozoico, também chamado segundo planalto do Paraná ou planalto dos Campos Gerais (ou Ponta Grossa), desenvolve-se em terrenos do período paleozoico. É limitado, a leste, por uma escarpa, a Serrinha, que cai para o planalto cristalino e, a oeste, pelo paredão da serra Geral, que sobe para o planalto basáltico.

O planalto basáltico, ou terceiro planalto do Paraná, também chamado planalto de Guarapuava, é a mais extensa das unidades de relevo do estado. Limita-o, a leste, a serra Geral, que, com um desnível de 750m, domina o planalto paleozoico.

2.8.2. Solos

O solo mais fértil do Brasil, a terra roxa, no norte do Paraná, cobre 40% do território. O planalto basáltico, formado por uma sucessão de derrames de basalto, empilhados uns sobre os outros, ocupa toda a metade ocidental do estado. Seus solos, desenvolvidos a partir dos produtos da decomposição do basalto, constituem a "terra roxa", famosa pela fertilidade.

2.8.3. Clima

A capital do Paraná é a mais fria do Brasil, a mínima média em julho é 8,4°C, a máxima média é 26,2°C em fevereiro. A média anual é 16,5°C.

O clima Cfb, subtropical com chuvas bem distribuídas durante o ano e verões amenos, ocorre na porção mais elevada do estado e envolve o planalto cristalino, o planalto paleozóico e a parte oriental do planalto basáltico. As temperaturas médias anuais oscilam em torno de 17 °C e a pluviosidade alcança cerca de 1.200mm anuais.

O clima Cwa, subtropical com verões quentes e invernos secos, ocorre no extremo noroeste do estado. É chamado de “clima tropical de altitude”, pois ao contrário dos climas Cfa e Cfb, apresenta pluviosidade típica dos regimes tropicais com invernos secos e verões chuvosos, porém, no Paraná, esse período de seca só se registra por dois meses no máximo.

A temperatura anual varia em torno de 20°C e a pluviosidade alcança 1.300mm anuais. Quase todo o estado está sujeito a mais de cinco dias de geada por ano.

2.8.4. Vegetação

As florestas de araucárias são típicas da região Sul do Brasil e principalmente do Paraná. Dois tipos de vegetação ocorrem no Paraná: florestas e campos. As florestas subdividem-se em tropicais e subtropicais. Os campos, em limpos e cerrados. A floresta tropical é parte da mata atlântica, que recobria toda a fachada oriental do país com suas formações latifoliadas.

Os campos limpos ocorrem sob a forma de manchas esparsas através dos planaltos paranaenses. A mais extensa dessas manchas é a dos chamados campos gerais, que recobrem toda a porção oriental do planalto paleozoico e descrevem imensa meia-lua no mapa de vegetação do estado.

2.9. CENÁRIO DA SAÚDE

2.9.1. Saneamento Básico e Qualidade de Vida da População

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saneamento como o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. Pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar Salubridade Ambiental.

A Lei nº 11.445/2007 estabelece as diretrizes nacionais e a política federal de saneamento básico. A lei define o que a política nacional considera enquanto saneamento básico, a seguir:

Saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- ✓ abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- ✓ esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- ✓ limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- ✓ drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;
- ✓ Universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;
- ✓ Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

No Paraná, praticamente toda a região metropolitana possui rede de abastecimento de água, seja por rede de distribuição, poço ou nascente em propriedade, ou ainda outras formas de abastecimento. Segundo dados do IBGE, somente 0,02% da população da região metropolitana não possui abastecimento.

Com efeito, a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - se destaca como uma das maiores e mais eficientes do setor de saneamento do País. Segundo dados da companhia, a empresa atende 345 dos 399 municípios do Paraná e 289

distritos ou localidades de menor porte no estado, além de Porto União em Santa Catarina.

A tabela 7 a seguir apresenta a proporção de domicílios por tipo de abastecimento de água nos municípios de influência do curso, segundo as informações produzidas pelo IBGE, em 2010:

Tabela 7 – Proporção de domicílios por tipo de abastecimento de água, Paraná e RM de Curitiba, 2010.

Municípios	Domicílios particulares permanentes				
	Total ⁽¹⁾	Forma de abastecimento de água			Não Atendidos
Rede geral de distribuição		Poço ou nascente na propriedade	Outra		
Paraná	3.298.578	2.904.842	292.851	100.875	-0,0003%
Curitiba	575.899	570.865	4.272	761	-0,0002%
Adrianópolis	1.974	938	261	775	0,0000%
Agudos do Sul	2.559	1.633	700	226	0,0000%
Almirante Tamandaré	30.399	28.934	931	534	0,0000%
Araucária	35.483	33.085	2.106	291	-0,0028%
Balsa Nova	3.524	3.037	409	78	0,0000%
Bocaiúva do Sul	3.244	2.143	578	523	0,0000%
Campina Grande do Sul	11.590	9.603	813	1.174	0,0000%
Campo do Tenente	2.046	1.733	232	81	0,0000%
Campo Largo	34.202	29.455	3.870	877	0,0000%
Campo Magro	7.408	6.213	843	352	0,0000%
Cerro Azul	5.171	2.572	1.222	1.377	0,0000%
Colombo	63.624	61.767	1.203	653	-0,0016%
Contenda	4.681	3.062	1.507	112	0,0000%
Doutor Ulysses	1.685	604	595	486	0,0000%
Fazenda Rio Grande	23.736	22.527	1.032	177	0,0000%
Itaperuçu	6.875	5.609	522	744	0,0000%
Lapa	14.095	9.616	3.653	826	0,0000%
Mandirituba	6.718	4.535	1.882	301	0,0000%
Piên	3.377	2.683	650	44	0,0000%
Pinhais	35.577	35.281	239	57	0,0000%
Piraquara	26.160	24.496	1.447	217	0,0000%
Quatro Barras	6.071	5.647	321	102	-0,0165%
Quitandinha	5.231	3.416	1.591	224	0,0000%
Rio Branco do Sul	9.123	6.394	734	1.995	0,0000%
Rio Negro	9.588	8.057	1.257	274	0,0000%
São José dos Pinhais	80.714	71.911	7.881	922	0,0000%
Tijucas do Sul	4.518	2.449	1.701	368	0,0000%
Tunas do Paraná	1.794	1.027	83	684	0,0000%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração da forma de abastecimento de água.

A cobertura da rede de água tratada pela Sanepar chega a 100% da área urbana dos 346 municípios e 289 distritos onde está presente. A cobertura com rede de esgoto alcançou 63,2% da área urbana dessas localidades. A empresa está sediada em Curitiba

(PR), tem 176 Estações de Tratamento de Água (ETA) e 225 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) estabelecidas em todo o Estado.

Laboratórios da empresa analisam 1,35 milhão de parâmetros a cada ano, com base na portaria 518 do Ministério da Saúde. Em 2011 foram investidos R\$ 44 milhões em testes de qualidade, o que fez com que a Sanepar alcançasse um índice de 100% de conformidade às exigências da portaria. A empresa atende com água tratada 9,5 milhões de pessoas e 6 milhões de pessoas com sistema de esgotamento sanitário.

A proporção de moradores, por tipo de instalação sanitária, no Paraná e Região Metropolitana de Curitiba (Tabela 8).:

Tabela 8 - Proporção de moradores por tipo de instalação sanitária, Paraná e RM de Curitiba, 2010.

Municípios	Domicílios particulares permanentes						
	Total (1)	Existência de banheiro ou sanitário					%
		Tinham				Não tinha m	
		Total (2)	Tipo de esgotamento sanitário				
			Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outro		
Paraná	3.298.578	3.286.536	1.758.987	384.036	1.143.511	12.011	0,36%
Curitiba	575.899	575.489	531.803	25.663	18.022	404	0,07%
Adrianópolis	1.974	1.889	177	566	1.146	85	4,31%
Agudos do Sul	2.559	2.519	30	357	2.132	40	1,56%
Almirante Tamandaré	30.399	30.268	6.645	13.362	10.261	131	0,43%
Araucária	35.483	35.391	19.795	9.871	5.725	92	0,26%
Balsa Nova	3.524	3.502	748	2.062	692	22	0,62%
Bocaiúva do Sul	3.244	3.210	400	1.560	1.250	34	1,05%
Campina Grande do Sul	11.590	11.555	8.303	1.706	1.546	35	0,30 %
Campo do Tenente	2.046	2.017	77	1.149	791	29	1,42%
Campo Largo	34.202	34.089	13.246	8.935	11.908	112	0,33%
Campo Magro	7.408	7.348	1.457	3.011	2.880	60	0,81%
Cerro Azul	5.171	4.932	407	2.216	2.309	239	4,62%
Colombo	63.624	63.478	37.374	14.636	11.468	144	0,23%
Contenda	4.681	4.622	250	1.227	3.145	59	1,26%
Doutor Ulysses	1.685	1.569	31	930	608	116	6,88%
Fazenda Rio Grande	23.736	23.709	11.891	6.619	5.199	27	0,11%
Itaperuçu	6.875	6.775	910	405	5.460	100	1,45%
Lapa	14.095	13.924	7.133	2.069	4.722	171	1,21%
Mandirituba	6.718	6.627	342	2.346	3.939	91	1,35%
Piên	3.377	3.351	30	2.089	1.232	26	0,77%
Pinhais	35.577	35.545	28.320	5.191	2.034	32	0,09 %
Piraquara	26.160	26.085	18.057	4.087	3.941	75	0,29%
Quatro Barras	6.071	6.038	3.960	1.118	960	32	0,53%
Quitandinha	5.231	5.173	72	1.266	3.835	58	1,11%
Rio Branco do Sul	9.123	8.945	2.846	2.143	3.956	178	1,95%
Rio Negro	9.588	9.553	3.574	4.276	1.703	35	0,37%

Municípios	Domicílios particulares permanentes							
	Total (1)	Existência de banheiro ou sanitário					Não tinha m	%
		Tinham						
		Total (2)	Tipo de esgotamento sanitário					
Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica		Outro					
São José dos Pinhais	80.714	80.611	55.815	17.181	7.615	102	0,13%	
Tijucas do Sul	4.518	4.446	63	2.068	2.314	72	1,59%	
Tunas do Paraná	1.794	1.773	58	35	1.680	21	1,17%	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração da existência de banheiro ou sanitário. (2) Inclusive os domicílios sem declaração do tipo de esgotamento sanitário.

A tabela demonstra que, em média, praticamente todas as cidades possuem mais de 95% dos domicílios atendidos por algum tipo de esgotamento sanitário. Destaca-se o município de Doutor Ulysses, que ainda possui 7% dos municípios de nenhum tipo de esgotamento sanitário, ao contrário da capital Curitiba, que possui, 99,93% dos domicílios atendidos com alguma forma de esgotamento.

No tocante à coleta de lixo ou resíduos nas cidades, a coleta e tratamento é um serviço público a cargo das prefeituras municipais ou de empresas especializadas contratadas para essa finalidade.

No Brasil, dados do IBGE indicam que cada habitante produz uma quantidade média de 500 (quinhentos) gramas de lixo por dia. Esse material normalmente é direcionado para aterros sanitários, usinas de compostagem, incineradores ou reciclagem.

Na região de Curitiba, a Comissão Especial de Licitação do Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos licitou em 2009 a contratação de empresa para implantar o novo Sistema Integrado de Processamento e Aproveitamento de Resíduos de Curitiba (SIPAR) e em outros 15 municípios da Região Metropolitana. Segundo pesquisas, 35% dos materiais do lixo coletado podem ser objeto de reciclagem e igual quantidade transformada em adubo orgânico.

A tabela 9 a seguir, apresenta a proporção de domicílios por tipo de destino do lixo, no Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba:

Tabela 9 – Proporção de domicílios por tipo de destino do lixo, Paraná e RM de Curitiba, 2010.

Municípios	Domicílios particulares permanentes				
	Total (1)	Destino do lixo			
		Coletado			Outro
		Total	Diretamente por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza	
Paraná	3.298.578	2.982.550	2.875.440	107.110	316.019
Curitiba	575.899	575.383	556.089	19.294	515
Adrianópolis	1.974	1.257	1.232	25	717
Agudos do Sul	2.559	1.569	1.309	260	990
Almirante Tamandaré	30.399	29.950	29.579	371	449
Araucária	35.483	34.894	33.670	1.224	589

Municípios	Domicílios particulares permanentes				
	Total (1)	Destino do lixo			
		Coletado			Outro
		Total	Diretamente por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza	
Balsa Nova	3.524	3.286	3.279	7	238
Bocaiúva do Sul	3.244	2.502	2.412	90	742
Campina Grande do Sul	11.590	11.071	10.814	257	519
Campo do Tenente	2.046	1.708	1.678	30	338
Campo Largo	34.202	31.984	31.388	596	2.218
Campo Magro	7.408	6.961	6.439	522	447
Cerro Azul	5.171	2.407	2.064	343	2.764
Colombo	63.624	63.243	63.015	228	380
Contenda	4.681	3.531	3.203	328	1.150
Doutor Ulysses	1.685	461	331	130	1.224
Fazenda Rio Grande	23.736	23.574	23.256	318	162
Itaperuçu	6.875	5.782	5.047	735	1.093
Lapa	14.095	10.478	9.181	1.297	3.617
Mandirituba	6.718	5.134	4.795	339	1.584
Piên	3.377	2.726	2.372	354	651
Pinhais	35.577	35.546	34.699	847	31
Piraquara	26.160	25.988	25.459	529	172
Quatro Barras	6.071	5.932	5.877	55	138
Quitandinha	5.231	3.700	3.128	572	1.531
Rio Branco do Sul	9.123	7.515	7.279	236	1.608
Rio Negro	9.588	8.690	8.649	41	898
São José dos Pinhais	80.714	79.212	77.457	1.755	1.502
Tijucas do Sul	4.518	3.736	3.722	14	782
Tunas do Paraná	1.794	1.648	812	836	146

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração do destino do lixo.

Destaca-se ainda na cidade de Curitiba o trabalho realizado no hospital Instituto de Medicina de Curitiba, o qual utiliza um equipamento esterilizador de resíduos hospitalares potencialmente infectados.

Dessa forma, resíduos que poderiam ser perigosos para a população e para o meio ambiente por risco de infecção, como seringas, bisturis e resíduos cirúrgicos, podem ser descartados com segurança.

2.9.2. Rede de Assistência à Saúde

A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) é composta por 22 Regionais de Saúde (RS), entre as quais a 2ª RS Metropolitana abrange o conjunto dos 29 municípios que integram a RMC.

A cidade de Curitiba é um dos grandes centros de saúde nacional em tratamento da saúde, sendo favorecida pela diversidade de hospitais e clínicas públicas e particulares, das mais variadas especialidades.

Do conjunto de hospitais de Curitiba, destacam-se:

- ✓ Hospital Cajuru;
- ✓ Hospital de Clínicas;
- ✓ Hospital Evangélico de Curitiba;
- ✓ Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba;
- ✓ Hospital Erasto Gaertner;
- ✓ Hospital São Lucas;
- ✓ Hospital Pequeno Príncipe;
- ✓ Hospital Ana Carolina Moura Xavier;
- ✓ Hospital do Trabalhador;
- ✓ Hospital Vita;
- ✓ Hospital Vita Batel;
- ✓ Hospital Santa Cruz;
- ✓ Hospital São Vicente;
- ✓ Hospital Sugisawa;
- ✓ Hospital da Cruz Vermelha;
- ✓ Hospital Geral de Curitiba;
- ✓ Hospital de Fraturas da XV;
- ✓ Hospital Nossa Senhora das Graças;
- ✓ Hospital Nossa Senhora da Luz (Psiquiátrico);
- ✓ INC (Instituto de Neurologia de Curitiba).

O principal pronto-socorro é o Hospital Cajuru, referência em atendimento ao trauma, bem como o Hospital Evangélico de Curitiba, referência em atendimento a queimaduras.

A RMC dispõe de serviços de atenção de ambulatorial e hospitalar especializada nas diversas áreas da atenção à saúde, neurologia e neurocirurgia, traumatologia, ortopedia, cirurgia cardíaca e vascular, endovascular, cardiologia intervencionista, UTI adulto, pediátrica e Neonatal, serviços de urgência e emergência e gestação de alto risco, leitos de atenção em saúde mental, com 11 (onze) CAPS AD, 9 (nove) CAPS I, e 10 (dez) CAPS II. Dispõe ainda de serviços de Cirurgia bariátrica, e ambulatórios em todas as especialidades médicas.

Esses serviços são referência para os 29 municípios da RMC e também para a macrorregião que envolve outras 7 regiões de saúde, litoral, Ponta Grossa, Irati, Guarapuava, Telêmaco Borba, União da Vitória e Pato Branco. A oferta desses serviços é regulada pela Central Metropolitana de consultas, exames e leitos.

O quantitativo de alguns serviços de saúde no Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, evidenciando que a capital do Estado possui a maior relação de leitos por mil habitantes, entretanto, abaixo da média estadual em número de leitos SUS (tabela 10).

Tabela 10 – Perfil dos Serviços de Saúde do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba.

Municípios	Hospital Geral 2010	Postos de Saúde 2010	UBS 2010	Equipes de Saúde da Família (ESF- 2013)	Leitos Hospitalares (1) 2010	Leitos Hosp. (SUS) (1) 2010
Paraná	455	970	1.519	1.870	2,8	2,0
Curitiba	35	3	121	185	3,4	1,9
Adrianópolis	-	2	2	3	-	-
Agudos do Sul	-	1	3	3	-	-
Almirante Tamandaré	1	-	10	6	0,5	0,4
Araucária	1	-	22	14	0,8	0,6
Balsa Nova	1	-	5	-	0,9	0,9
Bocaiúva do Sul	1	-	1	3	1,4	1,4
Campina Grande do Sul	1	-	13	7	6,9	6,9
Campo do Tenente	1	-	4	3	1,5	1,5
Campo Largo	3	-	20	19	3,0	2,6
Campo Magro	-	-	9	6	-	-
Cerro Azul	1	-	12	6	1,4	1,4
Colombo	1	-	22	21	0,5	0,4
Contenda	1	4	2	3	0,8	0,8
Doutor Ulysses	-	3	1	2	-	-
Fazenda Rio Grande	1	1	10	17	0,4	0,4
Itaperuçu	1	1	2	5	2,1	2,1
Lapa	1	17	-	6	4,7	4,7
Mandirituba	1	7	1	3	2,3	2,3
Piên	-	1	5	3	-	-
Pinhais	2	-	8	13	2,8	2,7
Piraquara	2	-	9	8	8,6	7,8
Quatro Barras	-	-	7	6	1,2	1,2
Quitandinha	1	11	1	4	1,5	1,5
Rio Branco do Sul	1	-	5	6	1,7	1,7
Rio Negro	2	8	7	4	2,8	2,3
São José dos Pinhais	3	4	27	41	1,0	0,7
Tijucas do Sul	1	3	4	4	1,6	1,6
Tunas do Paraná	-	-	2	3	0,9	0,9

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010 e Sala de Situação de Saúde – DATASUS.

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS.

(1) Leitos de internação por 1.000 habitantes.

Segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado, a capacidade instalada de leitos para a RMC receberá projeto de expansão do número de leitos, que nos próximos anos atenderá as necessidades da região de forma plenamente satisfatória.

2.9.3. Brasil Sorridente/Centro de Especialidades Odontológicas - CEO/Prótese Dentária

Segundo dados do Portal da Saúde, os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro

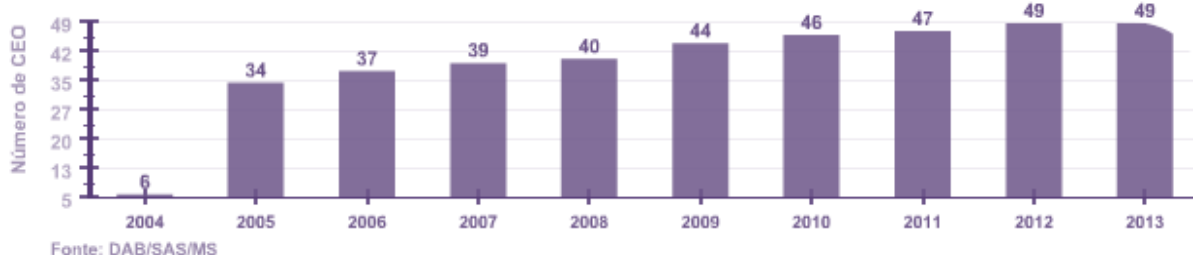
Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços:

- ✓ diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca;
- ✓ periodontia especializada;
- ✓ cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros;
- ✓ endodontia;
- ✓ atendimento a portadores de necessidades especiais.

Os centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente, um programa governamental que tem o objetivo de universalizar o acesso à saúde bucal, com o avanço na melhoria da organização do sistema de saúde como um todo. A ação propõe garantir as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros, fundamental para a saúde geral e qualidade de vida da população.

O gráfico 3 a seguir, apresenta o quantitativo de CEO's implantados no estado do Paraná, entre os anos de 2004 e 2013:

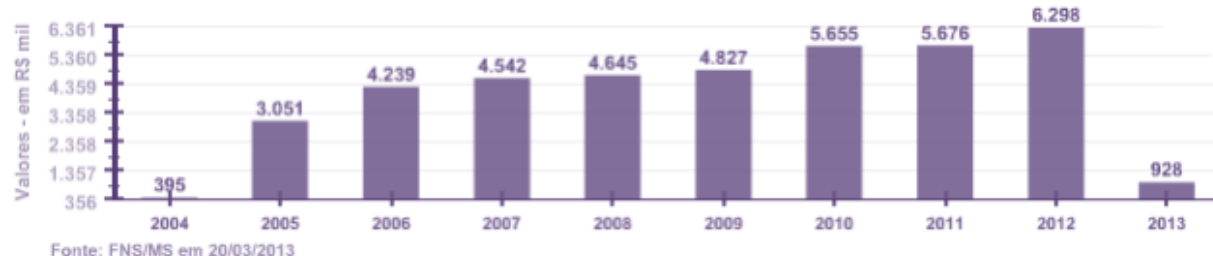
Gráfico 3 – Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's, no Estado do Paraná, 2004-2013.



O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e, no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal.

Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas dos casos mais complexos. Os valores repassados pelo Ministério da Saúde entre os anos de 2004 a 2013 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Valores transferidos aos CEO's, fundo a fundo, no Estado do Paraná, 2004-2013.

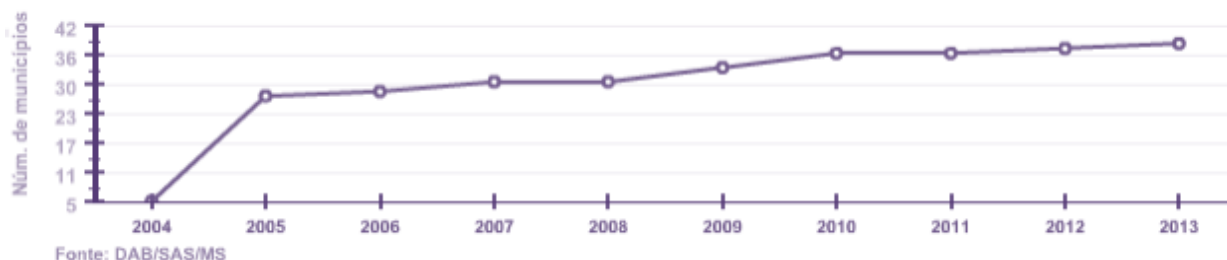


Cada Centro de Especialidade Odontológica credenciado passa a receber recursos do Ministério da saúde, de acordo com o que está definido pela Portaria N°

599/GM de 23 de março de 2006. A implantação de Centros de especialidades funciona por meio de parceria entre estados, municípios e o governo federal, isto é o Ministério da Saúde faz o repasse de uma parte dos recursos e Estados e municípios contribuem cada um com outra parcela.

A evolução do número de municípios atendidos por CEO's no Estado do Paraná (Gráfico 5):

Gráfico 5 – Número de Municípios atendidos por CEO's, Estado do Paraná, 2004-2013.

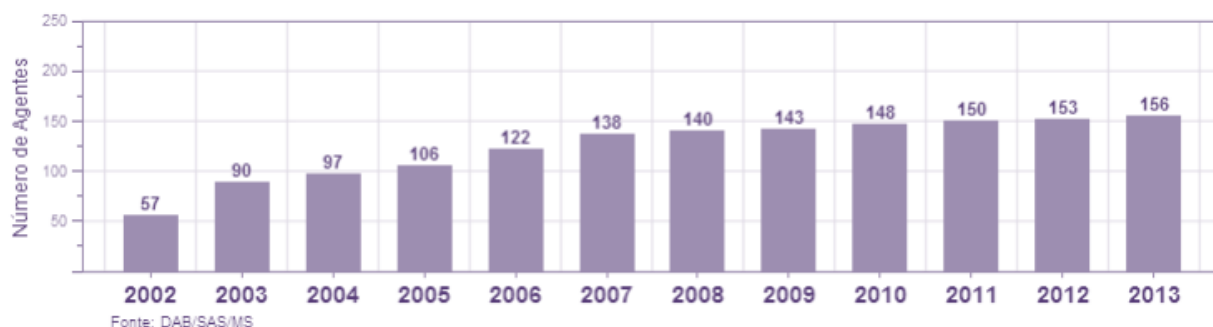


Segundo dados da Secretaria de Saúde do Paraná, a Estratégia da Saúde da Família, a qual abrange as equipes de saúde bucal, visa à reorganização da Atenção Básica no Estado. Trata-se de uma expansão, qualificação e consolidação da Atenção Básica, favorecendo uma reorientação do processo de trabalho. Propõe ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

O Paraná conta atualmente com 1.199 Equipes de Saúde Bucal, sendo 823 na modalidade I e 376 na modalidade II, o que corresponde a 39,60 % de cobertura no Estado.

O gráfico 6 a seguir apresenta o quantitativo de equipes de saúde bucal implantadas no município de Curitiba:

Gráfico 6 – Número de Equipes de Saúde bucal implantadas, Curitiba, 2002-2013.



Além do atendimento básico, pelo Brasil Sorridente, a população tem acesso também a tratamentos especializados, endodontia, periodontia, cirurgias odontológicas, estomatologia, prótese dental e ortodontia.

Segundo dados do Departamento de Atenção Básica/MS, a 2ª Regional de Saúde, que compreende a Região Metropolitana de Curitiba, contava em fevereiro de 2012 com 273 equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família.

2.10. CENÁRIO EDUCACIONAL

Considerando a necessidade de formação de novos profissionais no país, as diretrizes curriculares nacionais e o plano nacional de educação, a educação superior pautada na formação profissional é instrumento de mobilidade e condicionante para minimizar as desigualdades sociais.

A análise dos indicadores educacionais, subsidiada pelos censos da educação básica e superior, não é apenas informativa, mas imprescindível para o planejamento dos cursos à luz do cenário educacional e da necessidade do mercado de trabalho no contexto regional.

2.10.1. Educação Básica

A LDB delega a educação básica aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, a organização dos respectivos sistemas de ensino, nos termos da Constituição Federal.

Os dados da educação básica estão consolidados no censo escolar, realizado pelo INEP anualmente desde 1991, reunindo informações sobre matrículas, estabelecimentos, rendimento escolar, funções docentes entre outras.

As metas estabelecidas para a Educação Básica no Plano Nacional de Educação em vigência estão voltadas para a melhoria do rendimento escolar. Medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a META nº 7 propõe as seguintes metas nacionais para o IDEB até 2021:

- ✓ 6,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- ✓ 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental.
- ✓ 5,2 no Ensino Médio.

A educação básica em 2011 apresentou redução de 1,12% no total de matriculados em relação ao ano anterior. Esse percentual representa redução de 577.270 estudantes. No setor de educação profissional, o quantitativo de matrículas apresentou o crescimento de 7,41% frente a 2010, chegando próximo de um milhão de matrículas.

A tabela 11 a seguir, apresenta as matrículas da educação básica no Brasil, entre os anos de 2009 e 2011 e a respectiva variação entre os anos 2010 e 2011.

Tabela 11 – Matrículas da educação básica – Brasil, 2009-2011.

MODALIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA	MATRÍCULAS / ANO			
	2011 (a)	2010 (b)	2009(a)	(a/b)
Total Educação Básica	50.972.619	51.549.889	52.580.452	-1,12%
Educação Infantil	6.980.052	6.756.698	6.762.631	3,31%
<i>Creche</i>	2.298.707	2.064.653	1.896.363	11,34%
<i>Pré-escola</i>	4.681.345	4.692.045	4.866.268	-0,23%
Ensino Fundamental	30.358.640	31.005.341	31.705.528	-2,09%
Ensino Médio	8.400.689	8.357.675	8.337.160	0,51%
Educação Profissional	993.187	924.670	861.114	7,41%
Educação de Jovens e Adultos	4.046.169	4.287.234	4.661.332	-5,62%

MODALIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA	MATRÍCULAS / ANO			
	2011 (a)	2010 (b)	2009(a)	(a/b)
<i>Ensino Fundamental</i>	2.681.776	2.860.230	3.094.524	-6,24%
<i>Ensino Médio</i>	1.364.393	1.427.004	1.566.808	-4,39%
Educação Especial	752.305	702.603	639.718	7,07%
<i>Classes Especiais</i>	193.882	218.271	252.687	-11,17%
<i>Classes Comuns</i>	558.423	484.332	387.031	15,30%

Fonte: INEP. Censo da Educação Básica – Resumo Técnico.

Destaca-se que na educação básica, as matrículas do ensino fundamental e educação de jovens e adultos (EJA) influenciaram diretamente as matrículas do ensino superior, com redução de 2,09% e 5,62% em 2011.

A região Sul apresentou crescimento de 0,37% nas matrículas do ensino médio de 2012 e o Paraná apresentou crescimento de 0,57% (tabela 12).

Tabela 12 – Matrículas no ensino médio, no Brasil e Região Sul, 2010 a 2012.

Brasil/Região Sul e Estados	MATRÍCULAS			
	2012 (a)	2011 (b)	2010	(a/b) %
Brasil	8.376.852	8.400.689	8.357.675	-0,28%
Região Sul	1.141.452	1.137.262	1.139.111	0,37%
Paraná	484.607	481.846	479.417	0,57%
Santa Catarina	254.636	250.780	248.209	1,54%
R. G. do Sul	402.209	404.636	411.485	-0,60%

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

O número de estudantes em idade escolar no Estado do Paraná, Região Sul e Brasil, apresentando o pano de fundo das ações governamentais para a universalização da educação básica (tabela 13).

Tabela 13 - População em idade escolar, Estado do Paraná, Região Sul e Brasil, 2010.

População Em Idade Escolar	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	Total 4 a 17 anos
Paraná (2010)	564.607	448.929	1.377.964	565.912	2.392.805
Região Sul (2010)	1.392.362	1.122.270	3.468.685	1.423.767	6.014.722
Brasil (2010)	10.925.893	8.696.672	26.309.730	10.357.874	45.364.276

Fonte: IBGE, a partir do Programa Todos Pela Educação.

Necessariamente, as ações para melhoria da qualidade da educação básica, o que inclui também o acesso e permanência, refletem diretamente no contingente de novos estudantes potenciais para o ensino superior, caminho natural e uma opção para qualificação profissional desses jovens.

Quanto mais pessoas matriculadas no ensino regular, em idade regular, melhores as chances de diminuição da criminalidade e outros problemas sociais decorrentes da deficiência na formação intelectual.

Entretanto, o desafio está além do atendimento da população em idade escolar. Há muitos jovens e adultos que estão retornando ao ensino em razão da necessidade de complementação do conhecimento para buscar melhores posições no mercado de trabalho.

A tabela 14 a seguir apresenta a taxa de escolarização, por níveis de ensino, demonstrando que ainda há uma boa parte da população sem o ensino médio, e que deverão nos próximos anos, de alguma maneira, complementar seus estudos.

Tabela 14 – Taxa de Escolarização, Estado do Paraná, Região Sul e Brasil, 2011.

Taxa de Escolarização	Bruta - Pré-escola	Líquida - Pré-escola	Bruta - EF	Líquida - EF	Bruta – EM	Líquida - EM
Paraná (2011)	51,80%	42,40%	104,40%	93,10%	84,90%	58,50%
Região Sul (2011)	58,90%	43,80%	104,60%	92,50%	80,40%	55,10%
Brasil (2011)	69,70%	54,20%	106,90%	91,90%	82,20%	51,60%

Fonte: PNAD/IBGE; Elaborado por INEP/DTDIE.

Conforme demonstrado, a taxa de escolarização bruta do ensino médio no Paraná (número de estudantes matriculados de qualquer idade, dividido pela população em determinada faixa etária) é de 84,9%. Contudo, quanto à taxa de escolarização líquida (número de estudantes matriculados de uma determinada faixa etária, dividido pela população dessa mesma faixa etária), tem-se apenas 58,5% da população matriculada no Estado.

A seguir, tem-se a escolaridade média em anos de estudo da população do Estado do Paraná, Região Sul e Brasil, em 2011, evidenciando o potencial de estudantes que não possuem ensino superior, ratificando a necessidade de oferta de ensino superior no Estado (tabela 15).

Tabela 15 – Escolaridade média da população, Estado do Paraná, Região Sul e Brasil, 2011.

Escolaridade média em anos de estudo (pessoas de 25 anos ou mais)	
Paraná (2011)	7,5
Região Sul (2011)	7,7
Brasil (2011)	7,4

Fonte: PNAD/IBGE

O os números de matrículas iniciais da educação básica no Paraná e Região Metropolitana de Curitiba na rede de ensino em 2011 (tabela 16):

Tabela 16 – Matrículas iniciais na educação básica, municípios da Região Metropolitana de Curitiba e Estado, 2011.

Município	Matrícula Inicial															
	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Ed. Profissional	EJA (presencial)		EJA (semi presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)					
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais		(Nível Técnico)	Fundamental ^{1,2}	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico
Paraná	160.038	199.915	784.977	724.985	480.765	54.449	83.959	60.460	-	-	3.170	2.945	34.311	15.547	3.868	125
Curitiba	33.874	26.981	118.999	113.256	81.294	16.451	12.130	11.041	-	-	444	373	4.038	835	320	28
Adrianópolis	24	98	593	582	370	-	7	-	-	-	2	1	23	3	2	-
Agudos do Sul	72	106	758	602	377	-	101	-	-	-	2	3	28	5	4	-
Almirante Tamandaré	661	984	8.007	6.868	3.179	5	809	432	-	-	-	-	325	136	18	-
Araucária	1.599	2.334	11.623	9.812	5.993	836	1.212	855	-	-	5	12	405	224	36	-
Balsa Nova	202	200	1.143	895	567	-	14	-	-	-	1	1	45	9	1	-
Bocaiúva do Sul	111	227	1.064	924	501	-	-	-	-	-	5	5	63	32	4	-
Campina Gde. do Sul	401	811	3.168	3.747	1.616	36	237	85	-	-	5	13	177	90	12	-
Campo do Tenente	100	185	602	593	280	-	5	-	-	-	-	1	13	8	2	-
Campo Largo	1.367	2.508	9.211	8.621	5.222	713	419	446	-	-	17	20	384	120	31	2
Campo Magro	246	677	1.992	1.985	978	-	114	50	-	-	-	1	33	52	14	-
Cerro Azul	129	94	1.636	1.390	522	-	25	-	-	-	-	-	30	10	-	-
Colombo	3.953	5.320	18.335	15.164	7.424	45	1.523	875	-	-	12	20	531	126	35	-
Contenda	192	234	1.401	1.086	529	-	82	57	-	-	5	1	148	31	4	-
Doutor Ulysses	62	-	613	681	282	-	-	-	-	-	-	-	6	4	-	-
Fazenda Rio Grande	1.002	2.116	8.277	8.156	4.296	370	834	605	-	-	11	27	481	111	65	-
Itaperuçu	85	584	2.413	1.836	600	-	143	71	-	-	7	15	60	31	5	-
Lapa	425	415	3.467	3.263	2.014	80	402	373	-	-	11	5	193	23	16	-
Mandirituba	347	413	1.928	1.981	1.085	-	159	129	-	-	6	4	72	17	2	-
Piên	203	235	956	817	479	-	78	30	-	-	1	4	20	4	2	-
Pinhais	2.504	2.925	9.113	8.705	5.971	348	901	654	-	-	22	18	210	155	38	-

Município	Matrícula Inicial																	
	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Ed. Profissi onal	EJA (presencial)		EJA (semi prese ncial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais		(Nível Técnico)	Fundamental2	Médio2	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund1,2	EJA Médio 1,2
Piraquara	928	1.486	8.784	6.620	2.659	-	2.262	615	-	-	9	22	331	96	13	-	110	-
Quatro Barras	339	464	2.078	1.701	1.193	34	131	69	-	-	3	1	45	44	12	-	7	-
Quitandinha	140	289	1.401	1.094	772	-	69	35	-	-	5	5	33	31	6	-	33	-
Rio Branco do Sul	235	514	3.626	2.768	1.667	-	157	102	-	-	5	5	93	32	9	-	57	1
Rio Negro	594	836	2.391	1.830	2.115	212	289	331	-	-	6	7	59	25	9	1	81	2
São Jose dos Pinhais	4.114	5.081	24.851	18.713	11.660	513	1.702	1.337	-	-	40	104	637	266	59	-	181	4
Tijucas do Sul	191	367	1.280	1.137	597	-	118	58	-	-	2	6	55	16	2	-	28	-
Tunas do Paraná	49	184	860	618	270	-	19	-	-	-	4	2	12	4	-	-	17	-

Fonte: INEP – Censo Escolar 2011.

¹Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semipresencial

²Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

2.10.2. Educação Superior

No Brasil o ensino superior tem alcançado significativo crescimento. Dados do Censo da Educação Superior de 2011, último divulgado pelo Inep/MEC, mostram um total de 2.365 Instituições de Educação Superior (IES) ofertando 30.420 cursos.

Apesar da leve retração no número de IES, houve aumento significativo na quantidade de cursos. A Região Sul, que contava em 2010 com 386 IES, em 2011 aumentou em mais três instituições, totalizando 389 IES.

Essas IES da Região Sul ofertaram 5.606 cursos em 2010 e 5.753 cursos em 2011, nas redes pública e privada, o que significa um incremento de 2,62% na quantidade de cursos na região.

Entre os indicadores qualitativos, a ociosidade do setor é um grande desafio a ser vencido, pois em 2011 foram ofertadas 4,45 milhões de vagas nas IES brasileiras, porém apenas 2,34 milhões de estudantes novos matriculados.

Apesar da queda de dois pontos percentuais da taxa de ociosidade entre o período de 2010 e 2011, neste último ano a taxa de ociosidade foi de 47%, constituindo-se em um ponto de atenção e mostrando o potencial de crescimento do total de matriculados no ensino superior.

Avalia-se que a oferta de cursos diferenciados e planos de financiamento mais atrativos aos jovens das classes sociais 'C' e 'D' são condicionantes para combater os indicadores negativos.

Atualmente, 10 milhões de jovens entre 18 e 24 anos não têm condições de estudar. É preciso ampliar o acesso à educação a distância e a graduação tecnológica, além de ampliar a base de estudantes na graduação tradicional (bacharelados e licenciaturas).

A tabela 17 a seguir, apresenta a distribuição das matrículas nos cursos ofertados no Brasil, Região Sul e Estado do Paraná, de acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2011.

Tabela 17 – Matrículas Ensino Superior - Brasil, Região Sul e Paraná – 2011.

	Presencial + EAD	Total Presencial	Graduação		Total Bac. + Lic.	Tecnólogo	EAD
			Bacharelado	Licenciatura			
Brasil	6.739.689	5.746.762	4.196.423	926.780	16.995	5.140.198	992.927
Região Sul	1.144.303	929.446	754.010	223.204	977.214	165.708	214.857
Paraná	437.059	347.267	263.230	99.887	363.117	73.921	89.792

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2011.

A distribuição das IES pelo território brasileiro não envolve apenas o problema do acesso. Necessariamente, a instalação de uma IES em determinada cidade está ligada ao potencial de estudantes da localidade, bem como aos serviços e oportunidades agregadas que tal região proporciona.

A relação de cursos presenciais de graduação e seu crescimento entre 2008 e 2011, evidenciando a região Sul como detentora da segunda maior quantidade de cursos no Brasil, embora a região Nordeste esteja avançando em quantitativo ano a ano (tabela 18).

Tabela 18 – Número de cursos superiores presenciais, segundo a região e Brasil – 2008-2011.

Regiões	Número de Cursos de Graduação			
	2008	2009	2010	2011
Norte	1.802	2.004	2.066	2.191
Nordeste	4.215	4.655	4.894	5.072
Sudeste	11.709	13.278	13.481	13.766
Sul	4.658	5.386	5.606	5.753
Centro-Oeste	2.335	2.504	2.530	2.594
Total – Brasil	24.719	27.827	28.577	29.376

Fonte: Inep/MEC.

O Estado do Paraná detinha em 2010 cerca de 10,4 milhões de habitantes, todavia, existiam em 2011 apenas 347 mil estudantes matriculados no ensino superior presencial, considerando que muitas vagas ainda são preenchidas por estudantes advindos de outras regiões do país.

Os números totais do estado, caracterizando-o como polo educacional estratégico, principalmente na região metropolitana, face aos investimentos e a infraestrutura instalada (tabela 19).

Tabela 19 – Dados Gerais do Ensino Superior no Estado do Paraná, 2011.

PR - Dados Gerais – IBGE				
Estado	Área (Km ²)	Habitantes (2010)	Ensino Superior (Geral) 2011	
			Matrículas (Presenciais)	Docentes
Paraná	199.314,9	10.439.601	347.267	70.381

Fonte: IBGE/Censo/INEP/MEC 2011

Considerando a importância da região Sul e do Estado do Paraná no contexto da educação superior brasileira, é necessário demonstrar a existência de demanda não atendida na área metropolitana, detentora de um enorme potencial de crescimento, necessitando de ampliação na atual oferta de cursos face aos atuais e futuros investimentos.

Conforme demonstrado no contexto regional da Região Metropolitana de Curitiba, o potencial de crescimento dessa área cria a necessidade de ampliação do potencial da mão de obra local por meio de cursos superiores de qualidade. Esses cursos, subsidiados pelo financiamento governamental, ou pagos diretamente por seus estudantes, trarão impactos diretos no desenvolvimento da economia local.

A articulação das políticas de expansão e ampliação das oportunidades educacionais e interiorização do ensino superior deve se efetivar na interligação entre as esferas pública e privada.

Neste sentido, eventual demanda não atendida pelo atual cenário do mercado de trabalho poderá comprometer ou desacelerar o crescimento e desenvolvimento local, o que em breve necessitará de mais profissionais.

O Curso Superior de Tecnologia em Radiologia tem alta procura no estado do Paraná. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2011, foram 2.083 candidatos inscritos nos processos seletivos e apenas 352 vagas ofertadas, conforme demonstrado na tabela 20 a seguir:

Tabela 20 – Relação vagas, candidatos e ingressos, CST em Radiologia – Censo 2011.

Censo da Educação Superior – INEP – Curso Superior de Tecnologia em Radiologia			
Região	Vagas	Candidatos Inscritos	Candidato/Vaga
Paraná (4)	352	2.083	5,91
Curitiba (3)	252	2.021	8,01

Fonte: INEP-MEC.

3. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA DA FACULDADE ILAPEO

Em sintonia com a sua Mantenedora, planeja com o seu credenciamento ofertar cursos de graduação e pós-graduação na área das ciências da saúde e bem-estar na modalidade presencial.

A Faculdade Ilapeo realizará estudos e pesquisas, desenvolverá tecnologias alternativas, promoverá a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos com excelência nessa área.

3.1. IDENTIDADE ESTRATÉGICA

3.1.1. Missão

A Faculdade Ilapeo considera importante a formação de profissionais responsáveis com senso crítico e analítico em condições de construir o conhecimento, aplicando-o no âmbito pessoal, profissional e cidadão.

Desenvolveu um plano no sentido ofertar à comunidade do entorno formação superior na área da saúde de elevada referência para o desenvolvimento de profissionais com competência.

Para tanto, a Faculdade assume como missão *“desenvolver formação pessoal, profissional e cidadã de excelência, na área da saúde e bem-estar, integrando o ensino, pesquisa científica e a extensão, mediante conhecimentos teóricos e metodológicos com responsabilidade socioambiental”*.

3.1.2. Princípios

A Faculdade assume como princípios:

- ✓ Integração do Ensino, da Pesquisa Científica e da Extensão: compreendendo as relações entre o pensamento científico e aquele produzido pela comunidade interna e entorno, visando um processo de ensino-aprendizagem relevante para a sociedade.

- ✓ Ética: conduzida pelos preceitos morais, legais e sociais, promovendo a integridade dos serviços oferecidos, com credibilidade, confiança, justiça e transparência dos atos administrativos e acadêmicos.
- ✓ Pluralidade: aceitação de pontos de vista e modos diferentes, mantendo a convivência na diversidade, com diálogo, senso crítico, respeito ao erudito, ao popular, ao saber elaborado e à cultura oriunda da tradição.
- ✓ Participação: baseada na democracia como caminho essencial para que as opiniões e contribuições das pessoas sejam produtos da reflexão e interação, tendo em vista o progresso individual, institucional e social.
- ✓ Cidadania: cuidado e atenção em relação aos clientes internos e externos valorizando a diversidade com atitude social e cultura organizacional voltada para o bem comum.
- ✓ Flexibilidade organizacional: capacidade para conviver com as mudanças do mundo contemporâneo, visando à competitividade institucional.
- ✓ Sustentabilidade: eficiência da gestão, procedimentos e práticas para o equilíbrio econômico-financeiro, desenvolvimento da responsabilidade social, desenvolvimento humano e organizacional.

3.1.3. Valores Institucionais

São valores institucionais da Faculdade Ilapeo:

- ✓ Formação cidadã: formação global, ética e cidadã, respondendo positivamente aos desafios e à complexidade do mundo contemporâneo, sobretudo no âmbito da saúde e bem-estar.
- ✓ Empreendedorismo: desenvolvimento de competências, atitudes proativas, criatividade e habilidades para elaboração de projetos inovadores, buscando novos caminhos e novas soluções para as pessoas e organizações.
- ✓ Comprometimento: pautado em ações que promovam o desenvolvimento institucional e regional, possibilitando novas respostas às necessidades organizacionais, sociais, econômicas e ambientais.
- ✓ Autonomia didático-acadêmica no processo de ensino-aprendizagem.
- ✓ Interdisciplinaridade: integração sistêmica dos componentes curriculares na atuação docente, visando à amplitude da formação discente.
- ✓ Responsabilidade socioambiental: assumindo uma formação profissional que integre a atuação instituição com a sociedade global e comunidade do entorno na busca de melhorias na qualidade de vida, no desenvolvimento social e ambiental.

3.1.4. Visão de Futuro

A Faculdade Ilapeo tem como visão *“tornar-se uma instituição de ensino superior de referência na área de saúde e bem-estar, na geração e compartilhamento de conhecimentos para o desenvolvimento social, econômico, cultural e regional”*.

3.1.5. Finalidades

A Faculdade Ilapeo tem como finalidades:

- ✓ Desenvolvimento do ensino em todos os graus, ciclos e modalidades, visando ao progresso cultural e social da região em que está inserida e de todo o Brasil, formando pessoas socialmente responsáveis.
- ✓ Manutenção e provisão dos recursos necessários para operacionalização dos cursos, programas e serviços, com qualidade e eficiência.
- ✓ Desenvolvimento da pós-graduação (Lato e Stricto sensu) que atenda às exigências legais e necessidades das pessoas e das organizações.
- ✓ Promoção da extensão acadêmica à comunidade interna e externa, atendendo aos requisitos legais, normas e planejamento institucional.
- ✓ Viabilização da iniciação científica/pesquisa de forma sistematizada e coerente com a realidade social do cenário local, regional e nacional.

3.2. OBJETIVOS

3.2.1. Gerais

Desenvolver a qualificação e capacitação pessoal, profissional e cidadã, sobretudo na área da saúde e bem-estar, contribuindo para o desenvolvimento humano, visando promover a transformação social.

3.2.2. Específicos

O atendimento do objetivo geral será realizado por meio dos objetivos específicos, dispostos no regimento geral à luz da Lei de Diretrizes e Bases e descritos na sequência:

- ✓ estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- ✓ promover a formação profissional nas diferentes áreas de conhecimento, visando a inserção no mercado de trabalho, ampliando as relações sociais e colaborando para o processo de educação continuada;
- ✓ incentivar o trabalho de iniciação e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, tecnologia, criação e difusão da cultura, bem como o entendimento do homem e do meio no qual está inserido;
- ✓ promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, sociais, políticos, econômicos e tecnológicos que se constituem como patrimônio da humanidade, ampliando a socialização do saber por meio do ensino, da comunicação e da interação com a comunidade;
- ✓ atuar no campo da extensão, levando à comunidade regional os valores e bens morais, visando contribuir para o atendimento das necessidades e aspirações e estabelecendo uma relação de integração;
- ✓ estimular o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, integrando conhecimentos, associando teoria e prática;
- ✓ fomentar o desenvolvimento da consciência crítica e criativa de sua comunidade acadêmica sobre democracia, ética, cidadania e equilíbrio ambiental;
- ✓ contribuir para o desenvolvimento e a preservação da memória regional;
- ✓ buscar fontes diversificadas de apoio financeiro à iniciação científica e à produção científica.

III. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES NA VIGÊNCIA DO PDI

O PDI é um instrumento de planejamento que integra as dimensões políticas, técnicas, e operacionais no âmbito organizacional de uma instituição de ensino e que contribui para que as instituições de ensino reflitam sobre seu posicionamento e visão de futuro.

A **Faculdade Ilapeo** dentro deste contexto definiu os objetivos e metas, a serem desenvolvidos durante a vigência deste PDI, bem como as respectivas ações e prazos. Em linhas gerais, o parâmetro estabelecido para esse planejamento orientou-se nas diretrizes políticas institucionais, sobretudo naquelas direcionadas ao seu corpo social, comunicação com a sociedade, infraestrutura física, avaliação institucional e sustentabilidade financeira. Esse planejamento está apresentado nos quadros a seguir:

1. A MISSÃO E O PDI

A missão orienta a **Faculdade Ilapeo** nos demais delineamentos políticos e as instâncias de decisão que atuam na orientação do funcionamento efetivo dos cursos e programas institucionais. Como objetivos, metas e ações, a serem cumpridas para o desenvolvimento da missão institucional, estão assim estabelecidas na vigência deste PDI (tabela 21):

Tabela 21 – Objetivos, metas e ações da missão e o PDI.

Objetivo: Divulgar a missão e garantir a execução do PDI.						
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Garantir o contínuo acompanhamento da execução das metas e ações do PDI	Criação da Comissão Acompanhamento da Execução do PDI.	X				
	Realização de reuniões periódicas do grupo responsável execução do PDI.	X	X	X	X	X
	Apresentação de relatórios anuais sobre o cumprimento das metas e ações previstas.	X	X	X	X	X
Garantir permanentemente que a missão institucional seja conhecida por toda a comunidade acadêmica	Divulgação da missão, visão e objetivos institucionais a toda a comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
	Inserção da missão institucional em todos os documentos e setores.	X	X	X	X	X
	Divulgação da missão no site institucional.	X	X	X	X	X
Garantir continuamente a articulação do	Realização da autoavaliação de forma articulada procurando contemplar especificidades institucionais e redefinir novas metas e ações.	X	X	X	X	X

Objetivo: Divulgar a missão e garantir a execução do PDI.						
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
processo de avaliação institucional com as metas e ações do PDI	Avaliação e divulgação dos resultados.	X	X	X	X	X
	Articulação dos resultados da autoavaliação com as metas e ações propostas no PDI.	X	X	X	X	X

2. O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

As políticas de ensino, pesquisa e extensão orientam as propostas metodológica e pedagógica dos cursos e programas da **Faculdade Ilapeo**, estabelecendo diretrizes orientadoras. Essas políticas deverão, portanto, articular a formação profissional, técnica, científica, humana e social. Para tanto, a Instituição, traçou objetivos, metas e ações para serem realizados na vigência deste PDI (tabela 22).

Tabela 22 – Objetivos, metas e ações do ensino, pesquisa e extensão.

Objetivo: Articular as políticas institucionais com a graduação, a pós-graduação, a iniciação científica e a extensão.						
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Implantar os cursos de graduação previstos na vigência do PDI	Elaboração e implantação dos projetos pedagógicos dos cursos atendendo à legislação pertinente.	X	X	X	X	X
	Elaboração e implantação dos regulamentos e ordenamentos institucionais.	X	X	X	X	X
	Implantação de práticas pedagógicas nos programas de ensino, coerentes com as políticas constantes dos documentos oficiais.	X	X	X	X	X
	Disponibilização da infraestrutura física adequada à proposta pedagógica dos cursos.	X	X	X	X	X
	Aquisição do acervo bibliográfico específico para atender aos componentes curriculares selecionados para os cursos.	X	X	X	X	X
	Implantação dos laboratórios específicos voltados ao atendimento das demandas dos cursos.	X	X	X	X	X
	Definição do corpo docente com titulação, formação e disponibilidade adequada ao desenvolvimento dos componentes curriculares.	X		X		X
	Avaliação e divulgação dos resultados das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	X	X	X	X	X
Implantar os programas de pós-graduação previstos na vigência do PDI	Implantação dos programas de pós-graduação com base na identificação das necessidades regionais e locais.	X	X	X	X	X
	Viabilização da infraestrutura física necessária (laboratórios, biblioteca etc.).	X	X	X	X	X
	Definição do corpo docente e corpo técnico-administrativo.	X			X	X
	Avaliação e divulgação dos resultados dos programas de pós-graduação.		X	X	X	X
	Implantação do programa de doutorado em Odontologia nas áreas de concentração em Implantodontia e Ortodontia.				X	

Objetivo:	Articular as políticas institucionais com a graduação, a pós-graduação, a iniciação científica e a extensão.					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Implantar o Programa de Pesquisa/Iniciação Científica	Implantação do Programa de Pesquisa/Iniciação Científica.	X	X	X	X	X
	Criação do Comitê de Ética em Pesquisa/Iniciação Científica.			X		
	Criação da Comissão de Ética no uso de Animais CEUA.			X		
	Definição das linhas de pesquisas.	X				
	Manutenção dos grupos de pesquisa/iniciação científica.	X	X	X	X	X
	Seleção e manutenção do corpo docente.	X	X	X	X	X
	Criação do Programa de Bolsas de pesquisas/iniciação científica.	X		X		
	Incorporação da Revista Científica do ILAPEO.	X				
	Avaliação e divulgação dos resultados dos trabalhos de pesquisa científica.	X	X	X	X	X
Implantar os Programas de Extensão na vigência do PDI	Levantamento de demanda, atendendo necessidades regionais e locais (cultura, saúde e bem-estar, meio ambiente, responsabilidade social, inclusão social, etc.).	X	X	X	X	X
	Definição e elaboração dos projetos, cursos e atividades de extensão cursos, eventos, atividades relacionadas às áreas de saúde, sociais, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.	X	X	X	X	X
	Disponibilização de recursos humanos e de infraestrutura.	X	X	X	X	X
	Definição de parcerias estratégicas com a comunidade externa.	X	X	X		X
	Avaliação e divulgação dos resultados dos projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e externa.		X	X	X	X

3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL

As políticas de responsabilidade social versam sobre a compreensão da realidade local e regional onde a Instituição está inserida, e orientam a comunidade acadêmica para a conduta ética e cidadã, observando as questões de inclusão social, defesa do meio ambiente, memória cultural e produção artística e do patrimônio cultural. Consciente de seu papel, a **Faculdade Ilapeo**, elegeu os seguintes objetivos, metas e ações para serem realizados na vigência deste PDI, (tabela 23).

Tabela 23 – Objetivos, metas e ações da responsabilidade social.

Objetivo:	COLABORAR COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COM A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS POR MEIO DE PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Promover permanentemente programas de	Levantamento das demandas locais para o desenvolvimento do programa de responsabilidade social.	X	X	X	X	X

Objetivo:	COLABORAR COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COM A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS POR MEIO DE PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
responsabilidade social	Elaboração do Programa de Responsabilidade Social com base nas políticas institucionais.	X	X	X	X	X
	Criação de Projetos de Inclusão Social buscando atender às necessidades da comunidade local.	X	X	X	X	X
	Criação de programas de preservação da memória cultural, artística.	X	X	X	X	X
	Estímulos à formação ética e cidadã dos discentes.	X	X	X	X	X
	Incentivos à participação da comunidade acadêmica nos projetos de responsabilidade social.	X	X	X	X	X
	Estabelecimento de parcerias estratégicas com o setor público e privado.	X	X	X	X	X
	Viabilização de infraestrutura, recursos humanos e materiais para implantação e execução dos programas de responsabilidade social.	X	X	X	X	X
	Avaliação e divulgação das ações de responsabilidade social.		X	X	X	X

4. A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A comunicação com a sociedade civil e acadêmica requer reflexão e posicionamento da Instituição em relação à forma e aos meios. A política de comunicação da **Faculdade Ilapeo** com a sociedade versa sobre a coerência e a integralidade das informações abrangendo a pertinência, formas, meios, pessoas e processos. A comunicação visa, portanto, a interação entre instituição com sua comunidade acadêmica e também sociedade em geral para garantir transparência no processo de comunicação. Deste modo, a **Faculdade Ilapeo**, delineou objetivos, metas e ações para serem atingidos na vigência deste PDI, (tabela 24).

Tabela 24 – Objetivos, metas e ações da comunicação com a sociedade.

Objetivo:	Desenvolver mecanismos de comunicação entre a comunidade acadêmica e a sociedade					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Implantar a Ouvidoria no Ano I do PDI.	Elaboração do regulamento da Ouvidoria.	X				
	Definição do Ouvidor Institucional.	X				
	Viabilização da infraestrutura física e dos recursos tecnológicos e de comunicação necessários para o Setor de Ouvidoria.	X				
	Avaliação e divulgação dos resultados das ações do processo de comunicação interna e externa.		X	X	X	X
Viabilizar permanentemente os meios de comunicação interna e externa	Implantação do site institucional atendendo estudantes, docentes, colaboradores e a sociedade.	X				
	Criação de murais nos setores, salas de aulas, e áreas de convivência para divulgação de notícias, eventos e comunicados a comunidade acadêmica.	X				

Objetivo:	Desenvolver mecanismos de comunicação entre a comunidade acadêmica e a sociedade					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
	Criação da Assessoria de Comunicação.	X				
	Inserção da Instituição nas mídias sociais.	X	X			
	Incorporação do jornal institucional.		X			
	Capacitação contínua dos colaboradores para o atendimento a comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
	Divulgação das ações acadêmicas como processo seletivo, eventos, notícias, manuais institucionais, regulamentos e normas etc.	X	X	X	X	X
	Estabelecimento de meios de comunicação com os colaboradores.	X	X	X	X	X
	Criação do vídeo institucional.		X			
	Avaliação e divulgação das ações de comunicação com a sociedade.	X	X	X	X	X

5. GESTÃO DO CORPO SOCIAL

A gestão do corpo social, docentes e técnico-administrativos, está norteada pela legislação trabalhista e pela regulamentação interna. O desenvolvimento das atividades laborais, acadêmicas e/ou administrativas, está estratificado em regulamentos internos e abordam a postura ética e profissional.

As políticas voltadas para a gestão do corpo social demandam que a composição do corpo docente e técnico-administrativo, atenda aos objetivos institucionais da **Faculdade Ilapeo**, de forma que os critérios para a seleção e contratação estejam adequados às funções e cargos. São estabelecidas as seguintes metas e ações para composição e manutenção do corpo social, na vigência do PDI (tabela 25).

Tabela 25 – Objetivos, metas e ações da gestão do corpo social.

Objetivo:	Constituir e manter o corpo docente e técnico-administrativo adequado à proposta pedagógica e aos objetivos institucionais					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Manter permanentemente adequado o perfil do corpo docente	Definição do corpo docente atendendo aos requisitos de titulação, regime de trabalho e experiência.	X	X	X	X	X
	Estabelecimento de critérios para seleção e contratação adequados.	X				
	Definição e constituição do Núcleo Docente Estruturante de cada curso.	X	X	X	X	X
	Implantação do Plano de Carreira Docente.	X				
	Criação do Plano de Capacitação Docente.	X				
	Estímulos à educação continuada dos docentes (pós-graduação).	X	X	X	X	X
	Estímulos à participação em eventos científicos e de atualização pedagógica (interna e externa).	X	X	X	X	X

Objetivo:	Constituir e manter o corpo docente e técnico-administrativo adequado à proposta pedagógica e aos objetivos institucionais					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Manter permanentemente adequado o perfil do corpo técnico-administrativo	Criação de mecanismos de acompanhamento do trabalho docente.	X				
	Incentivos à produção docente (artigos, livros, pesquisas, resenhas, material didático, etc.).	X	X	X	X	X
	Avaliação e divulgação do trabalho docente.		X	X	X	X
	Definição do corpo técnico-administrativo para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	X				
	Estabelecimento de critérios seletivos e de contratação adequados.	X				
	Implantação do Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico-administrativo.	X				
	Estímulos ao aperfeiçoamento técnico por meio de cursos e programas de atualização profissional.	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento de Programas de Treinamento interno e/ou externo para os colaboradores.	X	X	X	X	X
	Atendimento às condições de trabalho como segurança, saúde ocupacional e bem-estar.	X	X	X	X	X
	Avaliação e divulgação dos resultados do trabalho do corpo técnico-administrativo.		X	X	X	X

6. A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO DA FACULDADE ILAPEO

As diretrizes estabelecidas para a organização e gestão da **Faculdade Ilapeo** nortearam a ação institucional, definindo sua estrutura organizacional, dinâmica e funcionamento para atender a complexidade que caracteriza os processos de uma instituição de ensino superior. São estabelecidas as seguintes metas e ações para atender as finalidades e os objetivos institucionais, na vigência do PDI (tabela 26).

Tabela 26 – Objetivos, metas e ações da organização e gestão.

Objetivo:	Assegurar que os processos decisórios atendam à finalidade da Instituição					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Estabelecer e manter coerente a gestão da organização acadêmica e administrativa	Implantação das ações de gestão observando o regimento, regulamentos e manuais institucionais.	X				
	Promoção de discussões entre a comunidade acadêmica e as instâncias de decisão.	X	X	X	X	X
	Garantia da representatividade, funcionalidade e autonomia dos colegiados.	X	X	X	X	X
	Elaboração de um plano de metas adequado à gestão organizacional e de acordo com os objetivos institucionais.	X				
	Avaliação e divulgação do processo de gestão organizacional.		X	X	X	X

7. A INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

A infraestrutura é essencial para a execução da proposta pedagógica, portanto, ambientes educacionais como, sala de aula, laboratórios e biblioteca, devem estar estruturados com equipamentos, recursos tecnológicos e materiais didáticos para proporcionar aos docentes e estudantes a aproximação com o objeto de estudo. Em consonância com essas diretrizes a **Faculdade Ilapeo** elegeu os objetivos, metas e ações conforme segue (tabela 27).

Tabela 27 – Objetivos, metas e ações da infraestrutura física e tecnológica.

Objetivo:	Constituir e manter a infraestrutura física e tecnológica adequada às atividades de ensino, pesquisa e extensão.					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Manter permanentemente adequadas as instalações físicas	Criação de mecanismos para a preservação, conservação dos ambientes acadêmicos e administrativos.	X				
	Redimensionamento dos espaços físicos conforme as necessidades dos cursos e programas.	X	X	X	X	X
	Criação de espaços para a prática do convívio social e cultural da comunidade acadêmica.	X				
	Atendimento às normas de acessibilidade, segurança e conservação.	X	X	X	X	X
	Atendimento às pessoas com necessidades especiais (estudantes, colaboradores e visitantes).	X	X	X	X	X
	Expansão gradativa das instalações físicas de acordo com o plano de expansão de cursos e programas.	X	X	X	X	X
	Avaliação e divulgação das condições da infraestrutura física		X	X	X	X
Manter permanentemente adequada a infraestrutura tecnológica	Criação de mecanismos para a manutenção e conservação dos recursos tecnológicos necessários para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.	X				
	Viabilização da acessibilidade aos recursos tecnológicos à comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
	Manutenção e ampliação constante dos serviços prestados pela área de informática aos outros setores.	X	X	X	X	X
	Manutenção e atualização dos equipamentos de informática.	X	X	X	X	X
	Aquisição gradativa dos recursos tecnológicos de acordo com o plano de expansão.	X	X	X	X	X
	Aquisição de novos softwares em função da modernização, demandas ou metas do plano de expansão.	X	X	X	X	X
	Estímulos e incentivos à capacitação dos colaboradores da área de informática.	X	X	X	X	X
	Avaliação e divulgação dos recursos tecnológicos.	X	X	X	X	X
	Viabilização da infraestrutura física.	X	X	X	X	X
Manter a Biblioteca permanentemente adequada à proposta pedagógica	Aquisição de acervo bibliográfico destinado ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	X	X	X	X	X
	Implantação do Sistema de Automação e Informatização da Biblioteca.	X				
	Definição e implantação do Regulamento Interno.	X				

Objetivo:	Constituir e manter a infraestrutura física e tecnológica adequada às atividades de ensino, pesquisa e extensão.					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
	Criação de mecanismos para a preservação, conservação da Biblioteca.	X				
	Criação da Comissão de Biblioteca para garantir a integralização dos objetivos institucionais.	X				
	Adequação da equipe técnica em função do plano de expansão.	X	X	X	X	X
	Avaliação e divulgação dos serviços e produtos da Biblioteca.	X	X	X	X	X
Manter permanentemente adequado os laboratórios	Definição da política e normas de utilização dos laboratórios.	X				
	Implantação de novos laboratórios conforme a demanda dos programas de ensino.	X	X	X	X	X
	Elaboração do plano de capacitação dos técnicos de laboratórios.	X				
	Manutenção e controle do estoque de materiais, visando atender às demandas de consumo.	X	X	X	X	X
	Elaboração de um plano anual de atualização e modernização dos laboratórios.	X				
	Avaliação e divulgação dos serviços laboratoriais quanto à qualidade e quantidade.	X	X	X	X	X

8. O PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Os processos de autoavaliação e avaliação externa, delineados se caracterizam pelas ações de melhoramento contínuo, modernização, adequação e transparência para toda a comunidade interna e externa. Dentro deste contexto, a **Faculdade Ilapeo** selecionou os objetivos, metas e ações a serem cumpridos na vigência deste PDI, conforme segue, (tabela 28).

Tabela 28 – Objetivos, metas e ações do planejamento e avaliação.

Objetivo:	Constituir o processo de avaliação visando contribuir com a gestão institucional					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Promover continuamente a integralização do processo de avaliação com os objetivos institucionais	Criação da Comissão Própria de Avaliação CPA.	X				
	Elaboração e implantação do Programa de Autoavaliação Institucional.	X				
	Garantia de manutenção da representatividade e composição da CPA.	X	X	X	X	X
	Viabilização de infraestrutura física e de recursos tecnológicos.	X	X	X		
	Elaboração do instrumento de coleta, organização e processamento das informações para geração do relatório de Autoavaliação.	X	X			
	Garantia a participação de todos os atores (sociedade acadêmica e civil) no processo de avaliação institucional.	X	X	X	X	X
	Promoção da análise e discussão dos resultados no âmbito acadêmico.	X	X	X	X	X
	Contribuição para a elaboração ou reelaboração das políticas institucionais.	X	X	X	X	X

Objetivo:	Constituir o processo de avaliação visando contribuir com a gestão institucional					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
	Contribuição para a redefinição dos processos institucionais.	X	X	X	X	X
	Avaliação e divulgação dos resultados da avaliação institucional.	X	X	X	X	X

9. O ATENDIMENTO AOS DISCENTES

As diretrizes de atendimento aos discentes visam contribuir com a sua formação, e busca desenvolver mecanismos para dar sustentabilidade as questões socioeconômicas, culturais, de integração social, nivelamento, apoio psicopedagógico e financeiro que visam à garantia de condições de permanência destes na Instituição. Neste contexto a **Faculdade Ilapeo** elegeu objetivos, metas e ações para o processo de desenvolvimento e formação profissional dos discentes, na vigência do PDI, assim elencadas (tabela 29).

Tabela 29 – Objetivos, metas e ações do atendimento aos discentes.

Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS DISCENTES					
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Manter permanentemente e adequado o programa de atendimento aos discentes	Elaboração e implantação do Programa de Nivelamento.	X				
	Elaboração e implantação o Programa de Apoio Psicopedagógico.	X				
	Elaboração e implantação do Programa de Apoio Financeiro.	X				
	Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento das condições de bem-estar do corpo discente.	X				
	Elaboração e implantação do Programa de Acompanhamento dos Egressos.	X	X			
	Verificação dos interesses dos egressos viabilizando a formação continuada.			X	X	X
	Viabilização de programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico (realização de atividades científicas, técnicas, culturais e esportivas).	X	X	X	X	X
	Verificação e manutenção das formas de acesso, seleção e permanência dos discentes.	X	X	X	X	X
	Avaliação e divulgação dos resultados das ações de atendimento aos discentes.	X	X	X	X	X

10. A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A sustentabilidade financeira que garantirá a viabilidade da implantação dos cursos e programas idealizados pela **Faculdade Ilapeo** será avalizada pela sua Mantenedora que consciente de seu papel, na manutenção e expansão dos recursos

necessários para que a Mantida opere plena e satisfatoriamente, elege objetivos, metas e ações para serem cumpridas durante a vigência deste PDI (tabela 30).

Tabela 30 – Objetivos, metas e ações da sustentabilidade financeira.

Objetivo:		GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO OTIMIZANDO OS RECURSOS FINANCEIROS				
Metas	Ações	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Garantir permanentemente a sustentabilidade financeira	Elaboração e implantação do Programa de Execução Orçamentária.	X				
	Integração dos sistemas administrativos e acadêmicos visando o controle financeiro e orçamentário.	X	X	X	X	X
	Alocação de recursos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.	X	X	X	X	
	Viabilização financeira para a implantação dos novos cursos e programas.	X	X	X	X	X
	Operacionalização do sistema de gestão econômica para obras, convênios, patrimônio, materiais, veículos, combustíveis e recursos humanos.	X	X	X	X	X
	Avaliação e divulgação dos resultados da sustentabilidade financeira.	X	X	X	X	X

IV. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS

A Faculdade Ilapeo define os princípios norteadores de sua prática e filosofia de trabalho, como Instituição de Ensino Superior, por meio da linha da construção do conhecimento para a promoção do desenvolvimento local e regional.

Assim, busca ofertar uma educação, que prima para a construção do ser humano completo e íntegro, preocupado com a sustentabilidade e com a ética, proporcionando ao educando experiências não apenas educacionais, mas que fazem parte do seu dia-a-dia tornando-os responsáveis pela sua própria formação.

Adota como metodologia educacional tornar o educando capaz de atuar no desenvolvimento da sua região com autonomia, consciência socioambiental e ética profissional. O processo de ensino-aprendizagem é uma interação educativa que significa atribuir confiança, credibilidade ao sujeito aprendiz, de tal maneira que ele vai se empenhando no processo de construção do conhecimento.

Os aspectos políticos, filosóficos e teórico-metodológicos subjacentes ao presente Projeto definem, entre outros pressupostos, as concepções de processos de ensino e de aprendizagem, de currículo, de planejamento e de avaliação da Faculdade Ilapeo.

Estão inseridos nesta ótica os valores estéticos, políticos e éticos. A organização didática, as formas de convivência acadêmica, a organização dos currículos e das situações de aprendizagem e os procedimentos de avaliação devem estar coerentes com esses valores que agregam a sensibilidade, a igualdade e a identidade.

2. PLANO PARA ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

2.1. PERFIL DE EGRESSO

Os egressos dos cursos oferecidos pela Faculdade Ilapeo, durante sua permanência na Instituição, terão desenvolvido conhecimentos e competências para o processo de tomada de decisões, consolidadas numa postura ética, na criatividade, na lógica, no raciocínio e na argumentação em um movimento dialético e coletivo. Serão equacionados os desafios do contexto social, regional, nacional e internacional, ampliando a aprendizagem como um processo autônomo e continuado, reconhecendo

a educação como patrimônio da humanidade, indispensável à construção de seus ideais, de suas relações e de sua própria sobrevivência.

O egresso da Faculdade Ilapeo, ao concluir seu curso, terá construído o seu perfil profissional com as seguintes características:

- ✓ Postura ética, estética e os princípios democráticos que fundamentarão um processo de conscientização em relação às questões socioambientais, na amplitude da capacidade transformadora, na avaliação e questionamento da realidade social, regional, nacional e internacional, bem como na concepção de uma consciência política.
- ✓ Capacitação técnica, aprimoramento científico, visando o aprender a aprender e as novas formas de aprendizagem e comunicação, atuando de forma crítica e criativa, investigativa, autônoma e propositiva, buscando soluções, via diagnóstico, análise, contextualização e resolução de problemas pessoais e organizacionais.
- ✓ Formação humanística, respeito aos direitos humanos, consolidando a autonomia e autoria do pensamento crítico-reflexivo, a opção pelo trabalho integrado e a busca da compreensão do meio ambiente e das suas múltiplas e complexas relações.
- ✓ Capacidade para o processo de tomada de decisões, por meio da criatividade, da lógica, do raciocínio e da argumentação em um movimento dialético e coletivo, visando equacionar os desafios do contexto social e ampliar a aprendizagem como um processo autônomo e continuado.

As competências oportunizadas pelos cursos da Faculdade Ilapeo, aos egressos, estão assim delineadas:

- ✓ Conduta pautada pela ética, estética, princípios democráticos e preocupação com as questões sociais e ambientais.
- ✓ Atuação crítica, investigativa, autônoma e criativa.
- ✓ Atuação propositiva na busca de soluções para as questões apresentadas pela sociedade.
- ✓ Capacidade de diagnosticar, analisar, contextualizar e resolver problemas.
- ✓ Aprimoramento científico e técnico, que permite estar constantemente aprendendo a aprender.
- ✓ Domínio de técnicas essenciais à aplicação do conhecimento.
- ✓ Trabalho integrado e contributivo em equipes interdisciplinares.
- ✓ Atuação profissional com compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.
- ✓ Cultura humanística e capacidade para promover e respeitar os direitos humanos.
- ✓ Conhecimento técnico/científico/profissional na seleção e processamento das informações, dos conhecimentos científicos e culturais.
- ✓ Autonomia e autoria de pensamento tanto no conhecimento quanto nos processos e formas de aprendizagem.

- ✓ Capacidade de tomar decisões por meio criativo da lógica, raciocínio e argumentação em um movimento dialético.
- ✓ Compreensão do trabalho coletivo e em equipe como uma estratégia adequada para o equacionamento dos desafios que pautam o contexto social.
- ✓ Visão transformadora, com possibilidade de avaliar, avaliar-se e questionar a realidade social, favorecendo mudanças.
- ✓ Capacidade de contribuir para a formação de uma nova consciência política afinada com a sociedade em uma perspectiva global.
- ✓ Percepção da aprendizagem como um processo autônomo e contínuo com vista a uma formação continuada.

2.2. SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

A seleção de conteúdo a serem ministrados está alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais em vigência para cada curso e com os avanços que o conhecimento científico da área de saúde tem apresentado recentemente.

Do mesmo modo, a seleção de conteúdos reflete os princípios metodológicos e filosóficos da Instituição, observando que essa ação pedagógica deve ser extremamente rigorosa e dinâmica, exigindo de seus colaboradores domínio de conhecimento da área.

A pertinência dos currículos pretende atender às demandas sociais, científicas, econômicas, culturais, reunindo na concepção teórica a prática a ser vivenciada pelos estudantes, em situações de integração com a prática profissional e o ambiente de trabalho.

Adequados à área do curso, os conteúdos selecionados devem favorecer e promover a aprendizagem integrada, ou seja, permitir a interdisciplinaridade entre as disciplinas de forma dinâmica.

Para a seleção de conteúdo dos cursos de graduação ofertados pela Faculdade Ilapeo, serão adotados os seguintes critérios:

- ✓ abordagem didática entre teoria e prática – em consonância com as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais, específicas de cada curso.
- ✓ dicotomia teoria/prática na formação do professor – aderência da formação docente com os conteúdos ministrados e preparação técnica para as atividades didáticas em sala de aula.
- ✓ interdisciplinaridade – integração dos conteúdos e de processos de aprendizagem entre as disciplinas, módulos e cursos.
- ✓ resolução de problemas – os conteúdos selecionados devem abordar os problemas do mundo contemporâneo, da área de atuação do curso, dando ênfase aos problemas locais, regionais e nacionais.

Os conteúdos devem contemplar as diversas correntes do pensamento científico e contribuir para o aperfeiçoamento intelectual, profissional e cultural do indivíduo e para sua formação enquanto cidadão.

O processo de ensino implica em ações pedagógicas que, por sua vez, implicam em decisões sobre o que será ensinado e para quem se ensina. Os parâmetros curriculares apoiam as discussões pedagógicas dentro da Faculdade Ilapeo, sobretudo na elaboração dos projetos pedagógicos, nas escolhas de conteúdo e na reflexão sobre a prática educativa em nível superior.

Esse processo abrange ainda a constante revisão curricular, de maneira que os conteúdos selecionados estejam sempre alinhados às inovações pedagógicas, tecnológicas e à própria evolução do conhecimento humano, de modo a se proporcionar a aquisição do conhecimento atualizada e adequada às demandas dos respectivos meios profissionais e necessidades sociais.

2.3. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Os princípios metodológicos de ensino e as práticas pedagógicas concebidas pela Faculdade Ilapeo se orientam pelas diretrizes curriculares nacionais, pela inovação das áreas do conhecimento científico, pelo atendimento à diversidade cultural que caracteriza a sua comunidade acadêmica e pela necessidade ou demanda por conhecimento nas respectivas áreas profissionais.

Nesse sentido, a formação humanística concebida pela Faculdade Ilapeo considera não apenas os aspectos cognitivos, mas também competências psicomotoras, atitudes e habilidades técnicas (capacidade de comunicar, cuidar, escutar, de autoconhecer e de ver o ser humano em seu contexto e em sua totalidade, potencialidade e diversidade).

Para o alcance desse propósito, o estudante estará inserido em projeto educacional que proporcione atividades educacionais visando o contínuo aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes nas quais o estudante identifica suas necessidades individuais de aprendizagem.

A Faculdade Ilapeo considera ainda o perfil individual de cada estudante (em situações reais e/ou simuladas), na forma como elabora planos de estudo, desenvolve seu próprio método, seleciona recursos educacionais, na maneira como utiliza criticamente dados e informações, como atua em equipe para atingir os saberes, desempenhos e conhecimentos propostos nas estruturas curriculares dos cursos, vivenciando continuamente a interdisciplinaridade.

A Faculdade Ilapeo adota ainda o entendimento de Pozo, (2002, p. 60) segundo o qual “a aprendizagem deve produzir mudanças duradouras” e que todas as teorias da aprendizagem (associativa ou construtiva) comungam do princípio comum de que “aprender implica em mudar os conhecimentos e comportamentos anteriores”.

Também concebe como princípio a visão de Moura (2009, p. 63) o qual considera essencial que o docente em primeiro plano deva “ter claro a concepção de sociedade, de educação, de ensino-aprendizagem e de homem que se quer formar” e que olhar para a realidade da instituição e dos estudantes se faz necessário.

2.4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A concepção da avaliação pedagógica da Faculdade Ilapeo contempla o desempenho acadêmico em vários contextos, dentro e fora da sala de aula. As atividades desenvolvidas pelos estudantes como componentes de avaliação são denominadas atividades curriculares, como preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, visitas técnicas, estágios, elaboração de artigos, resenhas, provas escritas ou orais, etc.

A avaliação é um procedimento que descreve quais conhecimentos, atitudes ou aptidões os estudantes adquiriram, ou seja, que objetivos do ensino já atingiram em um determinado ponto do percurso e que dificuldades apresentam em relação a outros.

Como parte integrante do processo de aprendizagem, a avaliação proporciona a obtenção de produtos ou resultados de aprendizagem, podendo ser desenvolvida em três grandes categorias: avaliação diagnóstica, formativa e somativa, conforme a proposta pedagógica do curso.

A avaliação do desempenho acadêmico observará as normas estabelecidas no Regimento, as regulamentações do CONSU e as orientações dos colegiados de cursos.

Uma vez que as atividades curriculares estarão previstas nos planos de ensino, os docentes, com base em critérios próprios e acordados com a coordenação do curso, poderão promover trabalhos, exercícios e outras atividades, a serem computadas nas notas ou conceitos das verificações parciais ou finais, sempre observando os limites definidos pelo Colegiado de Curso, aprovados pelo CONSU.

A aprovação do aluno em cada disciplina, unidade curricular ou módulo será por meio de dois critérios: assiduidade e rendimento acadêmico.

A assiduidade, medida pela frequência do aluno às aulas e demais atividades programadas pela disciplina, unidade curricular ou módulo, são de responsabilidade do professor responsável pelo componente curricular, cabendo-lhe o cumprimento das normas estabelecidas pela Faculdade Ilapeo e, em caso de negligência estará sujeito às penalidades da Lei.

O aproveitamento acadêmico do aluno se dará mediante o acompanhamento contínuo dos resultados obtidos nas avaliações periódicas e de recuperação, conforme o caso. O aproveitamento acadêmico dos estudantes está normalizado pelo CONSU.

O processo de avaliação prevê a concessão de segunda chamada nos casos em que o aluno deixar de realizar no período estabelecido no calendário acadêmico, as verificações de aproveitamento acadêmico. A avaliação nesses processos será realizada mediante definição do CONSU e necessitará de um requerimento por parte do aluno em prazo estabelecido pela Instituição.

A regulamentação completa da avaliação acadêmica está contida no Regimento da Instituição e nos projetos pedagógicos dos cursos previstos no PDI.

2.5. INOVAÇÕES ACADÊMICAS E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A Faculdade Ilapeo objetiva ofertar um ensino de qualidade por meio de práticas pedagógicas condizentes com o perfil do estudante das novas gerações, cuja vivência com as novas tecnologias acontecem desde a adolescência.

A concepção desse novo perfil de estudantes e a necessidade de garantir a flexibilização curricular em seus cursos e programas contribuirão para a definição de atividades acadêmico-científico-culturais a serem cumpridas ao longo dos cursos como, por exemplo, seminários, congressos, palestras, grupos de estudos, disciplinas optativas e outras formas de aprendizagem ativa.

Essas atividades favorecerão a criação de vivência acadêmica embasada nos princípios da autoaprendizagem e da aprendizagem colegiada por meio da troca de experiências, possibilitando novas formas de aprender a aprender.

2.6. ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIOS CURRICULARES

A Faculdade Ilapeo compreende as atividades práticas e o estágio curricular como uma oportunidade para que os estudantes apliquem os conhecimentos adquiridos na aprendizagem acadêmica, de maneira que possam vivenciar a relação teoria-prática no dia-a-dia, absorvendo melhor os conhecimentos.

As atividades práticas e o estágio curricular se configuram como ato educativo que visam à preparação dos estudantes para o processo produtivo. A Faculdade Ilapeo manterá essas atividades regulamentadas para garantir que o processo de supervisão seja adequado e cumprido, tanto pelos estudantes quanto pelos orientadores nomeados.

São princípios da política de atividades práticas da Instituição:

- ✓ assegurar, por meio das atividades práticas, programas e atividades assistidas visando a inserção do aluno no meio e na prática profissional;
- ✓ promover o desenvolvimento pleno do educando, a formação cultural e ética para o exercício da cidadania, a inserção crítica na profissão e a qualificação para o trabalho;
- ✓ propiciar o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional que possibilite criticar, inovar e conviver com a diversidade;
- ✓ estimular a formação inicial articulada com a formação contínua.

A Instituição observará as diretrizes curriculares de cada curso e a Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes.

2.7. AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Os grandes avanços tecnológicos registrados na primeira metade do século XX permitiram que as distâncias entre as pessoas, países e mercados se encurtassem. A explosão tecnológica hoje possui um ritmo mais frenético e avança a largos passos.

No contexto das instituições de ensino, as *tecnologias da informação e da comunicação (TIC's)* são utilizadas para subsidiar e mediar a aprendizagem da comunidade acadêmica, por meio de ambientes virtuais e postagem de materiais didáticos. Também podem ser utilizadas para promover debates e discussões de conteúdo acadêmico.

São inúmeras as possibilidades de utilização dos meios tecnológicos. No contexto das atividades da Faculdade Ilapeo, foram definidas algumas tecnologias para melhoria do sistema acadêmico:

- ✓ Controle de registro acadêmico: o acompanhamento e o controle dos registros acadêmicos serão mediados por software específico e integrado aos demais sistemas da Instituição como Tesouraria e Biblioteca.
- ✓ Biblioteca automatizada: todos os serviços da biblioteca serão mediados por software que agregará as funções de catalogação, indexação, circulação, busca e recuperação da informação e relatórios de estatísticas diárias, desde a chegada do item bibliográfico para a catalogação até o momento de sua circulação entre a comunidade acadêmica.

Os serviços de apoio ao discente direcionarão os estudantes para a utilização desses serviços e disponibilizarão manuais de utilização dos recursos e instalações no âmbito institucional.

2.8. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

A Faculdade Ilapeo criará o *Núcleo de Apoio Pedagógico* que terá como uma das prioridades de atuação o desenvolvimento de atividades de educação permanente e educação continuada para que os professores sejam capacitados a desenvolver o material didático-pedagógico dos cursos.

O desenvolvimento do material didático-pedagógico utilizado pelos cursos a serem ofertados pela Faculdade Ilapeo tem na função docente seu principal agente de colaboração.

A Faculdade Ilapeo disponibilizará espaços, equipamentos e materiais para o desenvolvimento de tais atividades e um espaço propício à reflexão das práticas pedagógicas e suas concepções. As equipes de Biblioteca e Informática estarão à disposição para auxiliar na seleção de materiais bibliográficos, pesquisas digitais, levantamentos em bases de dados, uso de equipamentos, ferramentas e recursos tecnológicos como *softwares* e multimídias.

A disponibilização aos estudantes do material didático finalizado se dará por meio de acesso direto no site do curso, em área do aluno, com a liberação de senhas de identificação.

2.9. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

2.9.1. Integralização da carga horária total dos cursos

Sob a luz das orientações do Conselho Nacional de Educação e com fulcro nos diplomas normativos mencionados, complementados pela Resolução CNE/CES nº 2/2007, Resolução CNE/CES nº 4/2009, como também a Lei nº 9.394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Faculdade Ilapeo promoverá a gestão da integralização da carga horária dos cursos de graduação por meio do planejamento institucional das atividades acadêmicas acompanhadas do *Trabalho Efetivo Discente*, em hora-relógio.

Neste sentido, os cursos constantes do plano de desenvolvimento institucional da Faculdade Ilapeo possuem sua carga horária integralizada em horas de 60 minutos, hora-relógio, uma vez que os respectivos projetos pedagógicos preveem o Trabalho Efetivo Discente, o qual se desenvolverá dentro e fora de sala de aula. Será totalmente planejado pelos docentes e registrado nos planos de ensino.

O Trabalho Efetivo Discente é norteado pelo Parecer CNE/CES 261/2006 e Resolução CNE/CES nº 3/2007. O primeiro ponto é a definição de hora e hora-aula. A primeira refere-se à quantidade de trabalho a que o aluno deve se dedicar ao longo de seu curso para se graduar, tendo-se o discente e seu processo de aprendizado como referências.

O segundo ponto é a necessidade de natureza acadêmica, ou uma convenção trabalhista, sobre a maneira como se estrutura o trabalho docente, ou seja, tem como foco o professor em suas obrigações, especialmente quanto à jornada de trabalho, constituindo ainda base de cálculo para sua remuneração.

Neste sentido, hora-aula pode ser convencionada e pactuada, seja nos projetos de curso, seja nos acordos coletivos, conforme entendimento das partes envolvidas. Já hora é uma dimensão absoluta de tempo relacionado à carga de trabalho do aluno, manifestando uma quantificação do conteúdo a ser aprendido.

Desta forma, classifica-se a hora ou hora-relógio como hora de sessenta minutos, em um parâmetro temporal e a hora-aula associada ao tempo de duração de uma aula. Na mesma linha de análise hora-atividade está relacionada à duração das atividades docentes fora da sala de aula e hora-sindical - fração de tempo remunerada ao docente.

Assim, considerando essas definições, a Faculdade Ilapeo apresenta a forma de operacionalização da integralização da carga horária dos cursos, no tocante às atividades de sala, em horas-aulas de 50 minutos, porém, utilizando a hora de 60 minutos, como forma de integralização da carga horária total do curso, conforme se demonstra a seguir, por meio da metodologia do Trabalho Efetivo Discente.

2.9.2. Trabalho Efetivo Discente

A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012 celebrada entre o SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ - SINEPE/PR e SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR DE CURITIBA E DA REGIÃO METROPOLITANA - SINPES estabelece na cláusula 14 considera-se como hora-aula o trabalho docente de ministrar aulas com duração máxima de 50 (cinquenta) minutos, fazendo o professor jus à remuneração de adicional sobre o tempo que exceder deste limite.

Nesse sentido, o Mantenedor da Faculdade Ilapeo decidiu definir a duração da hora-aula correspondente, para efeitos trabalhistas, em 50 minutos, acompanhando os usos e costumes da região. Assim, preconiza o Parecer CNE/CES 261/2006, página 15:

“- na hora escolar brasileira, tomou-se prática consagrada destinar-se, a cada hora, dez minutos aos chamados “intervalos”. Esse esquema de 50 + 10, em verdade, se enraíza no próprio racionalismo pedagógico, fazendo parte da atividade educativa;”

Menciona ainda:

“Reafirme-se que a distinção entre hora e hora-aula não enseja conflito, embora ambas mensurem atividades distintas. A primeira refere-se à quantidade de trabalho a que o aluno deve se dedicar ao longo de seu curso para ser titular, tendo-se o discente e seu processo de aprendizado como referências. A segunda é uma necessidade de natureza acadêmica, ou uma convenção trabalhista, sobre a maneira como se estrutura o trabalho docente, ou seja, tem como foco o professor em suas obrigações, especialmente quanto à jornada de trabalho, constituindo ainda base de cálculo para sua remuneração. Nesse sentido, hora-aula pode ser convencionada e pactuada, seja nos projetos de curso, seja nos acordos coletivos, conforme entendimento das partes envolvidas. Já hora é uma dimensão absoluta de tempo relacionado à carga de trabalho do aluno, manifestando uma quantificação do conteúdo a ser apreendido.”

O mesmo Parecer prevê a diferença entre hora-relógio e hora-aula, demonstrando os aspectos em que ambos os conceitos são empregados no contexto das IES brasileiras, na compreensão que o aprendizado não se resume ao tempo em sala de aula.

Assim, a hora-aula de 50 minutos refere-se tão somente às questões trabalhistas, e não guarda relação direta com a forma de integralização da carga horária dos cursos, está em hora de 60 minutos.

2.9.3. Operacionalização da integralização da carga horária dos cursos em hora-relógio

A carga horária do curso reporta a um conjunto de atividades de aprendizagem (intramurais e extramurais), tendo a conotação de tempo de aprendizagem discente em diferentes cenários. Assim, o estudante participa de projetos de iniciação científica, artística, cultural, tecnológica, atividades de monitorias, programas de estágio e trabalhos de final de curso, dentre outros.

A legislação educacional vigente sinaliza que mesmo as atividades teóricas (em sala de aula), possibilitam diversificação e flexibilização, podendo computar-se como ‘tarefa-tempo’, as atividades oferecidas no ‘tempo-aula’, realizadas no ‘tempo-aluno’. Assim sendo, a composição do Trabalho Efetivo Discente compreende e organiza:

- ✓ Estágio Supervisionado;
- ✓ Atividades Complementares;
- ✓ Atividades Mediadas por Tecnologia;
- ✓ Atividades Teóricas em sala de aula;
- ✓ Atividades Tutoriais;
- ✓ Atividades Práticas dentro e fora da sala de aula;
- ✓ Atividades Fora de Sala de Aula.

Com base nestes princípios, a atuação docente vem sendo redimensionada, permitindo que este desenvolva o papel de supervisor, animador, incentivador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a visão da Faculdade Ilapeo quanto à integralização da carga horária do curso com o aproveitamento de atividades já realizadas no âmbito das disciplinas torna-se essencial para atendimento da legislação educacional, levando a uma abordagem do processo de formação centrado na autonomia discente, no qual este é protagonista do fazer acadêmico que ocorre além da dedicação às aulas.

A implantação do Programa de Trabalho Efetivo Discente tem por finalidade estruturar de forma clara o que o discente desenvolve ao longo do curso. Configura-se em uma organização sistêmica definida a partir das políticas institucionais que integram ações das coordenações de cursos, articuladas com o Núcleo Docente Estruturante – NDE que visam, sobretudo, a organização, realização e avaliação do trabalho efetivo discente.

A tabela 31 apresenta as diretrizes permeiam o trabalho efetivo discente:

Tabela 31 – diretrizes permeiam o trabalho efetivo discente.

Atividade	O que é para o	
	Discente	Docente
Estágio Supervisionado	Aproximação com o campo de trabalho e integração dos conhecimentos teóricos com a prática.	Direcionamento das ações de sala de aula, validadas pela experiência e percepção do aluno, de maneira a: planejar as atividades a serem desenvolvidas pelo aluno e orientá-lo.
Atividades Complementares	Ampliação dos mecanismos de aprendizagem e, sobretudo agregar novos conhecimentos e articular com a área de formação.	Desenvolver mecanismos de operacionalização das atividades desenvolvidas pelo aluno, identificando a coerência com a formação almejada.
Atividades mediadas por tecnologia	Desenvolvimento de técnicas para a autoaprendizagem, valorização do tempo e uso de recursos mediados por tecnologia.	Direcionamento e acompanhamento do discente em todas as etapas do processo de aprendizagem mediado por tecnologia permitindo ao aluno mensurar seus conhecimentos, de forma a: • fornecer materiais de apoio e de referência para subsidiar a discussão em ambiente virtual.

Atividade	O que é para o	
	Discente	Docente
		- estimular a reflexão quanto a autonomia discente. - ser interativo, animador, incentivador, facilitador do processo de ensino-aprendizagem.
Atividades Teóricas	Momento de absorver as explicações do docente, formular questionamentos, participar da discussão e busca outros subsídios.	Estabelecer técnicas de transmissão de conhecimento e de informação, com conteúdo e apresentação dos objetivos.
Atividades Tutoriais	Momento de atuação em pequenos grupos visando à construção do conhecimento por meio da resolução de problemas, em sessões tutoriais.	Direcionamento e acompanhamento do discente em todas as etapas do método, desempenhando o papel de facilitador e propiciando ao aluno a possibilidade de assumir a autoria de seu processo de aprendizagem “aprender a aprender”.
Atividades Práticas	Entender a prática como uma atividade fundamental na formação e aquisição de competências e habilidades profissionais.	O docente deve estimular e desenvolver atividades práticas em diferentes cenários para a abertura de experiências acadêmicas, oportunizar a integração das áreas de graduação.
Atividades Fora de Sala de Aula	Entender a aprendizagem significativa em sentido amplo, ocorrendo inclusive a partir de atividades fora da sala de aula, tais como: estudar, ler, discutir e debater, ouvir uma preleção, trabalhar na biblioteca, redigir trabalhos, participar de conferências de especialistas, entrevistá-los, fazer perguntas, solucionar dúvidas, participar de trabalhos de iniciação científica, pesquisas estruturadas, oficinas, realizar trabalhos de campo e desenvolver diferentes formas de expressão e comunicação.	O docente deve estimular e oportunizar o desenvolvimento das atividades fora de sala de aula.

As diretrizes curriculares estabelecem cargas horárias para os cursos em “horas-relógio” e permitem às Instituições o estabelecimento das políticas para operacionalização do Trabalho Efetivo Discente, visando à integralização da carga horária dos cursos.

Nesta perspectiva, considera-se o desenvolvimento da unidade de contagem da carga de atividade pedagógica desenvolvida pelo discente, a hora-relógio. Cada atividade pedagógica desenvolvida pelo aluno integraliza a carga horária total do curso, sendo registrada no boletim acadêmico.

O docente disponibilizará aos discentes todas as informações necessárias ao desenvolvimento de cada tarefa, esclarecendo dúvidas, indicando materiais, identificando suas dificuldades de execução e, sobretudo, direcionando-o para a compreensão dos aspectos legais e acadêmicos, os sistemas, procedimentos e mecanismos de controle.

A operacionalização desse programa pressupõe:

- ✓ a elaboração de atividades para cada conteúdo do plano de aula que possam ser dimensionadas como integralização da carga horária total da disciplina;
- ✓ acompanhamento e suporte na execução dessas atividades, sendo registrada cada etapa do processo;

- ✓ seleção e indicação de textos básicos e complementares;
- ✓ elaboração de manual norteador que contemple a orientação de todas as regras de padronização textual: apresentação, redação de textos entre outros.

As atividades realizadas pelos discentes, ao se constituírem como Trabalho Efetivo Discente são registradas no programa analítico da disciplina, sendo consideradas como avaliação formativa. Essa modalidade de avaliação possibilita ao discente autorregular sua aprendizagem, vista como um produto a ser construído. O discente tem papel fundamental nessa construção.

Os planos de ensino e plano de aula registrarão o Trabalho Efetivo Discente, que compreende as atividades em sala, com a presença integral dos docentes e no tempo de hora-aula convencionada, estendendo-se às atividades fora da sala de aula, supervisionadas e orientadas pelos docentes.

A avaliação do ensino-aprendizagem ocorrerá numa perspectiva sistêmica na qual os aspectos avaliados dizem respeito ao conhecimento adquirido, às competências e habilidades desenvolvidas, bem como as atitudes empreendidas frente às todas as atividades previstas, sejam em sala de aula, como também em outros ambientes.

2.9.4. Referências Internacionais e Pedagógicas

As experiências internacionais, especificamente as defendidas pelo Protocolo de Bologna, indicam a necessidade de transferir o entendimento do processo educacional antes concentrado na ótica docente, ou seja, ensino desenvolvido por meio de horas em sala de aula, para a ótica discente, denominada carga de trabalho necessário para aquisição de saber.

Estas propostas apregoam que é preciso pensar o processo educacional como um volume de conhecimentos a ser assimilado pelos estudantes, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades, ocorrendo mediante a interdisciplinaridade, em conformidade com as especificidades de cada curso delineadas pelo projeto pedagógico.

A este sentido, somamos o que defende Santomé (1998): "Também é preciso frisar que apostar na interdisciplinaridade significa defender um novo tipo de pessoa, mais aberta, mais flexível, solidária, democrática. O mundo atual precisa de pessoas com formação cada vez mais polivalente para enfrentar a sociedade na qual a palavra mudança é um dos vocábulos mais frequentes e onde o futuro tem um grau de imprevisibilidade como nunca visto em outra época da história da humanidade".

2.9.5. Projetos Integradores

Os Projetos Integradores visam, sobretudo, articular e inter-relacionar os saberes desenvolvidos pelas unidades curriculares em cada módulo ou período letivo do curso, contribuindo para a construção da autonomia intelectual dos discentes, por meio da pesquisa, assim como formar atitudes de cidadania, de solidariedade e de responsabilidade social, mediante as atividades de extensão.

Os Projetos Integradores não se constituem em unidades curriculares, mas em uma concepção e postura metodológica assumida pela Instituição, voltadas para o envolvimento de docentes e discentes na busca da interdisciplinaridade.

Os Projetos Integradores permitem que o discente desenvolva as habilidades de análise crítica, busca pela inovação, desenvolvimento da criatividade e percepção da integralização do conhecimento.

Ao mesmo tempo em que articulam e exploram a unicidade do conhecimento, aceleram os mecanismos de aproveitamento dos conteúdos desenvolvidos nas demais unidades curriculares e superam as barreiras convencionais das avaliações.

Os Projetos Integradores contribuem ainda para que o discente agregue conhecimentos de diferentes especialidades à expansão do plano de ensino.

Constituem-se fases distintas para a realização de um projeto interdisciplinar a intenção, a definição do tema, a execução, o acompanhamento e a avaliação. Desta forma, os Projetos Integradores serão articulados, de modo que possam integrar as disciplinas e conteúdos teórico-práticos desenvolvido pelo curso, a cada semestre.

Os Projetos Integradores serão desenvolvidos, desde o primeiro semestre do curso, cabendo à coordenação, colegiado e núcleo docente estruturante realizar seu planejamento, organização, controle e avaliação.

Os Projetos Integradores perfazem uma carga horária específica, conforme o regulamento institucional de integralização de carga horária, podendo ser realizado de forma individual ou em grupo, conforme o planejamento, no âmbito de cada curso.

Destaca-se que esta metodologia tem como objetivo proporcionar a integração entre os conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais inerentes a cada curso, mantendo uma temática em cada um dos semestres em que será desenvolvido.

Para o desenvolvimento dos Projetos Integradores é fundamental o auto estudo, desenvolvido extraclasse sob orientação docente, tendo como base o conteúdo trabalhado em sala de aula.

Os Projetos Integradores deverão resgatar e analisar a prática – projeto – por meio de um ensaio, envolvendo:

- ✓ a delimitação do tema, em conformidade com o curso, o período letivo e as disciplinas em desenvolvimento, a fim de que seja possível selecionar um aspecto relevante a ser explorado;
- ✓ a definição de um problema, na forma de questionamento sobre a necessidade, relevância, interesse ou oportunidade deste em relação à formação pessoal, profissional e cidadã, conforme o caso;
- ✓ o estabelecimento de objetivos, divididos em objetivo geral e objetivos específicos, ou seja, o que se pretende com a exploração do tema abordado;
- ✓ uma justificativa, destacando a importância do tema abordado para a formação do discente;

- ✓ uma abordagem bibliográfica para aferir credibilidade e constituir-se em referencial teórico para que os discentes possam atingir seus objetivos, ou seja, a apropriação de uma base sólida de conhecimentos e práticas reconhecidas.

2.9.6. Metodologias ativas de ensino aprendizagem

O grande desafio deste início de século está na perspectiva de se desenvolver a autonomia individual em íntima coalizão com o coletivo. A educação deve ser capaz de desencadear uma visão do todo - de interdependência e de transdisciplinaridade, além de possibilitar a construção de redes de mudanças sociais, com a consequente expansão da consciência individual e coletiva. Portanto, um dos seus méritos está, justamente, na crescente tendência à busca de métodos inovadores, que admitam uma prática pedagógica ética, crítica, reflexiva e transformadora, ultrapassando os limites do treinamento puramente técnico, para efetivamente alcançar a formação do homem como um ser histórico, inscrito na dialética da ação-reflexão-ação.

Dentro deste panorama, a FACULDADE ILAPEO decidiu por um processo de aprendizagem ativa, voltado para a comunidade, capaz de estimular a "troca de informações entre professores e estudantes", entre o ensino e entre os próprios estudantes, estimulando a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática diária na formação profissional de seus estudantes.

As metodologias ativas de ensino aprendizagem são ferramentas essenciais para alcançar o que se considera o elemento central, ou seja, o sujeito ativo, crítico, capaz de transformar e ser transformador de seu contexto. Assim, as técnicas de ensino, traduzidas pelas formas de condução do processo devem ser técnicas que permitam trabalhar a representação do conjunto das questões, que exercitem a comunicação e o trabalho em equipe. Elas possibilitam aos estudantes e docentes constatar, discutir, refletir elaborar e recriar conceitos, atitudes e comportamentos para atuar com responsabilidade e ética, na perspectiva da construção de competências com qualidade política e científica.

Considerando-se, ainda, que a graduação dura somente alguns anos, enquanto a atividade profissional pode permanecer por décadas e que os conhecimentos e competências vão se transformando velozmente, torna-se essencial pensar em uma metodologia para uma prática de educação libertadora, na formação de um profissional ativo e apto a aprender a aprender. Segundo Fernandes e colaboradores, o aprender a aprender na formação dos profissionais de saúde deve compreender o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser, garantindo a integralidade da atenção à saúde com qualidade, eficiência e resolutividade. Portanto, as abordagens pedagógicas inovadoras de ensino-aprendizagem vêm sendo construídas e implicam formar profissionais como sujeitos sociais com competências éticas, políticas e técnicas e dotados de conhecimento, raciocínio, crítica, responsabilidade e sensibilidade para as questões da vida e da

sociedade, capacitando-os para intervirem em contextos de incertezas e complexidades.

Como um método de ensino considerado inovador, a aprendizagem baseada em problemas (ABP) que vem sendo desenvolvido há cerca de trinta anos em MacMaster, Maastricht, Universidade de Colima, (Venturelli, 2000) tem apresentado como resultado um egresso com formação mais humanista, crítica e reflexiva. Com efeito, podem ser pontuados como principais aspectos do ABP:

- ✓ a aprendizagem significativa;
- ✓ a indissociabilidade entre teoria e prática;
- ✓ o respeito à autonomia do estudante;
- ✓ o trabalho em pequeno grupo;
- ✓ a educação permanente;
- ✓ a avaliação formativa (MAMEDE, 2001).

Uma grande vantagem da aprendizagem baseada em problemas é a possibilidade de se discutir concomitantemente os aspectos biológicos, psicológicos, culturais e socioeconômicos envolvidos, uma vez que as ciências médicas se situam na interface das ciências biológicas e das ciências humanas. Na realidade, se pretende conjugar o método pedagógico que melhor desenvolva os aspectos cognitivos da educação (aprender a aprender) com o método que permite o melhor desenvolvimento das habilidades psicomotoras e de atitudes (aprender fazendo).

O passo seguinte à adoção de uma metodologia ativa é configurar o currículo de maneira integrada, para que se possam articular os vários conteúdos necessários para dar conta de uma situação ou problema, independentemente da estrutura disciplinar.

A seleção dos problemas se dá a partir de casos reais e prevalentes e sua análise permite a exploração integrada de conteúdos de diversas disciplinas, articulando aspectos das dimensões social, psicológica e biológica.

Falando de uma maneira bastante prática, do ponto de vista da organização e da produção do conhecimento, existem alguns fenômenos importantes: o nosso é um mundo em constante e acelerada mutação, que propõe à resolução de problemas cada vez mais complexos, que para serem resolvidos pressupõem o diálogo entre saberes, conhecimentos e disciplinas.

Interdisciplinaridade, portanto, é um conceito que se aplica às ciências, à produção do conhecimento e ao ensino. Se as pesquisas, para produzirem as respostas necessárias, têm que ser construídas interdisciplinarmente, o mesmo deve se aplicar ao processo de ensino-aprendizagem.

A Faculdade Ilapeo, em uma compreensão integral do ser humano e do processo saúde-doença, objeto do trabalho em saúde, passa necessariamente por uma abordagem interdisciplinar, que implique na demolição das fronteiras entre pesquisa e ensino-aprendizagem. E para tanto tem sido construídos currículos integrados

baseados em módulos e unidades que articulam problemas sob um recorte sistêmico ou de processos relevantes no perfil epidemiológico da região, levando sempre em conta as necessidades de saúde da população.

Considerando as diretrizes assumidas no projeto adotado pela Faculdade Ilapeo, baseado em metodologias ativas de ensino-aprendizagem, com transferência do centro das ações para o estudante e com ênfase no “aprender a aprender”, torna-se fundamental que o sistema de avaliação esteja também em conformidade com esses princípios.

O currículo proposto baseado nas concepções pedagógicas apresentadas terá as seguintes características:

- ✓ projeto de curso apoiado em metodologia ativa de ensino-aprendizagem;
- ✓ aprendizagem significativa;
- ✓ integração dos conteúdos básicos e específicos;
- ✓ privilegiando a prática;
- ✓ diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem;
- ✓ pesquisa integrada ao ensino e extensão com a participação de profissionais dos serviços e da comunidade;
- ✓ ensino centrado no estudante com atividades em pequenos grupos;
- ✓ avaliação formativa e somativa do estudante baseada nas competências cognitivas, afetivas e psicomotoras;
- ✓ o professor como facilitador do processo de ensino-aprendizagem;
- ✓ avaliação como retroalimentação do processo de ensino-aprendizagem.

A proposta aqui apresentada dentro da perspectiva de uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem contempla referenciais filosóficos, psicológicos e socioculturais, que nortearão a construção dos objetivos educacionais, a seleção dos conteúdos a serem estudados e os desempenhos cognitivos, psicomotores e afetivos a serem desenvolvidos, a fim de garantir o desenvolvimento da competência para o exercício profissional (ALARCÃO & TAVARES, 2001; ANASTASIOU, 2003; FREIRE, 1987).

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Na visão de Maquiavel, a política é a arte de conquistar, manter e exercer o poder e o próprio governo de determinada situação. Neste sentido, a Faculdade Ilapeo se pautará no desenvolvimento da educação integral, no âmbito da graduação, extensão e pós-graduação, ampliando as potencialidades e a cultura das pessoas.

Assim, seu processo de formação será referendado por projetos, programas e planos promotores do desenvolvimento de um saber associado à realidade local e global. Para tanto, assume a responsabilidade com o meio em que está inserida.

A Faculdade Ilapeo compreende que a adesão dos seus colaboradores docentes e administrativos será essencial para o cumprimento de seus propósitos. Desta forma,

seus Dirigentes buscarão continuamente sua satisfação por meio de ações pertinentes e relevantes.

Especificamente, em relação ao processo de ensino-aprendizagem, valorizará a pluralidade de funções relacionadas à formação acadêmico-profissional com aporte das tecnologias educacionais e a estrutura necessária para criação de oportunidades e situações de aprendizagem que possibilitem a formação de cidadãos comprometidos.

A prestação de serviços especializados à comunidade, sobretudo no âmbito da saúde e bem-estar estabelecerá uma relação de reciprocidade e engajamento, viabilizando o desenvolvimento da teoria e da prática.

3.1. POLÍTICAS PARA O ENSINO

A Instituição buscará continuamente oferecer condições satisfatórias para o processo de ensino-aprendizagem, com qualidade acadêmica nos cursos a serem ofertados.

Com foco na formação de profissionais empreendedores no âmbito da saúde e bem-estar, para atuação competente no exercício profissional, com respeito à diversidade cultural, atendendo as necessidades sociais da região. Desta forma, elege como diretrizes políticas para o ensino:

- ✓ desenvolver estruturas e condições que viabilizem o trabalho docente e a prática discente, investindo tempo e recursos no processo ensino-aprendizagem;
- ✓ promover situações de aprendizagem para a formação de cidadãos comprometidos com as pessoas e as organizações, de forma a atuarem com senso crítico e responsabilidade, em um cenário de constantes mudanças;
- ✓ formar profissionais considerando as metodologias técnico-científicas e a integração dos acadêmicos com a realidade histórica e social, intervindo no desenvolvimento da comunidade regional e da sociedade brasileira;
- ✓ promover o ensino em uma perspectiva humana e ética, visando o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, do conhecimento científico e do aperfeiçoamento cultural e profissional.

3.1.1. Graduação

A graduação integra as atividades de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão com as necessidades locais, regionais, nacionais e/ou internacionais, formuladas em uma proposta pedagógica que visa a qualificação pessoal e formação profissional.

Assim, a Faculdade Ilapeo estabelece como principais diretrizes políticas:

- ✓ planejar e estruturar procedimentos e mecanismos para a integração do conhecimento e referenciais para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica coerente com a configuração atual do cenário produtivo, do setor de serviços e o mercado de trabalho;

- ✓ criar cursos diferenciados, balizados pela integração do ensino com a iniciação científica/pesquisa e a extensão, atendendo ao seu público-alvo e os parâmetros legais estabelecidos pelo MEC;
- ✓ promover a capacidade de aprendizagem continuada e a constante adaptação aos desafios contemporâneos, com inserção profissional, espírito crítico e empreendedor, engajamento comunitário e ambiental;
- ✓ formar profissionais com senso crítico, ético e analítico capazes para interpretar informações, detendo habilidades instrumentais básicas e formação cristã e cidadã;
- ✓ desenvolver e acompanhar os processos avaliativos dos cursos e programas, os indicadores de desempenho, promovendo ações pedagógicas coerentes com as contínuas mudanças no processo de ensino e aprendizagem.

3.1.2. Pós-graduação

A Faculdade Ilapeo compreende a pós-graduação como a oportunidade de promover a especialização, nas diversas áreas do conhecimento, sobretudo na área da saúde e bem-estar, tendo em vista a vivência profissional com qualidade, o estímulo à prática profissional e atuação eficiente no mercado de trabalho.

Desta forma, manterá professores mestres, doutores e profissionais de destaque em sua área de atuação, desenvolvendo conteúdos atualizados com as exigências atuais, componentes curriculares por meio de metodologias avançadas e troca de experiências, estabelecendo como principais diretrizes políticas:

- ✓ atender aos princípios básicos promotores da formação de recursos humanos qualificados, atendendo aos padrões de qualidade do mercado e as normas estipuladas pelo MEC/CAPES;
- ✓ estabelecer áreas prioritárias para a pós-graduação, consolidando a integração das diversas modalidades (Especialização, Mestrado e Doutorado) dos programas ofertados;
- ✓ desenvolver programas de pós-graduação que contemplem as áreas e linhas correlatas à graduação, por meio de diagnósticos prévios e atendimento aos aspectos legais;
- ✓ adotar uma organização curricular sistêmica dos componentes curriculares, tendo em vista a gestão acadêmica e administrativa;
- ✓ controlar continuamente o trabalho docente, por meio de um planejamento e análise periódica da sua atuação, produtividade e desempenho.

3.1.3. Educação a Distância (EaD)

A Educação a Distância, como modalidade educativa enfatiza a autonomia do estudante em relação à escolha do espaço e do tempo para o estudo. Implica em novos papéis para estudantes e para docentes, novas atitudes e novos enfoques metodológicos. Essa modalidade vem crescendo significativamente no país e tem permitido às pessoas o acesso à educação em todos os níveis.

A Faculdade Ilapeo em um primeiro momento atuará apenas na oferta de cursos de graduação na modalidade presencial, mas utilizará as tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem.

Colocará à disposição, mecanismos e ferramentas para otimizar o processo de busca e recuperação da informação, tanto para o desenvolvimento do trabalho administrativo e de apoio às atividades acadêmicas, quanto para que seus discentes e docentes interajam com a comunidade científica e outras instituições de ensino ou classe profissional.

Posteriormente, implantará gradativamente disciplinas *on line* nos cursos de graduação após o seu reconhecimento, respeitando 20% da carga horária total do curso, conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016.

3.2. POLÍTICA PARA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa no âmbito da Faculdade Ilapeo estará associado à sua atuação na pós-graduação, visando à aplicabilidade dos resultados e a produção e difusão de conhecimentos, visando o bem comum.

Para tanto, os núcleos temáticos de pesquisa, se constituirão em importantes subsídios para a graduação e pós-graduação, ampliando a interação com outras Instituições. Serão planejados no intuito de formar profissionais cidadãos, com domínio de métodos e técnicas de pesquisa, raciocínio científico e criatividade na produção do conhecimento.

Dentre as ações institucionais a serem implementadas, integram o apoio e estímulo aos professores para desenvolvimento e apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais e participação em editais de instituições de fomento à pesquisa.

A formação continuada terá como propósito a habilitação dos docentes como pesquisadores, o fortalecimento da cultura científica, a identificação de atividades de pesquisa, para configuração e reforço de grupos.

As diretrizes para desenvolvimento da pesquisa são:

- ✓ manter o compromisso com a ciência e o conhecimento, desenvolvidos a partir das experiências decorrentes das atividades de ensino e extensão;
- ✓ adotar tratamento interdisciplinar, contemplando amplamente os problemas estudados, mediante a inter-relação dos componentes curriculares;
- ✓ disponibilizar aos professores e estudantes, clima e ambiente acadêmico adequados para estudos aprofundados e específicos, assegurando meios para realização de pesquisas de relevância teórica, prática e social;
- ✓ desenvolver projetos de pesquisa com qualidade, atendendo aos objetivos institucionais, promovendo a inserção na comunidade, procurando atender os interesses da sociedade.

Estes interesses refletirão uma atitude proativa perante os problemas sociais, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida em nível regional, estadual e nacional, trazendo novas soluções.

3.3. POLÍTICA PARA A INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A iniciação científica visará ações sistemáticas de estímulo à investigação docente e discente, mediante palestras, seminários, reuniões e apoio à didática, articulando o ensino e a extensão, a graduação e a pós-graduação.

As diretrizes políticas para a iniciação científica são:

- ✓ desenvolver a capacidade para análise crítica e científica junto aos discentes;
- ✓ definir critérios para participação dos docentes nas associações científicas, culturais e artísticas, mantendo a articulação das atividades de ensino e de extensão;
- ✓ adotar mecanismos de difusão da produção científica e tecnológica dos cursos, programas, professores e estudantes, mediante publicações internas e externas, exposição em congressos, conferências e eventos congêneres, reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica;
- ✓ desenvolver a formação acadêmica dos estudantes, contribuindo para a consolidação dos eixos e projetos de iniciação científica e participação dos discentes em eventos científicos;
- ✓ constituir grupos de iniciação científica inscritos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e outras instituições similares;
- ✓ estimular os discentes para a produção científica individual ou mediante a colaboração com professores-orientadores, de forma a promover a criatividade e a crítica relativa ao tema estudado;
- ✓ promover o incentivo aos estudantes dos cursos de graduação para continuidade da formação em programas de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), ampliando a empregabilidade no mercado de trabalho;
- ✓ atender aos princípios éticos e morais orientadores da ação institucional, da atuação profissional e atendimento aos preceitos legais e normas sociais;
- ✓ desenvolver intercâmbios científicos e tecnológicos com outras instituições de ensino e de pesquisa reconhecidas no cenário educacional nacional e internacional.

3.4. POLÍTICA PARA A EXTENSÃO

O desenvolvimento da extensão constitui-se em um dos pilares do ensino superior promotores da interação com a comunidade e o entorno. Permite que seja disponibilizando conhecimentos adquiridos nas atividades de ensino e iniciação científica/pesquisa.

Sua finalidade é o atendimento à comunidade, por mecanismos de natureza cultural, artística, científica, técnica e social, fazendo parte de um processo educativo,

cultural e científico, que viabiliza um relacionamento transformador entre a Instituição e a sociedade.

As diretrizes políticas de extensão pensadas para a Faculdade Ilapeo foram:

- ✓ manter a contínua proximidade entre os currículos de formação profissional com a realidade social, promovendo a articulação com a sociedade, mediante ações extensionistas realizadas pelos discentes e docentes;
- ✓ interagir com os estudantes os desafios da realidade social contemporânea na construção da cidadania;
- ✓ consolidar atitudes questionadoras frente às questões sociais, políticas, econômicas e tecnológicas da realidade atual;
- ✓ promover processos de aprendizagem que contemplem temáticas relevantes para a sociedade regional, articulando a produção do conhecimento com o desenvolvimento social e cultural;
- ✓ incentivar a experimentação de novas metodologias de trabalho comunitário e ações sociais, por meio da problematização como processo de interação com a realidade e identificação de tendências e vocações regionais;
- ✓ estimular a formação de empreendedores, tendo em vista a geração de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

3.5. POLÍTICA PARA A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO

A organização e a gestão institucional visam manter as pessoas, os órgãos colegiados e setores sintonizados com o desempenho acadêmico e administrativo, contribuindo para o alcance da missão institucional.

Assim, considera os desafios, aspirações individuais e coletivas, integrando-os aos objetivos institucionais, mediante as diretrizes políticas que seguem:

- ✓ manter autonomia com responsabilidade dos órgãos colegiados, direção, coordenações e demais instâncias de gestão e decisão institucional;
- ✓ valorizar a abertura do diálogo, viabilizando espaço e tempo para reflexões acadêmicas, pedagógicas e administrativas;
- ✓ promover a gestão descentralizada com representatividade e participação sistemática da comunidade acadêmica, mediante normas regimentais relativas a cada seguimento;
- ✓ ofertar ensino de qualidade, em contínua atualização pedagógica e metodológica, considerando as características dos discentes, seus anseios, necessidades e expectativas;
- ✓ adotar um processo sistemático de avaliação institucional e acompanhamento dos resultados visando a melhoria crescente da qualidade dos serviços prestados, seguindo normas, parâmetros e a legislação vigente;
- ✓ desenvolver programas de responsabilidade social com a comunidade do entorno, expressa em ações contínuas e sistemáticas e projetos sociais visando a solução de problemas com a comunidade;
- ✓ promover estudos voltados para melhoria da gestão institucional e inovação da gestão acadêmica e administrativa.

3.6. POLÍTICA PARA A GESTÃO DE PESSOAS

A gestão das pessoas (corpo docente e corpo técnico administrativo) contemplará a coerência dos objetivos e dos compromissos institucionais (Mantenedora e Mantida) com as políticas de admissão, acompanhamento, remuneração e desenvolvimento profissional, considerando a relação entre jornada e regime de trabalho.

Assim, as diretrizes políticas gerais são:

- ✓ valorizar como princípio fundamental o respeito profissional, balizado na dignidade, na convivência humana e bom desempenho das funções e atribuições;
- ✓ constituir e manter uma equipe de colaboradores adequada às demandas administrativas e curriculares, que atendam aos requisitos legais e às normas contidas no plano de gestão e carreira pensado sob a perspectiva da sustentabilidade e pertinência, e adaptado à realidade institucional;
- ✓ desenvolver um plano de qualificação de recursos humanos, de forma a auxiliar os colaboradores na capacitação administrativa, acadêmica, pedagógica, tecnológica e metodológica, tendo em vista suas atribuições e responsabilidades no âmbito institucional.

3.6.1. Corpo Docente

A gestão do corpo docente conjuga ações que visam aperfeiçoar a sua atuação e produtividade, indicando processos de acompanhamento da prática docente, busca continuada da melhoria da qualificação e mecanismos que propiciem a permanência dos docentes na Faculdade Ilapeo.

Para tanto, foram definidas as diretrizes políticas que seguem:

- ✓ definir o processo de atribuição de carga horária docente, visando aperfeiçoar continuamente a composição e alocação do corpo docente nas diversas atividades acadêmicas, considerando as necessidades, obrigatoriedades legais (NDE, TI) e atividades agregadoras de valor (extensão, responsabilidade social);
- ✓ manter professores em Regime de Tempo Integral, destinando 20 horas semanais para atividades em sala de aula;
- ✓ manter um corpo docente dotado da titulação (mestres e doutores), de forma a atender às demandas e requisitos legais no âmbito institucional e dos cursos de graduação e programas de pós-graduação oferecidos pela Instituição;
- ✓ controlar o desenvolvimento das atividades docentes realizadas em sala de aula e extra sala de aula;
- ✓ desenvolver níveis de satisfação dos docentes e coordenadores, a partir do planejamento, seleção, capacitação, avaliação, remuneração e carreira do corpo docente.

O plano de capacitação docente será formalizado através de documento acessível a todos os docentes, abrangendo metodologia de ensino: modelo de aula,

processo de ensino-aprendizagem, relacionamento com os estudantes, bem como atualização técnica na área de formação e alinhamento sobre os ordenamentos institucionais vigentes.

A capacitação docente promoverá a evolução da titulação acadêmica dos docentes, visando o desenvolvimento de novos conhecimentos. Os meios a serem utilizados para capacitar os professores incluem:

- ✓ programas de pós-graduação *Lato Sensu*;
- ✓ programas de pós-graduação *Stricto Sensu*;
- ✓ cursos de formação didático-pedagógica;
- ✓ seminários, Congressos e Simpósios;
- ✓ treinamentos e Workshops;
- ✓ incentivo para publicação de teses, dissertações, monografias e outros trabalhos científico-acadêmicos.

A Faculdade Ilapeo priorizará a oferta dos meios de capacitação na própria Instituição e incentivará a participação dos docentes em outras Instituições. Será definido um orçamento para capacitação previsto no PDI.

3.6.2. Corpo Técnico-administrativo

O gerenciamento do corpo técnico-administrativo será pautado na sinergia entre as equipes de trabalhos, nos diferentes setores, buscando continuamente a melhoria do desempenho, por meio de ações voltadas à capacitação, (re) adequação dos perfis exigidos pelas funções/cargos e adoção de mecanismos de acompanhamento sistemático dos trabalhos das equipes.

Desta forma, foram definidas as diretrizes políticas:

- ✓ manter uma estrutura adequada para a gestão administrativa, priorizando o registro de informações acadêmicas e administrativas, o sistema de compras, a contabilidade, o apoio acadêmico-administrativo, a biblioteca e a secretaria;
- ✓ identificar as sinergias de operações e serviços, maximizando a contribuição dos colaboradores;
- ✓ desenvolver programas de capacitação continuada e avaliação sistemática, utilizando-se de indicadores de desempenho e melhoria dos níveis de qualidade dos serviços prestados.

3.6.3. Corpo Discente

Constitui o corpo discente da Faculdade Ilapeo os estudantes matriculados em curso de graduação, cursos superiores sequenciais de formação específica, cursos de extensão, aperfeiçoamento profissional e programas de pós-graduação.

3.6.3.1. Acesso, Seleção e Permanência

A Ilapeo implementará as políticas de apoio e relacionamento com os estudantes, por meio da promoção, execução e acompanhamento de programas e projetos que contribuam para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes

condições favoráveis à integração e desempenho acadêmico, assim como, propõe-se a adotar mecanismos de recepção e acompanhamento dos estudantes, criando condições para o acesso e permanência na Faculdade.

As diretrizes que abrangem a política de acesso, seleção e permanência dos estudantes são:

- ✓ estimular a participação estudantil nas atividades de ensino, extensão e iniciação científica;
- ✓ implantar programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico e apoio financeiro (bolsas);
- ✓ garantir apoio necessário à plena realização do estudante como universitário (acadêmico, cultural, social e político);
- ✓ desenvolver mapeamento do desempenho acadêmico dos estudantes (baixo rendimento, evasão escolar, tempo médio de conclusão de curso), entre outros, visando identificar possíveis lacunas em busca da melhoria das práticas educativas.

3.6.3.2. Programa de Nivelamento

A Ilapeo contará com um programa de nivelamento com o objetivo de proporcionar ao discente uma ruptura em relação ao seu processo de ensino-aprendizagem. Objetiva incentivá-lo a desenvolver a autoaprendizagem, análise e resolução de problemas, além de sanar eventuais deficiências de aprendizagem adquiridas ao longo da formação na educação básica.

Para esse programa será disponibilizado material didático, orientação acadêmica, monitoria e aperfeiçoamento pedagógico dos docentes. A metodologia utilizada será aulas expositivas, Internet, debates, dinâmica de grupo, exercícios práticos e atividades extraclasse.

As diretrizes políticas voltadas para o desenvolvimento do programa de nivelamento são:

- ✓ estabelecer ações para a política de nivelamento, a partir do conhecimento do perfil socioeconômico dos estudantes;
- ✓ implantar ações voltadas para a oferta de disciplinas especiais, orientadas para as maiores dificuldades apontadas pelos estudantes, e atividades direcionadas a mudanças comportamentais;
- ✓ favorecer ao estudante ingressante do conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários;
- ✓ disponibilizar atendimento extraclasse pelos docentes em regime de tempo integral com horário reservado para o atendimento de discentes;
- ✓ realizar e promover palestras de orientação acadêmica (orientação de estudos, estratégias de aprendizagem etc.).

3.6.3.3. Programa de Atendimento Psicopedagógico

Tem o propósito de oferecer ao estudante um espaço para que possa expressar suas dificuldades e problemas advindos de fatores internos ou externos às atividades escolares que causem algum prejuízo, resultando muitas vezes na desistência ou na diminuição do rendimento escolar. Esse serviço contará com a colaboração de uma equipe composta por especialistas na área. Os objetivos propostos são:

- ✓ identificar e minimizar os problemas de ordem psicológica ou psicopedagógica que interfiram na aprendizagem;
- ✓ analisar semestralmente os resultados da Avaliação do Desempenho Docente e Autoavaliação do Aluno, detectando necessidades de apoio dos estudantes;
- ✓ analisar semestralmente os dados estatísticos referentes ao rendimento escolar dos estudantes nas disciplinas, buscando detectar os focos de retenção, tendo em vista ações de apoio;
- ✓ encaminhar para o serviço de psicologia quando necessário.

3.6.3.4. Apoio Financeiro (Bolsas)

Sua finalidade é destinar recursos financeiros e materiais para que os discentes possam desenvolver atividades culturais, artísticas e recreativas. Os programas de apoio e atendimento são disponibilizados a todos os estudantes da Faculdade Ilapeo.

Quanto ao estímulo financeiro, especificamente, será mediante concessão de descontos e bolsas. A concessão de bolsas está classificada em duas categorias:

Bolsas Acadêmicas (monitoria e iniciação científica): destinadas aos estudantes de graduação, para o desenvolvimento de atividades, sob supervisão de um docente-orientador.

Bolsas Assistenciais: concedidas aos estudantes hipossuficientes ou que se encontram com dificuldades econômicas, utilizando recursos próprios da Faculdade ou por meio de programas governamentais (FIES e PROUNI).

Esse processo está regulamentado pelo órgão competente. A concessão de descontos é facultada aos discentes que se encontram em dia com as mensalidades.

Para a política de concessão de bolsas foram definidas as seguintes diretrizes:

- ✓ aderir aos programas governamentais FIES e PROUNI.
- ✓ conceder auxílio financeiro para execução de projetos científicos.

3.6.3.5. Apoio à participação em projetos

A participação dos estudantes nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão terão o apoio e o incentivo da Instituição no que se refere ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de responsabilidade social e outras que se formularem como significativas para sua formação.

A Faculdade Ilapeo elege para a política de apoio ao corpo discente as seguintes diretrizes:

- ✓ estabelecer programas de incentivos cultural, desportivo, recreativo e social aos seus estudantes de forma institucionalizada;
- ✓ estabelecer parcerias, convênios com entidades públicas e privadas para obtenção de estágios e bolsas de estudo, com vistas ao treinamento e à melhor formação de seus estudantes;
- ✓ estabelecer a representação estudantil nos órgãos colegiados, assegurando o direito a voz e voto, conforme o disposto no Regimento Geral;
- ✓ apoiar a participação dos discentes em eventos científicos e culturais internos e externos;
- ✓ estabelecer programa de acompanhamento pedagógico.

3.6.3.6. Intercâmbio

As demandas provocadas pela globalização, que exigem profissionais com visão que ultrapasse as fronteiras de suas IES e de seus países, é um dos fatores que motivaram o incremento do intercâmbio.

Neste prisma, a Ilapeo implementará política de intercâmbio institucional com a finalidade de ampliar a experiência acadêmica dos estudantes e docentes, bem como de seus colaboradores, facilitando-lhes a oportunidade de conhecer novas realidades e buscar o enriquecimento de sua formação acadêmica.

A política que norteia os programas de intercâmbio interinstitucional tem como base as seguintes Diretrizes:

- ✓ promover a cooperação interinstitucional universitária por meio do ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão;
- ✓ conscientizar e estimular a comunidade acadêmica para inscrever-se em intercâmbios internacionais e nacionais;
- ✓ promover o intercâmbio com instituições congêneres, nacionais e internacionais;
- ✓ estimular à inovação tecnológica, ao intercâmbio e à divulgação científica, tecnológica, cultural e artística;
- ✓ manter intercâmbio com instituições científicas incentivando os contatos entre pesquisadores e ao desenvolvimento de projetos comuns.

O Ilapeo, atualmente possui, convênio com a Universidade de Loma Linda na Califórnia/EUA, propiciando aos docentes e discentes do mestrado façam um módulo de uma semana nos EUA, com os docentes de Loma Linda. Este convênio será estendido aos discentes da graduação para a troca de experiências em pesquisas na área do curso.

3.6.3.7. Acompanhamento ao Egresso

A Faculdade Ilapeo fará acompanhamento dos egressos de seus cursos, objetivando manter relacionamento com os profissionais que frequentarão seus cursos e programas por meio de Programa de Acompanhamento de Egressos.

Esse programa tem por objetivo acompanhar a inserção do egresso no mercado de trabalho, suas vivências e dificuldades, e, a partir de tais informações, dar-lhe apoio por meio da oferta de educação permanente e continuada, aperfeiçoando seu desempenho e contribuindo para a realização de seu projeto de vida.

O programa objetiva manter uma base de dados com informações atualizadas sobre as vivências dos ex-alunos, além do estabelecimento de ações de modo a promover o estreitamento das relações com os egressos. Essa experiência visa também ao aprimoramento dos serviços prestados, subsidiando a autoavaliação institucional por meio da autoaprendizagem organizacional.

As diretrizes básicas da política de acompanhamento do egresso são:

- ✓ acompanhar permanentemente a inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- ✓ identificar o perfil do egresso e criar mecanismos para avaliação de seu desempenho no mercado de trabalho;
- ✓ elaborar uma base de dados com informações que possibilitem manter com o egresso comunicação permanente e estreito vínculo institucional;
- ✓ estimular a integração do egresso à comunidade acadêmica através da participação em eventos artísticos, culturais e esportivos promovidos pela Faculdade;
- ✓ promover atualização acadêmica oferecendo cursos, seminários e palestras direcionadas à complementação profissional do egresso;
- ✓ obter informações dos empregadores que, associadas às do egresso, direcionem a tomada de decisões institucionais ou do curso;
- ✓ construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com as diretrizes nacionais para os cursos superiores;
- ✓ condecorar egressos que se destaquem nas atividades profissionais.

3.7. POLÍTICA PARA A COMUNICAÇÃO

A política de comunicação interna e externa da Ilapeo tem como objetivo atender os seus mais diversos segmentos de públicos e promover maior comprometimento e envolvimento com a sua comunicação. Desta forma, a regra básica da excelente comunicação é pronunciar-se com clareza e objetividade alinhada a transparência e cordialidade nos relacionamentos.

Para a comunicação serão desenvolvidas ações visando à difusão da imagem da instituição, a qualidade da informação e a facilidade de distribuição das informações entre os setores da Faculdade, assim como coleta informações para nortear a gestão institucional.

O portal institucional na internet reunirá as informações sobre os serviços educacionais prestados, bem como disponibilizará à comunidade acadêmica o autoatendimento, facilitando a interação com os sistemas acadêmicos e de controle administrativos da Instituição.

Outro canal de comunicação que será implantado é a ouvidoria. Sua finalidade é a integração entre a comunidade acadêmica, sociedade e a Instituição, para dar soluções imediatas e conciliadoras e ao mesmo tempo ser fonte de informações sobre a Instituição, cursos, programas e serviços ofertados.

Além dos citados as informações serão amplamente difundidas utilizando-se as mídias locais (Rádio, TV, Jornal) e internamente, reuniões, murais de aviso, Internet, Intranet, Correio Eletrônico, *Twitter*, Jornal Impresso ou Virtual, cartazes, folders, dentre outros.

Neste sentido, o processo de comunicação interna e externa abrangerá as seguintes diretrizes:

- ✓ promover a comunicação com a sociedade, mantendo coerência com as ações constantes nos documentos oficiais e de gestão;
- ✓ implantar ações de comunicação que promovam a interação institucional que valorizem a prática da responsabilidade social e da cidadania, a oferta de serviços educacionais sintonizados com as necessidades regionais;
- ✓ adotar procedimentos de comunicação alinhando todos os setores e áreas, atendendo a comunidade por meio da socialização dos conhecimentos construídos, utilizando recursos como cursos, capacitações, atendimentos, eventos entre outros;
- ✓ planejar a comunicação mediante escolha adequada das ferramentas que melhor se adaptem aos objetivos de cada processo de comunicação, em sala de aula, no desenvolvimento das atividades extraclasse, no atendimento docente e discente e na atuação dos órgãos de apoio;
- ✓ utilizar a comunicação de forma proativa dos canais de comunicação da Instituição e parcerias;
- ✓ atualizar de forma continuada a divulgação das informações contidas nos documentos institucionais (regulamento da ouvidoria, manual do aluno, atas de reuniões e outros ordenamentos institucionais).

3.8. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A ideia de instituições de ensino voltada para a realidade social e, envolvida com problemas sociais surgiu na segunda metade do século XX. A função social do ensino superior consiste em desenvolver o processo de socialização dos conhecimentos numa perspectiva de estabelecer a interação com a sociedade.

Partindo deste entendimento, a política de responsabilidade social da Ilapeo estará intensamente vinculada à sua política de extensão, mas não como complementação curricular ou filantropia, mas como um dos pontos de apoio da existência universitária, associada ao ensino e à pesquisa. No seu cotidiano estimulará iniciativas que unam, de forma coesa e eficaz, ações que se revelem concomitante na formação profissional de indivíduos e em benefícios de caráter social.

As diretrizes políticas para a responsabilidade social abrangem:

- ✓ oferecer educação comprometida com a ética, a cidadania, o conhecimento e o atendimento às necessidades contemporâneas locais e regionais;
- ✓ promover a inserção do estudante na sociedade através do trabalho solidário, possibilitando o desenvolvimento da responsabilidade social do cidadão no âmbito local e regional;
- ✓ prestar serviços de extensão na área vocacional da Ilapeo colaborando com a qualidade de vida das pessoas, contribuindo com a inclusão social, a defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- ✓ estabelecer relações permanentes da Ilapeo com prefeituras, empresas e ONGs para promover educação continuada, visando ao aprimoramento e atualização dos profissionais da região;
- ✓ estabelecer relações de parceria com organizações e setores das comunidades e instituições e empresas;
- ✓ realizar semanas, palestras, fóruns, cursos de extensão e pós-graduação para transferência de conhecimentos de relevância social;
- ✓ criar projetos interdisciplinares, com base em pesquisa de campo e propor ações com vistas à melhoria das condições de vida e bem-estar dos moradores da região;
- ✓ Abrir programas e elaborar projetos institucionais voltados para o acesso da comunidade geral às suas instalações, se inserindo como um ponto de referência regional para a realização de eventos públicos e privados de interesse da coletividade.

3.8.1. Políticas para Inclusão Social

O exercício continuado da inclusão social está diretamente associado às questões relacionadas aos direitos humanos, igualdade social, diferenças culturais, raciais e socioeconômicas que contribuem para a exclusão das pessoas.

A Faculdade Ilapeo compreende que a inclusão social tem ainda como foco o desenvolvimento econômico e social e estabelece em suas áreas de atuação estratégias para sustentar o combate à exclusão social. Buscará operar com transparência em relação à comunidade e também àqueles que almejam se servir de seus cursos e programas.

Desta forma, atenderá aos requisitos de acessibilidade e mobilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais, ao mesmo tempo em que buscará implantar ações de proteção social e de incentivos.

As diretrizes políticas voltadas para a inclusão social abrangem:

- ✓ desenvolver projetos que, além da relevância social, contribuam para formação técnica, experiência profissional e aquisição de diferenciais competitivos;
- ✓ disponibilizar instalações e equipamentos para projetos de inclusão social selecionados, visando o atendimento à comunidade, contribuindo com o

desenvolvimento educacional e cultural da população mais carente de sua área de atuação;

- ✓ colaborar para a qualificação e emancipação dos movimentos sociais, ONGs e de outros setores da sociedade civil para que desenvolvam ações prepositivas e capazes de fazê-los participar eficazmente de negociações e deliberações;
- ✓ capacitar lideranças para atuação em projetos de melhoria das condições de vida da população e disseminação de práticas de cidadania.

3.8.2. Políticas para as Interfaces Sociais

A Faculdade Ilapeo seleciona para sua política de interfaces sociais, a interação do aluno com a comunidade e mercado de trabalho incorporando os aspectos culturais que imprimem percepções diferentes para cada indivíduo.

As interfaces sociais no âmbito institucional se realizaram por meio das relações de parcerias sistemáticas da comunidade acadêmica com outras instituições de educação superior ou de pesquisa, públicas ou privadas e ainda com o setor empresarial.

E por intermédio de suas atividades acadêmicas promoverá a interação dos estudantes com a comunidade da seguinte forma:

- ✓ implantar programas de assistência à comunidade – objetivando fortalecer as ações de assistência voltadas para a própria comunidade acadêmica, oferecendo instrumental apropriado para garantir as condições de acesso, permanência e de trabalho na Instituição;
- ✓ participar das discussões e elaboração das políticas públicas em sua área de atuação;
- ✓ integrar mutuamente com os vários setores da sociedade – desenvolvendo ações diversas junto aos representantes dos setores da sociedade, ampliando a integração com a Instituição;
- ✓ adotar uma cultura cidadã a fim de contribuir para o processo de consolidação da cidadania apresentando propostas e programas de apoio ao desenvolvimento cultural de Curitiba e região metropolitana;
- ✓ estabelecer parcerias – buscando desenvolver convênios com instituições públicas e privadas, para a realização de programas e projetos;
- ✓ criar parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, buscando a operacionalização de programas e projetos voltados à produção do conhecimento científico, tecnológico.

3.8.2.1. Programas de desenvolvimento econômico e social da região

A Faculdade Ilapeo contribuirá para o desenvolvimento econômico e social da região buscando a eliminação das desigualdades sociais, por meio da definição de ações e programas que concretizem e integram as diretrizes curriculares dos cursos com os setores sociais e produtivos da região, incluindo o mercado profissional.

Do mesmo modo, pretende colaborar cedendo espaço e recursos para a realização de eventos culturais, cursos, programas e projetos que possam incentivar e oportunizar a população mais carente acesso ao lazer, cultura e conhecimento.

V. CURSOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS

1. RELAÇÃO DOS CURSOS E PROGRAMAS EXISTENTES

1.1. CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS

A tabela 32 a seguir, apresenta o curso de graduação ofertado a Faculdade Ilapeo, que foi autorizado na vigência deste PDI.

Tabela 32 – Cursos de graduação ofertados.

Cursos	Ato	Status
Curso Superior de Tecnologia em Radiologia	Autorizado: Portaria MEC nº 196, de 16 de maio de 2016, publicado no D.O.U. nº 93 em 17 de maio de 2016, págs. 11 e 12.	Autorizado

1.2. CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERTADOS

Os cursos e programas de pós-graduação ofertados pela Faculdade Ilapeo foram desenvolvidos para atender a demandas existentes na região e, de acordo com a legislação vigente, as orientações dos órgãos classes e os atos internos, conforme apresentados na tabela 33 a seguir

Tabela 33 – Cursos de pós-graduação ofertados.

Nome do curso	Nível	Ato de criação
Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial	Especialização	Ato interno da Diretoria Geral
Dentística	Especialização	Ato interno da Diretoria Geral
Implantodontia	Especialização	Ato interno da Diretoria Geral
Ortodontia	Especialização	Ato interno da Diretoria Geral
Prótese Dentária	Especialização	Ato interno da Diretoria Geral
Periodontia	Especialização	Ato interno da Diretoria Geral
Odontologia: Áreas de Concentração - Implantodontia e Ortodontia	Mestrado Profissional	Implantodontia: autorizado pela Portaria MEC nº 458 de 10 de abril de 2008, publicado em 11 de abril de 2008 Ortodontia: autorizado pela Portaria MEC 1077/2012, republicada no D.O.U. 13/9/2012, Seção 1, Pág. 25

2. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CURSOS E PROGRAMAS

2.1. PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Em consonância com sua área de atuação educacional, a Faculdade Ilapeo apresenta o planejamento de expansão para a graduação, durante a vigência deste PDI, os cursos relacionados na tabela 34:

Tabela 34 – Cursos de graduação para expansão.

Nome do curso	Grau	Modalidade	Nº de estudantes por turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Gestão Hospitalar	Superior de Tecnologia	Presencial	40	2	Noturno	Rua Jacarezinho, nº 656	Ano I
Odontologia	Bacharelado	Presencial	40	2	Integral	Rua Jacarezinho, nº 656	Ano II
Psicologia	Bacharelado	Presencial	40	2	Noturno	Rua Jacarezinho, nº 656	Ano IV
Serviço Social	Bacharelado	Presencial	40	2	Noturno	Rua Jacarezinho, nº 656	Ano III

2.2. PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU

A seguir apresenta os cursos de pós-graduação previstos para serem implantados na vigência deste PDI (tabela 35).

Tabela 35 – Cursos de pós-graduação para expansão.

Nome do curso	Nível	Nº de estudantes/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Odontologia	Doutorado Profissional	12	1	Integral	Rua Jacarezinho, nº 656	Ano IV

2.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As IES em toda a sua existência sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país. Desta forma, é imprescindível assimilar as transformações dos processos culturais, políticos e econômicos que vem ocorrendo, já que essas modificações influenciam na forma como o conhecimento é gerado e disseminado.

A par dessas alterações e levando-se em conta as especificidades da região de influência em que irá atuar, a extensão deve servir como instrumento de inserção social aproximando a Instituição da comunidade oferecendo programas de extensão voltados a necessidade dessa população.

A Extensão será realizada por meio de cursos, eventos, prestação de serviços, produções, publicações entre outras ações de forma articulada e interdisciplinar, dirigidas à sociedade as quais devem estar indissociavelmente vinculadas ao Ensino e à Pesquisa.

A Faculdade Ilapeo selecionou os cursos de extensão que serão ofertados na vigência do PDI, (tabela 36):

Tabela 36 – Cursos de extensão para expansão.

Nome do curso	Atividade	Nº de estudantes/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto de Implantação
Auxiliar de saúde bucal	Extensão	12	1	Integral	R.: Jacarezinho, nº 656	Ano I
Cirurgia avançada	Extensão	12	1	Integral	R.: Jacarezinho, nº 656	Ano I
Estética avançada	Extensão	20	1	Integral	R.: Jacarezinho, nº 656	Ano I
Metodologia	Extensão	20	1	Integral	R.: Jacarezinho, nº 656	Ano I
Prótese sobre implantes	Extensão	12	1	Integral	R.: Jacarezinho, nº 656	Ano I
Prótese sobre implantes avançado	Extensão	12	1	Integral	R.: Jacarezinho, nº 656	Ano I

2.4. PROGRAMAÇÃO DE PROGRAMAS DE PESQUISA

No processo de institucionalização da pesquisa, ao lado dos princípios éticos inerentes ao desenvolvimento das atividades, a Faculdade Ilapeo assume referências básicas que se consolidam como concepção pedagógica para a produção de conhecimento científico.

Desse modo, duas referências se constituem indicadores para definição das áreas de pesquisa a serem institucionalizadas: o comprometimento da ciência com a sociedade e o tratamento interdisciplinar das questões de pesquisa, por se considerar possível, com essa abordagem, compreender de maneira mais inteira os problemas estudados, superando a disciplinaridade do conhecimento e requerendo interrelação entre as Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O substrato criado pela Pós-Graduação *lato sensu* e pelas ações extensionistas inspirou as linhas temáticas de pesquisa geradoras do lastro para o *stricto sensu*. Os núcleos temáticos de pesquisa, embora não se restrinjam às áreas em que se realiza a Pós-Graduação *stricto sensu* constituem importante subsídio para esses cursos e para os *latos sensu*, como também para a continuidade das relações com outras Instituições.

Desta forma durante a vigência deste PDI, a Faculdade Ilapeo pretende desenvolver as seguintes linhas de pesquisa:

- Pesquisa em Clínica Odontológica;
- Propriedades Físicas e Biológicas Aplicadas à Odontologia;
- Crescimento e Desenvolvimento Craniofacial e Oclusão Dentária;
- Saúde Pública e Epidemiologia;
- Pesquisa em novas tecnologias em Imaginologia.

2.5. PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A iniciação científica é considerada um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação na pesquisa científica. É uma ferramenta de apoio teórico e metodológico à formação de uma nova mentalidade no aluno.

O Programa de Iniciação Científica - PIC da Faculdade Ilapeo tem por objetivo promover desenvolvimento da iniciação científica e através deste, aos estudantes terão a oportunidade de complementar sua formação acadêmica, aprimorando seu conhecimento e preparando-se para a vida profissional.

Ademais, buscará disseminar em seus estudantes a cultura de investigação científica, estreitando os vínculos entre os docentes e discentes e entre o curso de graduação e os programas de pós-graduação, o que contribui para a formação de profissionais capazes de identificar um tema de pesquisa, aprender técnicas e métodos; equacioná-lo com os devidos instrumentos conceituais de e avançar na sua resolução.

Os programas de iniciação científica serão supervisionados e coordenados pelo Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão e possuem regulamentos próprios.

VI. CORPO SOCIAL

1. CORPO DOCENTE

As atividades de ensino, pesquisa e extensão serão exercidas por docentes contratados pelo ILAPEO preferencialmente no regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, considerando demais ordenamentos pertinentes como acordos, convenções e dissídios coletivos, observado o regimento geral da Instituição e o plano de carreira docente.

Os docentes terão suas atribuições definidas em planos individuais de trabalho, onde constam suas obrigações quanto à carga horária atribuída e a relação de atividades de capacitação técnica e pedagógica, inclusive.

Neste sentido se organiza o corpo docente da Faculdade Ilapeo que, atualmente, constitui-se por 10 (dez) docentes, sendo 100,0% com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Destes, 70,0% são doutores e 30,0% são mestres.

1.1. REQUISITOS DE TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO

O corpo docente será composto por profissionais com titulação acadêmica adequada às necessidades da Instituição, bem como observará os requisitos de qualidade exigidos nos instrumentos de avaliação.

E não somente isto, mas por meio de seu plano de carreira docente estimulará o aperfeiçoamento de seus docentes com incentivos à busca por capacitação e aquisição de novos conhecimentos no âmbito das atividades desenvolvidas na Instituição, de maneira que possam contribuir cada vez mais para a formação discente com qualidade.

Como dito, o corpo docente foi selecionado considerando-se os padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Educação, principalmente no que tange à titulação acadêmica, experiência profissional dentro e fora do magistério superior. Para tanto, todos os docentes possuem pós-graduação, seja *lato* ou *stricto sensu*, em quantidade e qualidade suficientemente adequada aos padrões organizacionais e normativos.

Quanto ao regime de trabalho, nos termos do plano de carreira docente e normas vigentes, a instituição têm seus profissionais distribuídos em três regimes semanais, quais sejam:

1. *Regime de Tempo Integral (TI)*: com prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, reservado o tempo de, pelo menos, 20 (vinte) horas semanais para estudos, pesquisas, trabalhos de extensão, planejamento, avaliação e atividades docentes de natureza administrativa;
2. *Regime de Tempo Parcial (TP)*: com prestação de 12 (doze) ou mais horas semanais reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, pesquisas, trabalhos de extensão, planejamento, avaliação e atividades docentes de natureza administrativa;
3. *Regime Horista (H)*: com prestação de serviços exclusivos em sala de aula, independentemente da carga horária contratada, ou prestação de serviços que não se enquadre nos regimes integral ou parcial.

Nos termos regimentais e normativos, as horas de trabalho não utilizadas como carga didática do professor, serão distribuídas em preparo de aulas, assistência aos estudantes, preparação e correção de provas e exames, pesquisas, funções administrativas, reuniões em órgãos colegiados, participação em eventos de capacitação, trabalhos práticos ou atividades de assessoria e extensão a se desenvolverem na faculdade ou em local que for determinado pela Diretoria em acordo com o docente.

1.2. EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL NA ÁREA DE FORMAÇÃO

A experiência acadêmica dos docentes é um indicador imprescindível para mensuração da qualidade do ensino ofertado. No mesmo sentido, a experiência profissional na área de abrangência dos cursos, também se configura como uma importante variável para qualificar o perfil do corpo docente de uma instituição de ensino superior.

Do ponto de vista acadêmico, contribuirá no processo de transferência de conhecimento com o domínio de técnicas pedagógicas eficazes, adequadas ao perfil de estudantes esperado para o curso.

Já a experiência profissional dos docentes corroborará para a inserção dos discentes no contexto do mercado de trabalho, abrindo perspectivas no plano profissional e na aplicação prática dos conteúdos desenvolvidos ao longo do curso, resultando em egressos capacitados na teoria e na prática.

Guiado por esse entendimento, o corpo docente da Faculdade Ilapeo, do ponto de vista da experiência profissional e acadêmica, é caracterizado da seguinte forma:

- ✓ 10 (90,9%) dos docentes possuem mais de cinco anos de experiência no magistério superior;
- ✓ 11 (100%) dos docentes possuem mais de três anos de experiência profissional.

Com base nas informações acima, o corpo docente atende aos requisitos institucionais, normativos e legais para oferta de cursos superiores.

1.3. PLANO DE CARREIRA DOCENTE

O *Plano de Carreira Docente - PCD* é o instrumento que rege as políticas e procedimentos quanto às condições de admissão, direitos e vantagens, bem como deveres e responsabilidades dos membros do magistério superior, visando a valorização do Corpo Docente e a qualidade do ensino superior, nos termos legais e regimentais.

O PCD estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento da carreira, por meio de promoções alternadas por antiguidade e merecimento, nos termos da lei. Seu principal objetivo é estabelecer diretrizes e critérios para progressão de carreira docente na Faculdade Ilapeo, estimulando o exercício eficaz das funções pedagógicas.

Da mesma forma, procura valorizar e estimular continuamente o aprimoramento profissional, o crescimento funcional e intelectual dos docentes de modo a assegurar um quadro capacitado em constante atualização, na busca por um mais alto nível de desenvolvimento acadêmico, por meio de incentivos e programas de capacitação.

Do ponto de vista acadêmico, visa assegurar à comunidade um corpo docente integrado, qualificado e compromissado com os objetivos acadêmicos e a qualidade da educação superior, atraindo, retendo e desenvolvendo profissionais de alto nível de desempenho na função docente.

A carreira do pessoal docente da Faculdade Ilapeo será constituída por três categorias funcionais, com três classes e três níveis, assim apresentados:

- ✓ Categoria P1, dividida em classes A, B e C, estas subdivididas em níveis de I a III;
- ✓ II - Categoria P2, dividida em classes A, B e C, estas subdivididas em níveis de I a III;
- ✓ III – Categoria P3, dividida em classes A, B e C, estas subdivididas em níveis de I a III;

Quanto aos requisitos mínimos para ingresso nas categorias docentes, define-se os seguintes critérios:

- ✓ Professor P1: ser portador de Certificado de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização ou aperfeiçoamento na área em que irá atuar conferido por cursos regulares nos termos da legislação específica;
- ✓ II - Professor P2: ser portador do diploma de Mestrado, conferido por cursos autorizados e instituições de credenciadas pelo órgão governamental competente;
- ✓ III - Professor P3: ser portador de diploma de Doutor ou Pós-doutor, conferido por cursos autorizados e instituições credenciadas pelo órgão governamental competente.

O PCD abrange as relações de emprego inerentes às atividades docentes do magistério superior da Faculdade Ilapeo, regidas pela Consolidação das Leis do

Trabalho, demais leis trabalhistas, pelo Regimento/Estatuto do Mantenedor, pelos acordos, convenções e dissídios coletivos de trabalho da base territorial respectiva.

É de competência do Mantenedor a aprovação do número de vagas, distribuídos pelas diversas classes e subcategorias estabelecidas no plano de carreira, ocorrendo após o encerramento de cada período letivo, tendo em vista o planejamento do período seguinte.

1.4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Os critérios de seleção e contratação da Instituição estão alicerçados nas técnicas modernas de recrutamento e seleção da área de recursos humanos, e seguem as regulamentações do Plano de Carreira Docente - PCD e do Regimento Geral.

Os docentes da Faculdade Ilapeo são contratados pelo Mantenedor, de acordo com as normas do Plano de Gestão e Carreira Docente, por indicação da coordenação de curso submetida à aprovação da Diretoria Acadêmica e da Direção Geral.

Cabe à coordenação de curso comprovar a necessidade da contratação de docentes, fazendo o exame das credenciais dos interessados e encaminhando-as para análise final da Diretoria Acadêmica.

Todavia, antes da abertura de processo seletivo externo, e em atenção ao princípio da valorização do corpo docente, a ocupação de vaga eventualmente aberta dar-se-á preferencialmente pela promoção de docentes integrantes do quadro de carreira do magistério superior da Faculdade Ilapeo, por ascensão vertical, respeitados os critérios de antiguidade e merecimento, conforme o caso, observados os critérios do PCD.

Não havendo candidatos no quadro de carreira docente que se enquadrem na vaga disponível, far-se-á seleção externa para preenchimento do quadro, sendo que o docente contratado, independentemente da categoria, será lotado em classe nos termos do plano de carreira.

Os candidatos serão avaliados por critérios pré-definidos, sendo fundamentais para ingresso e permanência no magistério superior da Faculdade Ilapeo a idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e uma boa conduta pública e privada.

A admissão de pessoal docente far-se-á mediante contrato de trabalho celebrado com o Mantenedor e aceitação pelo contratado dos termos da política de recursos humanos da Faculdade Ilapeo.

A seleção de candidatos será feita observando os seguintes critérios:

- ✓ comprovação de títulos acadêmicos obtidos pelo candidato;
- ✓ comprovação de produção científica docente;
- ✓ demonstração de experiência profissional docente na área da disciplina/componente curricular e não docente na área de formação do candidato;

- ✓ desempenho na aula-demonstrativa ministrada pelo candidato à Comissão de Avaliação Docente - CAD, cabendo ainda, dispensa dessa formalidade, a critério da Diretoria Acadêmica em consonância com a Direção Geral.

O professor contratado será enquadrado, em regra, de acordo com a nomenclatura e salário referente à vaga disponível, em tabela contida no plano de carreira.

1.5. QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Visando o aperfeiçoamento da atividade docente, a Faculdade Ilapeo promoverá, conforme cronograma de atividades deste plano, ações de promoção da capacitação de seus docentes por meio de programas próprios ou pela integração com outras instituições, públicas ou privadas.

O objetivo é a capacitação contínua e o oferecimento de programas de aperfeiçoamento tecnológico e didático, nos termos deste plano de desenvolvimento.

A instituição manterá política de incentivo à participação dos docentes em congressos, simpósios, conferências e seminários organizados pelas associações de classe, bem como, outros congressos de grande importância regional, nacional e internacional.

Também objetiva-se fomentar o intercâmbio de experiências e pesquisas entre os docentes da Instituição, com docentes de outras instituições nacionais e estrangeiras.

As atividades estarão diretamente relacionadas à produção docente de material didático-pedagógico e de produção científica, como livros, trabalhos publicados em anais de congresso ou periódicos indexados, relatórios de pesquisas publicados por instituições conceituadas e trabalhos de natureza técnica ou profissional.

Mais informações sobre as políticas de qualificação e capacitação estão disponíveis no capítulo sobre *políticas institucionais*, em *políticas para gestão de pessoas*.

1.6. PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOCENTE

O docente substituto será admitido exclusivamente para suprir a falta de docentes integrantes da carreira e sua formação ou especialização deve manter estreita correlação com a área de atuação do docente substituído e atividade a ser desenvolvida.

Em caso de substituição temporária, o docente poderá ser contratado por prazo determinado, nos termos da lei para exercício de atividades cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.

Também se aplica a contratação por tempo determinado ao docente cujo contrato tenha vigência que dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão

aproximada, ou ainda aqueles cujas atividades são exercidas durante o contrato de experiência.

O docente contratado por tempo determinado, tão logo cesse o contrato de experiência ou o contrato com prazo determinado se torne indeterminado, será imediatamente enquadrado no plano de carreira, contando o termo inicial do respectivo contrato para efeito de promoção na carreira docente.

O docente substituto será admitido, em caráter transitório, permitida prorrogação nos termos da lei, sendo vedada nova contratação antes de decorridos seis meses do término do contrato anterior.

A contratação do docente substituto far-se-á mediante processo de seleção a ser estabelecido pela Diretoria Geral da Faculdade Ilapeo, não sendo computado para efeito de estatísticas junto aos órgãos reguladores, quando não estiver vinculado em data limite estipulada pelas regras normativas da educação.

A remuneração dos docentes substitutos ou visitantes guardará estreita correlação com os valores pagos aos docentes integrantes da carreira, de acordo com a respectiva categoria, sempre no nível inicial.

1.7. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

A Faculdade Ilapeo projeta em seu PDI a autorização e funcionamento do curso de Radiologia acompanhando o credenciamento da Instituição e no futuro, após a sedimentação do mesmo, prevê novos pedidos de autorização de cursos na área de saúde, estando planejada na vigência deste PDI - para o ano III: Odontologia, Psicologia, Gestão Hospitalar e para o ano IV Serviço Social.

Desta forma, o corpo docente da Faculdade Ilapeo será composto inicialmente pelos docentes do curso de Radiologia, previstos para os dois primeiros semestres (tabela 37).

Tabela 37 – Cronograma de ampliação do quadro docente.

TITULAÇÃO		ANO I		ANO II		ANO III		ANO IV		ANO V	
		N.º	%	N.º	N.º	%	%	N.º	%	N.º	%
DOUTOR	TI	4	50,0%	5	45,5%	6	46,2%	8	47,1%	10	47,6%
	TP	3	37,5%	4	36,4%	4	30,8%	5	29,4%	6	28,6%
	H	1	12,5%	2	18,2%	3	23,1%	4	23,5%	5	23,8%
Qtde. Doutores		8	53,3%	11	47,8%	13	36,1%	17	32,7%	21	31,3%
MESTRE	TI	1	20,0%	2	22,2%	5	27,8%	8	32,0%	12	38,7%
	TP	1	20,0%	3	33,3%	6	33,3%	9	36,0%	10	32,3%
	H	3	60,0%	4	44,4%	7	38,9%	8	32,0%	9	29,0%
Qtde. Mestres		5	33,3%	9	39,1%	18	50,0%	25	48,1%	31	46,3%
ESPECIALISTA	TI	1	50,0%	1	33,3%	2	40,0%	5	50,0%	8	53,3%
	TP		0,0%	1	33,3%	2	40,0%	3	30,0%	4	26,7%
	H	1	50,0%	1	33,3%	1	20,0%	2	20,0%	3	20,0%
Qtde. Especialistas		2	13,3%	3	13,0%	5	13,9%	10	19,2%	15	22,4%

TOTAL	TI	6	40,0%	8	34,8%	13	36,1%	21	40,4%	30	44,8%
	TP	4	26,7%	8	34,8%	12	33,3%	17	32,7%	20	29,9%
	H	5	33,3%	7	30,4%	11	30,6%	14	26,9%	17	25,4%
Qtde. Geral		15	100%	23	100%	36	100%	52	100%	67	100%

2. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Em apoio às atividades acadêmicas, visando ao bom andamento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão, a Faculdade Ilapeo manterá em seu quadro funcionários técnico-administrativos de alta competência, com habilidades para atenderem todas as solicitações da comunidade acadêmica e administrativa da Instituição.

2.1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Para ser admitido no quadro de pessoal técnico-administrativo da Faculdade Ilapeo, os candidatos devem preencher requisitos estabelecidos no Regimento e no Plano de Carreira de Cargos e Salários.

A seleção contará com critérios também alicerçados nas técnicas modernas de recrutamento e seleção da área de recursos humanos. Ao ser admitido, o colaborador ocupará, em regra, o nível inicial do cargo respectivo, passando a integrar o PCCS após o período de experiência e aprovação da Coordenação de Recursos Humanos e articulação da chefia imediata.

Excepcionalmente, a formação mínima exigida poderá ser substituída pela relevante experiência comprovada, cabendo decisão ao presidente do Mantenedor.

2.2. QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A Faculdade Ilapeo estimula a capacitação educacional e profissional de seus colaboradores técnico-administrativos por meio de políticas de incentivo disciplinadas no PCCS e nas políticas definidas para gestão de pessoas, principalmente por meio da educação continuada, destinando anualmente investimentos para participação em eventos e cursos.

Entre as políticas definidas destaca-se a qualificação e capacitação profissional via programas, treinamentos que visam ao aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades específicas de cada área profissional.

Do mesmo modo destaca-se o desenvolvimento de habilidades gerenciais alinhadas ao acompanhamento das novas tecnologias e recursos disponíveis em face de sua evolução de técnicas utilizadas nos diversos ambientes de trabalho.

Mais informações sobre as políticas de qualificação e capacitação estão disponíveis no capítulo sobre *políticas institucionais*, em *políticas para gestão de pessoas*.

2.3. PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

Os colaboradores não docentes que farão parte do corpo técnico-administrativo, a exceção dos serviços terceirizados, serão contratados pelo Mantenedor no regime jurídico da CLT. A carreira desses profissionais será regida pelas leis trabalhistas, convenções, acordos e dissídios coletivos, pelo Regimento Geral, bem como pelo *Plano de Carreira de Cargos e Salários - PCCS*.

Este plano tem como principal objetivo a valorização e profissionalização dos recursos humanos não docentes contratados pelo Mantenedor da Faculdade Ilapeo e abrange um conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos que se constituem em instrumentos essenciais para a organização, estruturação e desenvolvimento dos colaboradores da Instituição.

O regime de trabalho do corpo técnico-administrativo obedece à legislação vigente e se estabelece como cumprimento da jornada de trabalho fixada no contrato individual de trabalho, que reserva para cada categoria, classe ou cargo, peculiaridades inerentes às funções e as horas dispensadas.

2.4. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Em função da projeção e autorização de funcionamento do curso de Radiologia acompanhando o credenciamento da Instituição e no futuro, a criação de novos cursos, a Faculdade Ilapeo prevê a ampliação do corpo técnico administrativo, nos termos da vigência deste PDI (tabela 38).

Tabela 38 – Cronograma de ampliação do corpo técnico-administrativo.

Nível	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Acadêmico	10	11	12	13	15
Administrativo	15	17	18	20	22
Secretaria Acadêmica	5	8	8	10	12
Infraestrutura Geral	10	11	12	13	15
Biblioteca	5	10	12	14	16
Laboratórios	10	11	12	13	15
Total	55	68	74	84	94

3. CORPO DISCENTE

Constitui o corpo discente da Faculdade Ilapeo os estudantes matriculados em curso de graduação, cursos superiores sequenciais de formação específica, cursos de extensão, aperfeiçoamento profissional e programas de pós-graduação.

3.1. FORMAS DE ACESSO

O acesso aos serviços educacionais na Faculdade Ilapeo está facultado a todos os candidatos que por meio de processo seletivo alcancem os requisitos fixados pelo CONSU em edital próprio.

O Edital será divulgado em conformidade com a norma educacional, observadas as diretrizes estabelecidas no Regimento Geral da Faculdade Ilapeo. O

processo seletivo destina-se a viabilizar o ingresso dos candidatos nas vagas disponibilizadas pelos cursos e programas, avaliando-se conhecimentos essenciais dos candidatos nos termos da legislação vigente.

As inscrições para o processo seletivo são divulgadas em edital, do qual constam os cursos oferecidos, vagas disponibilizadas, prazos, documentação necessária, calendário das provas, critérios de classificação e demais informações relevantes.

O processo seletivo abrange conhecimento comum às diversas formas de escolaridade do ensino médio, não ultrapassando esse nível de complexidade. A classificação final se fará pela ordem decrescente dos resultados obtidos, excluídos aqueles que não obtiveram o desempenho mínimo exigido.

Esta classificação é válida para matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em fazendo-a, não apresentar a documentação exigida nos prazos estabelecidos.

Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, as mesmas poderão ser ocupadas por estudantes transferidos de outros cursos, na forma da legislação vigente, ou por portadores de diploma da graduação, em conformidade com as normas aprovadas pelo CONSU.

O processo seletivo poderá ter a previsão de apresentação de resultados obtidos em avaliações anteriores oficiais como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

3.2. PROGRAMAS DE APOIO AO DISCENTE

A política de atendimento aos discentes prevê, dentre as principais ações, o estímulo à permanência dos estudantes por meio de programas de nivelamento, atendimento psicopedagógico e liberação de bolsas de estudos:

- ✓ Programa de nivelamento: objetiva proporcionar ao discente uma ruptura em relação ao seu processo de ensino-aprendizagem, de forma a incentivá-lo a desenvolver a autoaprendizagem e capacidade para o raciocínio lógico, análise e resolução de problemas, além de sanar eventuais deficiências de aprendizagem adquiridas ao longo da formação na educação básica.
- ✓ Atendimento psicopedagógico: têm o propósito de oferecer ao estudante um espaço para que possa expressar suas dificuldades e problemas advindos de fatores internos ou externos às atividades escolares que causem algum prejuízo, resultando muitas vezes na desistência ou na diminuição do rendimento acadêmico.
- ✓ Programa de apoio financeiro: objetiva destinar recursos financeiros e materiais para que os discentes possam desenvolver atividades culturais, artísticas e recreativas.

Os programas de apoio e atendimento são disponibilizados a todos os estudantes da Faculdade Ilapeo.

A Instituição atuará de forma transparente e objetiva no desenvolvimento das atividades de apoio ao discente. Para tanto, garante o acesso a todas as informações acadêmicas por meio da Secretaria, Tesouraria e *site* institucional, via senha individual de acesso, possibilitando ainda a realização de consultas e a comunicação com a coordenação do curso e demais setores por meio de correio eletrônico.

Também estará disponível o serviço de atendimento via telefone, realizado por profissionais capacitados. Os setores de apoio acadêmico como Secretaria e Biblioteca também serão estruturados para responder prontamente às solicitações dos discentes.

A organização da vida estudantil é facilitada pelo recebimento do *Manual do Aluno* da Faculdade Ilapeo, no qual estão contidas todas as informações relevantes a respeito do curso, setores de apoio e programas institucionais.

A Faculdade Ilapeo também divulgará o *Calendário Acadêmico*, um instrumento eficaz de planejamento que permite aos estudantes acompanhar a execução de programas de ensino e outras atividades.

Ao mesmo tempo, a Coordenação e os docentes terão papel fundamental na orientação quanto às peculiaridades dos cursos, esclarecendo dúvidas sobre os programas de ensino, estágios, atividades complementares, convênios, aproveitamento de estudos, e demais informações relativas às suas respectivas atividades.

3.2.1. Estímulos à Permanência

3.2.1.1. Programa de Nivelamento

O Programa de Nivelamento será um serviço de apoio aos estudantes com vistas à superação de lacunas de aprendizagem advindas da formação. Visa contribuir para o conhecimento basilar dos estudantes nas diversas disciplinas do currículo, aumentando o desempenho, diminuindo a ocorrência de dependências, reprovações e criando oportunidades de interação entre os estudantes.

O programa e os mecanismos de nivelamento a serem adotados pela Faculdade Ilapeo têm como objetivo auxiliar os estudantes ingressantes na melhoria do desempenho escolar e são direcionados especialmente aos estudantes que apresentam dificuldades na aquisição de conhecimentos durante o curso.

Para a coordenação do programa será criado o Núcleo de Apoio Psicopedagógico que organizará as atividades e os momentos em que serão ministrados os conteúdos necessários de acordo com a demanda.

3.2.1.2. Programa de Acompanhamento Psicopedagógico

O *Programa de Acompanhamento Psicopedagógico* objetiva colaborar positiva e efetivamente para o desenvolvimento das competências dos estudantes, por meio do melhoramento do seu desempenho acadêmico e aquisição de bem-estar pessoal e social.

Surge da necessidade de possibilitar orientação e acompanhamento psicopedagógico aos estudantes no processo de aprender a aprender com vistas à diminuição de eventuais dificuldades emocionais e psicopedagógicas, sendo orientado por regulamento.

São objetivos do Programa de Acompanhamento Psicopedagógico:

- ✓ realizar atendimento psicopedagógico visando à tomada de consciência por parte do estudante de suas potencialidades, escolhas e atitudes;
- ✓ facilitar o processo de crescimento do estudante objetivando a superação de suas dificuldades afetivas e de aprendizagem;
- ✓ realizar intervenções breves e focais fazendo os encaminhamentos necessários;
- ✓ guardar sigilo dos procedimentos e situações que possam vir a comprometer a imagem do estudante e de seus pares, professores e funcionários;
- ✓ manter permanentemente contato com o corpo docente e coordenação para garantir feedback do acompanhamento;
- ✓ informar a coordenação do curso sobre estudantes que necessitem maior tempo de acompanhamento, bem como sobre aqueles que não compareceram às sessões programadas;
- ✓ veicular textos informativos que visem a compreensão sobre as questões afetivas ou psicopedagógicas objetivando uma ação preventiva;
- ✓ divulgar o Programa de Acompanhamento Psicopedagógico por meios comunicativos, como: folders, cartazes e outros, como mais uma alternativa de crescimento pessoal e acadêmico ao estudante.

O programa realizará acompanhamento na forma de intervenções breves e sistematizadas e estará disponível para atendimento psicológico e pedagógico ao estudante que solicitá-lo espontaneamente ou por encaminhamento dos docentes ou da coordenação.

3.2.2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

A Faculdade Ilapeo promoverá programas de *Apoio Pedagógico e Financeiro* visando diminuir a probabilidade de evasão, bem como acompanhar de forma permanente o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Esse acompanhamento se dará por meio de avaliações realizadas pelos coordenadores dos cursos mediante aferição formal dos conteúdos dados em sala de aula, comparando-os com os conteúdos programáticos, planos de aula e objetivos do curso.

O estímulo financeiro será mediante concessão de descontos e bolsas. A concessão de bolsas está classificada em duas categorias: *Bolsas Acadêmicas* (monitoria e iniciação científica) e *Bolsas Assistenciais*. Esse processo está regulamentado pelo órgão competente. A concessão de descontos é facultada aos discentes que se encontram em dia com as mensalidades.

O apoio à participação de eventos é um estímulo à formação dos discentes fundamental no processo de aprendizagem para que ele tenha a oportunidade de utilizar na prática as teorias, técnicas e informação adquiridas.

As atividades de extensão visam à interação dos estudantes com problemas da comunidade local, uma oportunidade real de desenvolver o exercício da prática profissional-cidadã, por meio de ações voluntárias, de trabalho social.

Essas atividades visam colaborar com a preparação dos futuros profissionais para a prestação de serviços de atendimentos básicos à população mais carente, com um olhar sobre os aspectos de responsabilidade social.

Ao mesmo tempo, as atividades desenvolvidas considerarão a preservação do meio ambiente, da cultura e do patrimônio histórico de Curitiba. A Instituição reserva linhas de apoio financeiro específicas para contribuir com essas ações no âmbito de seus programas de ensino, iniciação científica e extensão.

A realização de eventos acadêmicos e científicos, como cursos de extensão, encontros, colóquios, palestras, semanas temáticas e outras atividades possibilitam a capacitação dos discentes e a troca de experiências entre docentes e profissionais envolvidos.

A verificação material da aprendizagem se dará por autoavaliação periódica de assimilação de conhecimentos. A oferta de cursos de extensão, também se destina a suprir as deficiências constatadas.

3.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Os discentes da Faculdade Ilapeo terão representação em colegiados da instituição com vistas à manifestação e defesa de interesses estudantis.

A representatividade estudantil está prevista no Regimento Geral. Também consta do projeto de infraestrutura da Faculdade Ilapeo um espaço destinado para esse fim, prevendo ambientes com mobiliários, equipamentos, material de expediente, linha telefônica e outros recursos, garantindo-se condições adequadas ao seu bom funcionamento.

A participação da classe estudantil na Instituição será estimulada por diretrizes favoráveis e incentivadoras, de maneira que os estudantes organizem a representação acadêmica dos cursos de forma prática, ativa e compromissada no diretório acadêmico estudantil e demais representatividades.

3.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A Faculdade Ilapeo fará acompanhamento dos egressos de seus cursos, objetivando manter relacionamento com os profissionais que frequentarão seus cursos e programas por meio de *Programa de Acompanhamento de Egressos*.

Esse programa tem por objetivo acompanhar a inserção do egresso no mercado de trabalho, suas vivências e dificuldades, e, a partir de tais informações, dar-lhe apoio

por meio da oferta de educação permanente e continuada, aperfeiçoando seu desempenho e contribuindo para a realização de seu projeto de vida.

O programa objetiva manter uma base de dados com informações atualizadas sobre as vivências dos ex-alunos, além do estabelecimento de ações de modo a promover o estreitamento das relações com os egressos.

Essa experiência visa também ao aprimoramento dos serviços prestados, subsidiando a autoavaliação institucional por meio da autoaprendizagem organizacional.

3.5. OUVIDORIA

A Faculdade Ilapeo instalará setor de Ouvidoria, um canal ativo de comunicação entre a comunidade interna/externa e as instâncias administrativas da faculdade visando agilizar a administração e aperfeiçoar o atendimento na prestação de serviços educacionais e a melhoria de processos.

A Ouvidoria objetiva assegurar a justa participação da comunidade na Instituição, com vistas à promoção da melhoria das atividades desenvolvidas. Para tanto, terá o papel de reunir informações sobre diversos aspectos para subsidiar soluções e aprimorar o planejamento institucional.

Do mesmo modo, fomentará a construção de uma cultura solidária e interativa entre os colaboradores da faculdade no aperfeiçoamento, melhoria e planejamento dos processos acadêmicos e administrativos.

As solicitações, sugestões e manifestações serão tratadas com eficácia, critério e sigilo das fontes. A disseminação das informações, soluções e resoluções decorrentes desse trabalho serão encaminhadas aos interessados em tempo hábil, sem prejuízo ou danos a qualquer das partes envolvidas.

Neste sentido, sua constituição contará com transparência, objetividade e imparcialidade, tanto na constituição quanto na geração de fluxo de processos. As manifestações da sociedade, estudantes, professores e demais colaboradores poderão ser realizadas presencialmente ou por meio do telefone 0800-7231881, ou ainda por meio eletrônico disponível na página da Faculdade, qual seja, www.ilapeo.com.br.

3.6. REGISTROS ACADÊMICOS

A Secretaria Geral da Faculdade Ilapeo é responsável pelo controle e operação dos registros acadêmicos, os quais são mediados por *software* específico (RM TOTVS) integrado com os demais sistemas e setores da instituição (tesouraria, biblioteca, por exemplo), facilitando a gestão da vida acadêmica.

Entre as tarefas da Secretaria, destaca-se a organização e preservação dos documentos que comprovam o histórico escolar dos estudantes, garantindo que a qualquer momento sua consulta e/ou recuperação.

Tem por objetivo fazer o registro de todas as atividades acadêmicas do corpo discente, como:

- ✓ lançamentos acadêmicos, controle e acompanhamento da vida acadêmica de cada acadêmico;
- ✓ emissão de documentos solicitados por estudantes;
- ✓ receber e enviar documentos devidamente protocolados;
- ✓ arquivamento de documentos e organização de arquivos;
- ✓ conferência de calendário de provas e cadastramento, de acordo com o Calendário da ILAPEO;
- ✓ receber, montar e encaminhar Processo de Análise de Currículo, e após o parecer do Diretor do Curso, quando deferidos;
- ✓ montar Processo de Dispensa de Disciplina, encaminhar para o Coordenador do Curso, depois da análise, dar informação do resultado ao aluno;
- ✓ participar ativamente do Cerimonial de Colação de Grau de cada curso;
- ✓ fornecer todas as informações para a Divisão de Avaliação Semestral.

VII. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A estrutura organizacional e administrativa do Ilapeo está constituída com órgãos deliberativos e normativos, executivos e suplementares conforme regimento geral e descrito na sequência.

São órgãos deliberativos e normativos:

- I. o Conselho Superior (CONSU) e
- II. o Colegiado de Curso;

São órgãos executivos:

- I. Diretoria Geral (DG);
- II. Diretoria de Inovação e Desenvolvimento (DIF);
- III. Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE);
- IV. Diretoria Administrativa e Financeira (DAF);
- V. Coordenadoria de Curso;
- VI. Núcleo Docente Estruturante (NDE).

A Diretoria Geral é composta pelo Diretor Geral, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento, Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão e Diretor Administrativo Financeiro.

2. ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

Aos órgãos colegiados aplicam-se as seguintes disposições comuns, conforme disposição transcrita no Regimento.

Art. 4º O funcionamento dos órgãos colegiados obedece às seguintes normas:

- I. cada colegiado instala-se com a presença da maioria de seus membros e delibera por maioria dos presentes, salvo exigência de um quórum especial;*
- II. os Presidentes dos Órgãos Colegiados têm, além do seu voto como membro, o de desempate;*
- III. nenhum membro dos Órgãos Colegiados poderá votar em assunto de seu estrito interesse pessoal, devendo abster-se ou ausentar-se em tais casos;*

- IV. *as deliberações dos colegiados se transformam em normas quando publicadas por meio de Resoluções dos órgãos, assinadas pelo Diretor Geral;*
- V. *as reuniões terão datas pré-fixadas no calendário semestral, aprovado pelo respectivo Órgão Colegiado e seus representantes serão convocados com antecedência mínima de 48 horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados;*
- VI. *as sessões dos Órgãos Colegiados são convocadas pelo respectivo Presidente ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros e, neste caso, com pauta previamente fixada;*
- VII. *os recursos contra atos do Colegiado de Curso serão encaminhados para o Conselho Superior, sempre no prazo de dez dias da publicação do ato, a seguinte tramitação:*
 - a. *dos atos da Diretoria caberá recurso, em igual prazo, ao Conselho Superior;*
 - b. *as deliberações dos colegiados que importem em alterações de condições econômico-financeiras ou patrimoniais, ou em gastos não previstos no plano orçamentário, dependem de prévia aprovação da Entidade Mantenedora ou da sua homologação;*
 - c. *a ordem e a pauta dos trabalhos das sessões dos órgãos colegiados são da competência da Presidência do Órgão Colegiado;*
 - d. *de todas as reuniões é lavrada Ata que, após lida e aprovada pelos membros presentes, é assinada na mesma sessão ou na seguinte, devendo ser enviada cópia à Diretoria e à Mantenedora;*
 - e. *as deliberações que impliquem em alterações deste Regimento só podem ser acolhidas se aprovadas pelo Conselho Superior, por dois terços dos membros existentes; e*
 - f. *fica vedado o acúmulo de cargos nos Conselhos, aos docentes e discentes que irão compô-los.*

2.1. CONSELHO SUPERIOR - CONSU

De acordo com o Regimento, é instância máxima de deliberação da Faculdade quanto aos assuntos de interesse institucional, sendo constituído pelos seguintes membros:

- I. Natos, com mandatos vinculados aos respectivos cargos:
 - a. pelo Diretor Geral, seu Presidente nato;
 - b. pelo Diretor de Inovação e Desenvolvimento;
 - c. pelo Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão;
 - d. pelo Diretor Administrativo e Financeiro;
- II. Representativos:
 - a. por 1 (um) representante dos Coordenadores dos Cursos, escolhidos pelos seus pares, para mandato de um ano, permitida a recondução;
 - b. por 1 (um) representante do corpo docente, eleitos por seus pares, para mandato de um ano, permitida a recondução;
 - c. por 1 (um) representante do corpo discente, indicado pelo órgão de representação dos alunos, para mandato de um ano, sem direito à recondução imediata;
 - d. por 1 (um) representante da Mantenedora, por ela indicado, para mandato de um ano, permitida a recondução;
 - e. por 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo;

Os membros representativos do Conselho de Superior terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, exceto o representante do corpo discente, que terá o mandato de um ano, vedada a recondução.

Compete ao Conselho Superior - CONSU:

- I. formular a política global e as diretrizes institucionais no âmbito de sua competência;
- II. aprovar o planejamento global da Faculdade, respeitados os parâmetros orçamentários estabelecidos pelo Mantenedor;
- III. aprovar o Regimento Geral e submetê-lo à sanção final do órgão público competente;
- IV. apreciar a proposta orçamentária, para ulterior aprovação do Mantenedor;
- V. zelar pelo patrimônio moral e cultural e pelos recursos materiais colocados à disposição da Faculdade;
- VI. exercer poder disciplinar, originariamente e em grau de recurso, no âmbito de sua competência;
- VII. julgar, na esfera de sua competência, as representações e os recursos que lhes forem encaminhados;
- VIII. decidir, como instância última de apelação superior, sobre assuntos administrativos relacionados à Mantida;
- IX. homologar as decisões dos colegiados;
- X. deliberar, na esfera de sua competência, sobre questões não explicitadas neste Regimento;
- XI. propor ao Mantenedor as alterações nos planos de gestão e carreira para colaboradores docentes e técnico-administrativos.
- XII. estabelecer diretrizes para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- XIII. opinar sobre a criação de novos cursos de Graduação, Pós-Graduação e de Extensão;
- XIV. aprovar o plano anual de atividades acadêmicas e administrativas da Faculdade;
- XV. apreciar os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-pedagógico-científica e disciplinar;
- XVI. apreciar relatórios anuais da Diretoria em matéria acadêmica e administrativa;
- XVII. propor medidas que visem ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento das atividades da Faculdade;
- XVIII. decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;
- XIX. exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Regimento.
- XX. fixar normas complementares ao Regimento, referentes aos assuntos acadêmicos, autoavaliação, processo seletivo, currículos e programas, matrícula, transferência, verificação do rendimento acadêmico, aproveitamento de estudos e pré-requisitos;
- XXI. aprovar projetos de pesquisa e programas de extensão, observadas as disponibilidades orçamentárias;
- XXII. deliberar, originariamente, ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua esfera de competência;
- XXIII. julgar, em grau de recurso, nos termos deste Regimento Geral; interpretar este Regimento Geral e resolver os casos omissos no âmbito de sua competência.
- XXIV. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em Lei e no Regimento.

2.2. COLEGIADOS DE CURSO

O Colegiado de Curso é órgão deliberativo, normativo e coletivo, cuja finalidade é promover assessoria didática e administrativa no âmbito de cada curso da Faculdade, tendo a seguinte composição:

- I. Coordenador do Curso, membro nato com mandato vinculado ao cargo;
- II. três representantes do corpo docente;
- III. um representante técnico-administrativo;
- IV. um representante do corpo discente, indicado na forma da Lei, para mandato de um ano.

Os representantes do corpo docente e técnico-administrativo são indicados pela Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes a cada período letivo e, extraordinariamente, quando convocado pelo coordenador do curso.

As decisões do Colegiado de Curso que refletirem em questões econômico-financeiras deverão ser homologadas pelo CONSU.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. contribuir na definição do perfil de egresso do curso respectivo;
- II. sugerir ao CONSU alterações curriculares, com parecer prévio do Núcleo Docente Estruturante;
- III. promover a supervisão didático-pedagógica do curso;
- IV. aprovar os programas de disciplinas, planos de aulas, planejamento das atividades articuladas ao ensino, bem como colaborar com a coordenação do curso, tendo em vista a operacionalização do projeto pedagógico, a integralização da carga horária e desenvolvimento dos componentes curriculares do curso;
- V. contribuir para o desenvolvimento e regulamentação das atividades complementares, dos estágios curriculares e demais atividades articuladas ao ensino;
- VI. acompanhar as atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos e, quando necessário, propor a substituição de docentes;
- VII. avaliar e emitir parecer sobre os pedidos de transferências e aproveitamento de estudos;
- VIII. colaborar com os demais órgãos da Instituição na esfera de sua competência;
- IX. propor medidas de natureza acadêmica que visem à melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- X. acompanhar os indicadores de resultados obtidos pelos cursos ofertados;
- XI. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

3. ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os órgãos suplementares que têm como função oferecer apoio acadêmico e administrativo necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão da Faculdade, são vinculados à Diretoria Geral, conforme o caso. Serão profissionais com competência técnica para dar suporte acadêmico e administrativo para essas atividades.

Os órgãos suplementares terão suas atribuições regidas por regulamentos e normas próprias, submetidas à aprovação da Diretoria Geral.

São órgãos suplementares:

- ✓ Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- ✓ Ouvidoria;
- ✓ Demais órgãos e setores suplementares.

Integram a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão os seguintes órgãos suplementares:

- ✓ Secretaria Acadêmica;
- ✓ Biblioteca;
- ✓ Coordenação de Estágio.
- ✓ Núcleo Apoio Discente.

Integram a Diretoria Administrativa e Financeira os seguintes órgãos suplementares:

- ✓ Clínica Escola;
- ✓ Financeiro;
- ✓ Laboratórios;
- ✓ Marketing;
- ✓ Ouvidoria;
- ✓ Recursos Humanos;
- ✓ Suprimentos e Logística;
- ✓ Tecnologia da Informação.

4. AUTONOMIA DA IES EM RELAÇÃO À MANTENEDORA

O Instituto Latino Americano de Pesquisa e Ensino Odontológico – Ilapeo Ltda. é responsável pela mantida, a Faculdade, cabendo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando nos limites da Lei e do Regimento, a liberdade acadêmica do corpo docente e discente e a autoridade delegada aos órgãos colegiados.

Cabe ao Mantenedor a administração orçamentária e financeira da Mantida, podendo delegá-la, no todo ou em parte, à Direção Geral da Mantida, bem como a provisão das adequadas condições de funcionamento, colocando à disposição os bens móveis e imóveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos.

Depende de aprovação do Mantenedor:

- I. a contratação dos integrantes do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- II. a definição da política salarial, a aprovação do plano de carreira docente e do plano de cargos e salários do corpo técnico-administrativo, bem como dos programas de capacitação para estes colaboradores;
- III. a fixação dos valores relativos a taxas, mensalidades e demais encargos;

- IV. a autorização para realização de convênios, parcerias, contratos e acordos que envolvam contrapartida, garantia ou ônus de qualquer natureza por parte da Faculdade;
- V. alterações e emendas ao Regimento, no que for de sua competência, submetendo-as à apreciação e aprovação pelos órgãos federais competentes;
- VI. decisões dos órgãos colegiados da Faculdade, que importem em aumento de despesas.

5. RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

Como é sabido, as instituições de ensino superior no seu dia a dia se deparam com demandas sociais que impõem um diálogo permanente de integração e cooperação entre a IES e a comunidade.

Neste sentido, buscará firmar e manter parcerias, convênios, cooperações com os diversos segmentos da sociedade permitindo a troca de conhecimentos científicos e culturais entre os envolvidos nos vários projetos estimulando pesquisas/iniciação científica, desenvolvimento de discentes, docentes e técnicos -administrativos, bem como da população envolvida por eles.

Para o alcance desse objetivo, no âmbito dos cursos, serão estabelecidos canais de comunicação e parcerias para o aprimoramento e realização das atividades de estágio, complementares, de extensão e outras atividades acadêmicas que tenham como foco a aproximação com a área profissional dos cursos e de interesse institucional e da comunidade.

6. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Faculdade Ilapeo organizará internamente a *Comissão Própria de Avaliação* - CPA para gerir o processo de avaliação interna, orientando-se pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A CPA terá importante papel na avaliação (institucional, de cursos e processos internos), utilizando-se de mecanismos para mensurar o desempenho padronizando as melhores práticas por meio da análise de erros e acertos, potencialidades e fragilidades, oportunidades e ameaças.

A comissão será constituída por representantes de cada setor e avaliará anualmente a instituição no contexto das 10 dimensões do SINAES, sendo responsável por gerar os relatórios a serem divulgados internamente e reportados ao Ministério da Educação de acordo com o estabelecido normativamente pelo Ministério da Educação.

São objetivos da avaliação institucional, que abrange a organização, os cursos e demais setores:

- ✓ conscientizar toda a comunidade acadêmica e administrativa quanto à necessidade da avaliação e melhoria de processos e procedimentos em todos os segmentos.

- ✓ democratizar o processo de autoavaliação como projeto coletivo e transparente, integrando as ações acadêmicas de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, envolvendo todos em sua execução.
- ✓ prevalecer a autonomia por meio do autoconhecimento, percebendo que a realidade institucional pode gerar possibilidades, prioridades e delineamentos futuros provocando uma mudança dos objetivos institucionais de forma promissora.
- ✓ atender a legalidade e aos rigores que os critérios avaliativos exigem para garantir que o processo reflita exatamente a realidade.

A proposta de autoavaliação prevê a garantia da contextualização do processo de avaliação junto à comunidade acadêmica e sua contribuição para o desenvolvimento institucional.

Os processos avaliativos internos serão concebidos como subsídios fundamentais para a formulação de diretrizes para as suas políticas educacionais e, também, para a gestão da Instituição, visando à melhoria da qualidade da formação, da produção de conhecimento e da extensão.

6.1. METODOLOGIA UTILIZADA NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação institucional será participativa e coerente com o projeto pedagógico institucional, o qual está sustentado por princípios filosóficos e metodológicos que permitem a participação da comunidade acadêmica, a garantia da autonomia institucional, a consolidação da responsabilidade social e o compromisso científico-cultural que a Instituição acredita.

A proposta metodológica selecionada pela Faculdade Ilapeo para o processo de autoavaliação se orienta pelos princípios e valores institucionais. Os procedimentos metodológicos utilizados para viabilizar esse processo serão compostos por etapas, tarefas e definição dos responsáveis pela execução do trabalho. Os resultados da avaliação serão utilizados para a definição dos rumos da organização.

Os resultados das avaliações além de subsidiarem as ações internas e a (re) formulação do Plano de Desenvolvimento Institucional, serão utilizadas como base para a implementação de políticas educacionais e demais ações correspondentes, tendo como sujeitos docentes, discentes e técnico-administrativos.

Em síntese, a proposta de autoavaliação da Instituição tem como objeto analisar as 10 (dez) dimensões institucionais que envolvem estrutura, pessoas, relações, processos, ensino, pesquisa e extensão.

6.2. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

A participação da comunidade acadêmica processo de autoavaliação se dará de duas formas: pela composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela realização do processo avaliativo da instituição propriamente dito, quando todos serão convidados a participar respondendo os questionários elaborados por essa comissão.

A CPA será responsável pelo planejamento e organização das atividades de autoavaliação e sensibilização da comunidade, além de coordenar e articular o processo. Terá também o compromisso de estabelecer os objetivos, metodologias, procedimentos, estratégias, recursos e o cronograma para a realização das atividades.

6.3. FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Dentre as finalidades do processo avaliativo tem-se a promoção da realização autônoma do projeto institucional, garantindo a qualidade e a excelência do ensino, pesquisa/iniciação científica, extensão, e também os direcionamentos de sua gestão de pessoas, recursos e interação com a comunidade geral.

Por esta razão, caberá à CPA desenvolver análises que subsidiarão os direcionamentos no âmbito das políticas institucionais e a emissão do relatório final que deverá ser postado junto ao Ministério da Educação.

De posse dos resultados decorrentes do processo de autoavaliação, os mesmos serão considerados na formulação das ações, programas e estratégias, sempre valorizando o caráter participativo no processo.

6.4. COMPOSIÇÃO DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Ilapeo, foi designada pela Diretoria Geral a partir da Portaria DG n.º 01/2013, publicada em 21 de fevereiro de 2013, é representada pelos segmentos docentes, discentes, técnico-administrativo e sociedade civil, disponível em ato próprio e publicada em nosso site.

VIII. INFRAESTRUTURA

1. INFRAESTRUTURA FÍSICA GERAL

Para realizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Ilapeo tem suas instalações situadas à Jacarezinho, 656 - Mercês, no município de Curitiba – PR.

A Faculdade Ilapeo possui uma área total de 1.984,20 m², a área construída perfaz de 3.462,05 m² em 5 pavimentos. A infraestrutura física disponível está projetada e desenvolvida para atender com eficiência as demandas das atividades didático-pedagógicas e da comunidade acadêmica, além de possibilitar que os portadores de necessidades especiais possam acessar os diferentes locais na faculdade sem dificuldades de locomoção. Os ambientes atendem aos padrões exigidos quanto a dimensões, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

As especificações dos ambientes atualmente existentes na Faculdade Ilapeo estão demonstradas na tabela 39:

Tabela 39 – Infraestrutura física geral.

Infraestrutura	Qtde.	Área (M ²)
Área de Lazer	01	263,85
Auditório	01	294,36
Sanitários	12	96,03
Biblioteca	01	92,84
Centro Cirúrgico	01	19,00
Clínica Odontológica	02	286,18
Clínica de Radiologia e Imaginologia Odontológica	01	21,20
Elevador	01	3,74
Escadas	03	53,96
Estacionamento	02	2.605,00
Foyer/Circulação	04	133,25
Instalações Administrativas	02	42,29
Laboratórios	04	192,69
Lavabos	02	4,16
Reprografia	01	7,21
Sala de Recepção/espera	01	59,96
Salas de Aula	05	159,36
Sala da Diretoria Geral	01	10,52
Sala de Coordenação	01	8,00
Salas de Docentes - NDE	04	41,72
Sala de Professores	01	49,50
Outros Ambientes	27	352,02

2. INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

2.1. INSTALAÇÕES PARA AS COORDENAÇÕES DOS CURSOS

Os gabinetes dos Coordenadores de Curso possuem a infraestrutura necessária no que tange a equipamentos e pessoal. Cada Coordenador possui sala individual de trabalho e atendimento, assim como serviços de secretaria nos três turnos, a fim de atender às demandas acadêmicas (tabela 40).

Tabela 40 – Instalações para as coordenações de cursos.

DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Coordenação	8,00	Manhã/Tarde/Noite
Salas do NDE	41,72	Manhã/Tarde/Noite

2.1. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Os setores administrativos possuem infraestrutura física e de equipamentos compatíveis à demanda, e contam com um corpo funcional qualificado (tabela 41).

Tabela 41 – Instalações administrativas.

DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Secretaria Administrativa/financeiro	30,35	Manhã/Tarde/Noite
Administração	11,84	Manhã/Tarde
Secretaria Acadêmica	37,20	Manhã/Tarde/Noite

2.2. AUDITÓRIO

As instalações para palestras e conferências estão alocadas em seu auditório com acomodações confortáveis e área exclusiva para acomodar pessoas portadoras de necessidades especiais. A inclinação do piso e a disposição das cadeiras permitem perfeita visibilidade de qualquer ponto do recinto. Climatizado com eficiente sistema de ar condicionado, conta com excelente tratamento acústico e está preparado para receber todo o tipo de equipamento audiovisual. O auditório da Faculdade Ilapeo possui uma área de 294,36 m², podendo acomodar até 270 pessoas e disponibiliza os seguintes equipamentos e materiais:

Bens colocados à disposição no Auditório:

- ✓ Projetor (1);
- ✓ Telão (1);
- ✓ Ar condicionado (5);
- ✓ Cadeiras (palco) (6);
- ✓ Mesas c/ toalha (2);
- ✓ Poltronas (plateia) (263);
- ✓ Microfones sem fio (2);
- ✓ Microfone com fio (1);
- ✓ Microfone auricular (1);
- ✓ Caixa acústica + potência 1450W RMS (2);

- ✓ Mesa de som Digital 16 canais (1);
- ✓ Iluminação de Palco e controlador de intensidade (holofotes) (8);
- ✓ Computador com som integrado a mesa de som (1).

2.3. SALAS DE AULAS

Todas as salas de aula atendem aos padrões exigidos quanto a dimensões, luminosidade, acústica e ventilação – janelas amplas. O mobiliário atende as especificações. Quanto aos recursos didáticos, as salas dispõem de quadro branco para pincel, projetor multimídia e, em algumas, telas de projeção. As telas e outros recursos são fornecidos pelo Setor de Audiovisual.

As salas possuem carteiras individuais e projetadas de forma a proporcionar conforto ao estudante. Tanto as salas como todo o mobiliário são limpos diariamente, proporcionando aos estudantes e professores um ambiente confortável (tabela 42).

Tabela 42 – Salas de aulas.

SALA DE AULAS	ÁREA (M ²)	CAPACIDADE	TURMAS/SEMANA	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
1º Pavimento				
Sala de Aula Cáqui	24,11	20	3	Manhã/tarde/noite
Sala de Aula Amarela	24,02	20	3	Manhã/tarde/noite
Sala de Aula Salmão	39,08	40	3	Manhã/tarde/noite
Sala de Aula Verde	38,61	40	3	Manhã/tarde/noite
2º Subsolo				
Sala de aula Lilás	33,54	40	3	Manhã/tarde/noite

2.4. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias, banheiros masculinos e femininos, utilizadas pelos professores e alunos estão localizadas em pontos internos e estratégicos de circulação, tais como salas de aulas, biblioteca, laboratórios e clínica. As zeladoras são responsáveis pela limpeza e reposição dos utensílios descartáveis utilizados nos mesmos. (tabela 43).

Tabela 43 – Instalações Sanitárias.

Instalações Sanitárias			
DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (M ²)	APNE
Instalação sanitária para portadores de necessidades especiais	1º Pavimento	3,74	X
Instalação sanitária (Masculino)	1º Pavimento	19,75	-
Instalação sanitária (Feminino)	1º Pavimento	21,24	-
Instalação Sanitária (Masculino)	Térreo	1,65	-
Instalação Sanitária (Feminino)	Térreo	1,82	-
Instalação sanitária para portadores de necessidades especiais	Térreo	3,66	X
Lavabo	Térreo	1,88	-
Lavabo financeiro	Térreo	2,28	-
Instalação sanitária para portadores de necessidades especiais	1º Subsolo	2,55	X
Instalação sanitária (Masculino)	1º Subsolo	17,21	-
Instalação sanitária (Feminino)	1º Subsolo	17,11	-

Instalações Sanitárias			
DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (M²)	APNE
Instalação sanitária (Masculino)	2º Subsolo	2,26	-
Instalação sanitária (Feminino)	2º Subsolo	2,26	-
Instalação sanitária para portadores de necessidades especiais	2º Subsolo	2,78	X

Legenda:

APNE – Adaptado para Portadores de Necessidades Especiais

2.5. INFRAESTRUTURA DE SERVIÇO

Em relação a infraestrutura de alimentação e de serviços, está sendo implantada nas dependências da Faculdade uma cantina que terá uma boa área para alimentação. O seu uso será privativo do corpo discente, docente, colaboradores e clientes das Clínicas, permitido também o acesso de outras pessoas, quando da realização de eventos. Estará localizada no 2º pavimento em uma área de 263,85 m². Além de vários outros estabelecimentos de serviços de alimentação nas proximidades da Faculdade Ilapeo.

Possui ainda estacionamento privativo para docentes, discentes e colaboradores em uma área de 313,00 m², disponíveis 20 vagas. Além de possuir 2 (duas) vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais. Também possui outra área de 2.292,00 m², locada para estacionamento do público e também para docentes e discentes do Ilapeo com aproximadamente 250 vagas.

2.6. RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

A Faculdade Ilapeo dispõe de recursos audiovisuais e multimídia que podem ser utilizados pelos docentes e pelos estudantes, mediante agendamento prévio com o funcionário responsável pelos equipamentos, que se encarrega de instalar os equipamentos no horário e sala conforme agenda, assim como, a desinstalação dos mesmos.

A seguir o plano de expansão desses recursos para o período de vigência deste PDI (tabela 44).

Tabela 44 – Plano de expansão dos recursos audiovisuais e multimídia.

	Qtde.	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Televisor	02	02	03	04	04	04
Aparelho de DVD	02	02	03	04	04	04
Projeter multimídia	08	08	09	09	10	10
Filmadora	01	01	02	02	02	02
Microfone	01	01	02	03	03	03
Notebook	03	03	03	04	05	05
Caixas de som amplificada	02	02	04	04	04	04

2.7. LABORATÓRIOS

Os laboratórios da Ilapeo destinam-se ao atendimento das necessidades e peculiaridades de cada um dos cursos da faculdade, alinhando espaço e conforto, tendo

em vista a garantia da qualidade de ensino e a formação de profissionais aptos a vencerem os desafios no mercado de trabalho.

Os estudantes utilizarão os laboratórios em atividades, disciplinas e em horários livres, de acordo com a organização acadêmica. As atividades são em grupos ou individualizadas com acompanhamento pelo professor responsável, auxiliado por monitores e pessoal de apoio.

A expansão das instalações dos laboratórios será feita à medida que se fizer necessária, ao longo do desenvolvimento de cada curso, conforme demonstrado adiante.

2.7.1. Laboratórios de Informática

A Ilapeo disponibilizará aos seus estudantes o acesso aos recursos da informática para a realização das pesquisas e elaboração dos trabalhos acadêmicos. Esses recursos serão disponibilizados no laboratório de informática e reprografia, são computadores, softwares e demais equipamentos necessários para a execução do trabalho discente.

A Instituição manterá o acesso a esses laboratórios condicionado às normas internas, sendo que a aquisição de computadores, periféricos, multimeios e demais equipamentos se dará mediante a formação de novas turmas (tabela 45).

Tabela 45 – Plano de expansão dos equipamentos de informática.

Equipamento	Especificação	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Computadores	Processador Intel	20	20	40	40	40
Servidor	Processador Intel	01	01	01	01	01
Impressora	Laser	01	01	02	02	02
Projetor Multimídia	Projetor	01	01	02	02	02
Cadeiras	Estofadas	20	20	40	40	40
Bancadas	Madeira	04	04	08	08	08
Mesa do professor	Madeira	01	01	01	01	01

2.7.2. Laboratórios Específicos

O uso de laboratórios para a realização da prática profissional é imprescindível para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para o perfil do egresso.

Os laboratórios projetados pela Faculdade subsidiarão a formação geral, básica e específica dos futuros profissionais e estarão disponíveis para a aplicabilidade das abordagens teóricas por meio dos exercícios práticos. A Faculdade Ilapeo garantirá a conservação e expansão dos laboratórios específicos de cada curso.

Na sequência apresenta a relação dos laboratórios a serem implantados na vigência deste PDI conforme cronograma de cursos que pretende ofertar (tabela 46).

Tabela 46 – Plano de expansão dos laboratórios.

LABORATÓRIO	CURSOS E PROGRAMAS ATENDIDOS	M ²	QTDE.	PLANO DE EXPANSÃO				
				I	II	III	IV	V
Laboratório Multidisciplinar I (Anatomia e Fisiologia Humana)	Odontologia CST em Radiologia	58,37	20	X				
Laboratório Multidisciplinar II (Biologia Celular, Histologia e Microbiologia)	Odontologia CST em Radiologia	51,02	20	X				
Laboratório Multidisciplinar (Física e Eletricidade)	CST em Radiologia	44,18	20	X				
Laboratório de Informática e Imaginologia	Odontologia CST em Radiologia	35,18	20	X				
Apoio – Área técnica/Almoxarifado	CST em Radiologia	14,00	1	X				
Laboratório – Câmara Escura e Processamento de Imagem	CST em Radiologia	36,57	20				X	
Laboratório – Câmara Clara – Técnicas Radiográficas e Controle de Qualidade	CST em Radiologia	44,50	20				X	
Laboratório de Dosimetria e Radioproteção	CST em Radiologia	47,99	20				X	
Laboratório de Semiotécnica e Suporte Básico à Vida	CST em Radiologia	49,58	20				X	
Clínica de Radiologia e Imaginologia Odontológica: Aparelhos de Raios X e Tomografia Computadorizada	Pós-Graduação CST em Radiologia	8,00	2	X				
Clínica de Radiologia e Imaginologia Odontológica: Tomógrafo Computadorizado Dedicado	Pós-Graduação CST em Radiologia	8,00	2	X				
Clínica de Radiologia e Imaginologia Odontológica: Raios X Intrabucal I	Pós-Graduação CST em Radiologia	2,60	1	X				
Clínica de Radiologia e Imaginologia Odontológica: Raios X Intrabucal II	Pós-Graduação CST em Radiologia	2,60	1	X				
Laboratório de Apoio	Doutorado e Mestrado Profissional	14,40						X
Laboratório de Análise Molecular	Doutorado e Mestrado Profissional	34,23						X
Laboratório de Histopatologia Digital	Doutorado e Mestrado Profissional	43,61						X
Laboratório de Microscopia Eletrônica de Varredura	Doutorado e Mestrado Profissional	29,79						X

2.8. RELAÇÃO EQUIPAMENTOS

O número de computadores existentes nos laboratórios de informática atende plenamente à proposta pedagógica do curso e às vagas que serão oferecidas no primeiro ano do curso.

Na biblioteca estarão disponíveis equipamentos para a realização de estudos, pesquisas e trabalhos acadêmicos, além de permitir acesso à internet banda larga (wireless) em qualquer recinto da faculdade.

Será realizada a atualização permanente desses equipamentos e de novos softwares, à medida e proporção da necessidade do curso visando sempre à qualidade no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

2.9. INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SIGNIFICATIVAS

A tecnologia hoje é considerada como uma extensão da capacidade humana, e os avanços tecnológicos, vivenciados nas últimas décadas, em muito influenciaram as mudanças ocorridas na educação. A forma de ensinar e de aprender agora está mais diversificada e independente.

A informação e sua dinâmica transformaram a ação docente antes detentora e transmissora do conhecimento para uma atuação voltada à mediação e a apresentação de novas ferramentas e técnicas para a aquisição do conhecimento.

Para Santos, Lahm e Borges (2008, p. 119) “os avanços tecnológicos são iminentes e não podemos ignorá-los, mais sim incorporá-los à prática pedagógica”. O perfil dos estudantes influencia diretamente a prática pedagógica ou a proposta curricular de um curso ou da IES.

Desta forma, a Faculdade acompanhará as principais inovações tecnológicas e atualizará, permanentemente, laboratórios e fará a aquisição de softwares conforme a demanda dos cursos.

A mantenedora da Faculdade Ilapeo oferece cursos de pós-graduação, por esta razão estão disponíveis, acesso à rede de computadores (wireless) em todas as instalações, permitindo que os estudantes, docentes e colaboradores tenham acesso à informação em qualquer lugar e em qualquer momento. Também estão disponíveis programas e softwares para apoio às atividades de gestão e técnico em todas as máquinas, conforme especificação dos setores.

2.10. BIBLIOTECA

A Biblioteca “IVETE APARECIDA DE MATTIAS SARTORI” tem como missão “Organizar, preservar e disseminar a informação na produção do conhecimento, dando suporte a toda comunidade acadêmica fornecendo prestação de serviços de excelência”.

É de suma importância que a biblioteca ofereça ambiente agradável, tenha uma boa coleção e garanta recursos para a recuperação da informação, assim sendo, a Ilapeo promoverá a dinamização do espaço investindo na satisfação informacional do usuário para fins de estudo e bem como fará com que docentes, bibliotecário e auxiliares contribuam como mediadores na formação e no desenvolvimento do aluno leitor, crítico e criativo.

O acervo da biblioteca contemplará as áreas pertinentes aos cursos ministrados pela instituição, em diferentes suportes. Estará aberta em período integral para melhor atender seus usuários.

Em conformidade com a norma regimental da Ilapeo, a biblioteca é um órgão de apoio suplementar vinculada a Direção Geral e possui regulamento interno para seu uso pela comunidade acadêmica.

2.10.1. Pessoal técnico-administrativo da Biblioteca

A Faculdade Ilapeo conta um quadro de pessoal habilitados para desempenhar as funções técnicas e administrativas da Biblioteca. A Biblioteca da Faculdade Ilapeo é administrada pela Bibliotecária Andrea Scheida de Mattos, registrada no Conselho Regional de Biblioteconomia com CRB 1898/9ª, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1999. (tabela 47).

Tabela 47 – Descrição dos colaboradores da Biblioteca.

CARGO	QTDE.	FORMAÇÃO			
		PG	G	EM	EF
Bibliotecário	1		X		
Auxiliar de Biblioteca	01		X		
TOTAL	02				

Legenda:

PG pós-graduação; G graduação; EM ensino médio completo; EF ensino fundamental completo.

2.10.2. Espaço Físico

A Biblioteca conta com uma área de aproximadamente 92,84 m², suas instalações são amplas contemplando ambientes reservados para estudos individuais e em grupos, com espaço e mobiliários apropriados, além da área privativa para acesso restrito à equipe técnica da biblioteca.

Esses ambientes foram projetados para o atendimento de condições adequadas no que se refere à dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias e bem-estar aos usuários.

2.10.2.1. Instalações para o acervo

Para a acomodação e disponibilização do acervo bibliográfico da Biblioteca todo o acervo encontra-se informatizado, utilizando-se o sistema de automação de bibliotecas TOTVS Gestão Bibliotecária. O sistema permite pesquisa por autor, título, assunto etc. Utiliza-se o sistema de classificação CDD (Classificação Decimal de Dewey), usando como base para a catalogação o AACR2 (Código de Catalogação Anglo Americano). Na Biblioteca, existem computadores para acesso ao catálogo do acervo. Os livros são devidamente etiquetados e preparados para empréstimo, além de terem seus assuntos indexados no sistema.

2.10.2.2. Instalações para estudos individuais

A Biblioteca dispõe de espaços para a realização de estudos individuais, com uma mesa em L com 10 (dez) lugares.

2.10.2.3. Instalações para estudos em grupos

A Biblioteca dispõe em seu Salão de Leitura 01 (uma) mesa para estudo em grupo com 08 (oito) lugares, 02 (duas) mesas para estudo em grupo com 04 (quatro) cadeiras cada e 01 (uma) sala de Estudo em Grupo com 01 (uma) mesa com 04 (quatro) cadeiras. São ambientes amplos e adequados com a proposta das atividades de ensino e pesquisa propostas nos projetos pedagógicos dos cursos da Instituição.

A Biblioteca, conta também com uma Sala de Multimídia, equipada com 01 (uma) mesa com 04 (quatro) cadeiras, 01 (uma) TV. Esta sala ainda pode ser utilizada como sala de estudo em grupo.

2.10.3. Horário de funcionamento

A Biblioteca estará aberta de segunda-feira a sábado, para que a comunidade acadêmica possa usufruir de seus recursos e serviços em qualquer horário, de acordo com a sua conveniência, conforme especificado na tabela 48.

Tabela 48 – Horário de funcionamento da Biblioteca.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO						
DIAS DA SEMANA	MANHÃ		TARDE		NOITE	
	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM
Segunda à Sexta-feira	8h					22h
Sábado	8h	12h				

2.10.4. Política de Aquisição, Expansão e Atualização

A política de atualização e expansão do acervo da Biblioteca visa atender o cumprimento dos planos de ensino dos projetos pedagógicos dos cursos da Ilapeo, observando as recomendações dos indicadores da avaliação de cursos do Ministério da Educação, no que se refere aos acervos específicos dos cursos e aos padrões da Biblioteconomia quanto ao desenvolvimento de coleções.

O objetivo da atualização e expansão é subsidiar o processo de aquisição e de permuta de materiais bibliográficos e audiovisuais. Assim, a política de atualização e expansão tem como objetivos, favorecer o crescimento racional e equilibrado do acervo e de identificar os campos de interesse da Instituição.

Desta forma, a atualização do acervo se dará mediante seleção e compras programadas, a partir de indicações de coordenadores, professores, estudantes, bibliotecários, atendendo, sobretudo a bibliografia básica e complementar indicada nos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos pela Faculdade.

As aquisições serão realizadas semestralmente, ou em decorrência de alguma complementação necessária durante esse período para atender a uma demanda específica do curso, disciplina ou módulo.

A política de aquisição da Biblioteca observará os seguintes critérios:

- ✓ adequar o material bibliográfico em consonância com os objetivos institucionais;
- ✓ registrar a autoria a respeito aos direitos do autor e/ou editor;
- ✓ atualizar constantemente o material bibliográfico;

- ✓ verificar a pertinência do conteúdo da obra em relação aos objetivos dos planos de ensino dos cursos;
- ✓ atender às questões de qualidade técnica do item bibliográfico (gráfico, sonoro e visual);
- ✓ levantar os custos dos itens bibliográficos em várias fontes (editoras distribuidoras);
- ✓ definir o idioma garantindo a acessibilidade e utilização aos usuários.

O acervo da Biblioteca conterá diferentes tipos de materiais bibliográficos como:

- ✓ livros (impressos e eletrônicos);
- ✓ periódicos (revistas especializadas e gerais, jornais, etc.);
- ✓ publicações editadas pela Instituição;
- ✓ multimeios (CD-ROM, DVD, fitas de vídeo, etc.) e outras publicações de interesse da Instituição.

2.10.5. Acervo Geral

O acervo geral da biblioteca será constituído livros, trabalhos monográficos (teses, dissertações, trabalhos de conclusão de cursos), normas técnicas, periódicos, material audiovisual (CD-ROMs e DVD), e outros materiais especiais que atendam à proposta pedagógica dos cursos ou que venham contribuir para a formação profissional dos estudantes.

A tabela 49, demonstra a quantidade de volumes e exemplares do acervo existente na biblioteca.

Tabela 49 – Quantidade de volumes e exemplares do acervo existente na Biblioteca, 2018.

ITEM	NÚMERO	
	TÍTULOS	VOLUMES
Livros	562	1021
Periódicos Nacionais	44	652
Periódicos Estrangeiros	20	362
DVDs	12	16

2.10.5.1. Acervo por área do conhecimento

O acervo da Biblioteca está organizado obedecendo às normas técnicas internacionais da Biblioteconomia e Documentação. A descrição bibliográfica do acervo pelas áreas do conhecimento segue a Classificação Decimal Dewey (CDD), e a dotação de autoria é pela Tabela *Cutter Sanborn*. Essa descrição permite aos usuários a localização das obras no acervo, o qual é de livre acesso.

A princípio, o acervo disponibilizado na Biblioteca será para a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia, composto por 410 títulos de livros com mais de 840 exemplares (tabela 50).

Tabela 50 – Quantidade por tipo de acervo existente na Biblioteca, 2018.

Acervo	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Livros	410	726	2.430	4.414	6.398
Periódicos	68	75	82	91	100
Revistas	7	11	16	24	35
Jornais	1	2	2	3	5
DVD	13	20	39	78	156
Totais	499	834	2.569	4.610	6.694

2.10.1. Base de dados

A Biblioteca manterá anualmente a assinatura de bases de dados no âmbito dos cursos da ILAPEO, visando integrar os estudantes a comunidade científica dando suporte informacional quando ao uso e as estratégias de localização de documentos nas bases em ter acesso.

Internamente a equipe realizará semestralmente um levantamento das principais bases de dados de acesso livre e incluirá essas no rol de Bases de dados da Biblioteca e organizará os manuais de utilização a serem disponibilizados aos estudantes (tabela 51).

Tabela 51 – Base de dados disponíveis pela Biblioteca.

BASES DE DADOS	DESCRIÇÃO
Biblioteca Virtual em Saúde – BVS	Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) é um portal composto por fontes de informação em ciências da saúde para atender às necessidades de informação técnico-científica de profissionais e estudantes da área. A interface da BVS está disponível gratuitamente em português, espanhol e inglês
Scientific Electronic Library Online - SCIELO	SciELO - Scientific Electronic Library Online é um projeto consolidado de publicação eletrônica de periódicos científicos seguindo o modelo de Open Access, que disponibiliza de modo gratuito, na Internet, os textos completos dos artigos de mais de mil revistas científicas do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, México, Portugal e Venezuela. Além da publicação eletrônica dos artigos, SciELO provê enlaces de saída e chegada por meio de nomes de autores e de referências bibliográficas. Também publica relatórios e indicadores de uso e impacto das revistas
Pubmed	PubMed é um banco de dados possibilitando a pesquisa bibliográfica em mais de 17 milhões de referências de artigos médicos ¹ publicados em cerca de 3.800 revistas científicas ² . O PubMed, desenvolvido pelo National Center for Biotechnology Information, NCBI (em português: Centro Nacional para a Informação Biotecnológica) e mantido pela National Library of Medicine (em português: Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos da América), é a versão gratuita do banco de dados Medline, usando o tesouro de Medical Subject Headings.
Ebsco Dentistry & Oral Sciences Source - DOSS	Oferece acesso à base de dados Dentistry & Oral Sciences Source , através da plataforma EBSCOhost, que cobre referências e resumos, além dos textos completos de 291 revistas científicas, muitas delas peer-reviewed, direcionadas à pesquisa odontológica. A disponibilidade de acesso a referências, resumos e textos completos varia desde 1919 até o presente. Pode haver atraso de um ano na disponibilidade dos textos completos dos artigos.

BASES DE DADOS	DESCRIÇÃO
Science Direct	ScienceDirect é uma plataforma online, que permite acesso a artigos em texto completo escritos pelos mais renomados autores do cenário científico, nas principais áreas do conhecimento. Com esta ferramenta, seus pesquisadores têm acesso imediato a mais de 2.500 revistas científicas da Elsevier, além de mais de 13.000 livros online nas áreas científica, tecnológica e médica.
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT(BDTD)	A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) tem por objetivo integrar, em um único portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país e disponibilizar para os usuários um catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, possibilitando uma forma única de busca e acesso a esses documentos.
Latindex	Latindex es un sistema de Información sobre las revistas de investigación científica, técnico-profesionales y de divulgación científica y cultural que se editan en los países de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Cochrane BVS	The Cochrane Library: coleção de fonts na área da saúde, em inglês. Biblioteca Cochrane Plus: Adicional a Cochrane Library fonts traduzidas em espanhol 12 e outras fonts exclusivas em espanhol. Resumos de Revisões sistemáticas em português, promovido pelo Centro Cochrane do Brasil.
Portal de Periódicos da Capes	O Portal de Periódicos da Capes foi lançado em novembro de 2000 e é uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo, reunindo conteúdo científico de alto nível disponível à comunidade acadêmico-científica brasileira
Prossiga	Programa de Informação para Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Pubmed Central	Repositório digital de periódicos científicos de acesso gratuito
Redalyc	Red de Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, Espana Y Portugal
SCOPUS	SciVerse Scopus é uma banco de dados de resumos e citações de artigos para jornais/revistas acadêmicos. Abrange cerca de 18 mil títulos de mais de 5.000 editoras internacionais, incluindo a cobertura de 16.500 revistas peer-reviewed nos campos científico, técnico, e de ciências médicas e sociais (incluindo as artes e humanidades)
UlrichsWeb	Fonte de informação tradicionalmente utilizada pelas bibliotecas, em suas versões impressa e CD-ROM, a Base de DADOS UlrichsWEB, hoje é oferecida através de uma interface atualizada e simples, oferecendo para pesquisa mais de 300.000 publicações periódicas de todos os tipos: publicações acadêmicas, em diversas áreas temáticas. Os registros Ulrichs fornecem informações como ISSN, editora, idioma, resumo e indexação, cobertura de base dados de texto integral, índices e críticas, além de possibilitar acesso direto ao JCR para verificação do fator impacto do periódico.

2.10.2. Informatização

Todo o acervo encontra-se informatizado, utilizando-se o Sistema TOTVS Gestão Bibliotecária. Este sistema foi desenvolvido em plataforma WINDOWS e compatíveis com Banco de Dados SQL. O sistema opera em rede de microcomputadores, possuindo módulo para Web e multimídia. Permite pesquisa por autor, título, assunto etc., além de pesquisas cruzadas, possibilitando a emissão de relatório de crítica e com formatações especiais, entre outros, sendo adequadas à

gestão do acervo e ao atendimento do empréstimo e da reserva de livros, periódicos e CD-ROMs, entre outros materiais.

Para tal processo, a instituição colocou à disposição da biblioteca, profissionais capacitados, não só para a implantação dos sistemas, como também para seu gerenciamento, proporcionando para a comunidade acadêmica, segurança confiabilidade e agilidade na recuperação da informação.

A Biblioteca da Faculdade Ilapeo atualmente possui equipamentos descritos da seguinte forma:

- ✓ 2 (dois) microcomputadores para administração e controle, processador Intel;
- ✓ 10 (dez) microcomputadores ligados a Internet e pesquisa bibliográfica do acervo;
- ✓ 1 (uma) impressora HP Laser 1536;
- ✓ 1 (um) leitor óptico para código de barra;
- ✓ 1 (um) sistema antifurto.

3. PLANO DE ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

O projeto de criação da Faculdade Ilapeo foi fundamentado nos princípios do direito à cidadania e à integração ao mundo do trabalho, da concepção arquitetônica ao desenvolvimento dos projetos e processos internos, objetivando promover o acesso e a inclusão das pessoas com necessidades especiais.

Para tanto, as instalações físicas atendem aos seguintes dispositivos normativos:

- ✓ Decreto n. 5.296/2004: que regulamenta a Lei n. 10.048/2000 (prioridade de atendimento às pessoas que especifica) e Lei n. 10.098/2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida);
- ✓ Norma Brasileira ABNT NBR 9050:2004, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências às Edificações, Espaços, Mobiliários e Equipamentos Urbanos;
- ✓ Portaria MEC n. 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Visando viabilizar as diretrizes normativas referidas, a Faculdade se compromete a:

- ✓ Criação de vagas de estacionamento de uso exclusivo dos portadores de deficiência física, devidamente sinalizadas e indicadas segundo norma ABNT 9050; (o estacionamento de veículos conta com áreas reservadas, pessoal responsável pela vigilância e segurança treinado para oferecer assistência e condução ao local de destino);

- ✓ Adequação da altura de equipamentos destinados aos estudantes e funcionários portadores de necessidades especiais (telefones públicos, estantes de livros, bebedouros e interruptores de luz, etc.);
- ✓ Utilização de programação visual adequada, indicando de maneira clara os pontos adequados ao uso dos portadores de necessidades especiais;
- ✓ Rampas de inclinação suave com corrimãos de altura adequada e calçadas com rampas de acesso nos padrões estabelecidos e pisos sinalizadores;
- ✓ Garantia de espaçamentos adequados (mínimo de 1,50m) em corredores e ambientes de uso coletivo como salões de exposição e auditórios;
- ✓ Manutenção dos corredores e acessos livres de obstáculos (cestos de lixo, painéis de propaganda e bancadas) que possam impedir ou prejudicar a circulação de pessoas;
- ✓ Portas com larguras superiores a 80 cm; portas e banheiros com espaços suficientes acesso de cadeira de rodas;
- ✓ Existência de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- ✓ Instalação de elevadores com dimensões adequadas aos portadores de necessidades especiais;
- ✓ Contratação ou qualificação de docentes e funcionários para o atendimento aos portadores de deficiência físico-motora.

Para estudantes com deficiência visual, por meio de solicitação compromete-se formalmente proporcionar sala de apoio, desde o acesso até a conclusão do curso, contendo:

- ✓ Impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- ✓ Gravador e fotocopadora que amplie textos;
- ✓ Software de ampliação de tela;
- ✓ Equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal;
- ✓ Lupas, régua de leitura;
- ✓ Scanner acoplado a um computador;
- ✓ Acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras, para uso didático (aquisição gradual, conforme a demanda).

Para os estudantes com deficiência auditiva, por meio de solicitação compromete-se proporcionar formalmente desde o acesso até a conclusão do curso:

- ✓ Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do estudante;
- ✓ Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- ✓ Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às disciplinas do curso em que o estudante estiver matriculado;

- ✓ Acesso aos professores de literatura e materiais de informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

No caso da garantia do aprendizado aos portadores de necessidades especiais auditivas, a Faculdade Ilapeo oferecerá intérprete, em horário integral, para os estudantes solucionarem suas dúvidas com os professores. Também oferecerá capacitação em LIBRAS para funcionários da Secretaria e Biblioteca, visando o melhor atendimento aos estudantes. O mesmo se aplicará aos processos seletivos, conforme o caso.

Caberá ao *Apoio Psicopedagógico*, desde o momento da matrícula, realizar entrevistas identificando as necessidades dos estudantes a fim de tomar as devidas providências como, por exemplo, carteiras especiais ou intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Em atendimento à disposição legal da Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, a Faculdade Ilapeo prevê a oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS em seus cursos como disciplina optativa ou obrigatória, conforme o caso.

IX. PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

O planejamento financeiro e orçamentário da Instituição visa ao bom emprego dos recursos nas atividades e objetivos da Faculdade Ilapeo, dispostos no plano de desenvolvimento institucional.

No planejamento são definidas as diretrizes e políticas previstas no PDI, no que diz respeito ao patrimônio, gestão de pessoas e projetos de desenvolvimento da Instituição, elaborando-se planilha de custos de cada operação para manutenção e implementação de ações acadêmicas e administrativas.

O plano também engloba a análise da viabilidade econômico-financeira dos planos, programas e projetos acadêmicos desenvolvidos no âmbito institucional.

1. POLÍTICA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Para viabilidade do planejamento, o Mantenedor da Faculdade Ilapeo tem como política estabelecer estratégias de gestão para o desenvolvimento econômico-financeiro de sua Mantida.

Nessa política, têm-se como prioridade as atividades de ensino, pesquisa e extensão assegurando-se os recursos financeiros cabíveis e necessários e pondo-se à disposição da Instituição bens imóveis, móveis, equipamentos e demais recursos necessários para o efetivo funcionamento da Faculdade Ilapeo.

São diretrizes da política financeira e orçamentária:

- ✓ desenvolver o planejamento financeiro e orçamentário resultante de um processo participativo da Direção e Gestores, incluindo plano semestral, anual e para um horizonte de cinco anos, atualizado periodicamente;
- ✓ analisar os preços dos serviços educacionais no setor educacional da região;
- ✓ levantar os custos operacionais para a manutenção de cursos e programas;
- ✓ ampliar o quadro de colaboradores em atendimento às demandas institucionais;
- ✓ ampliar a infraestrutura conforme cronograma de expansão da Instituição;
- ✓ desenvolver programas e projetos institucionais.

A gestão orçamentária, patrimonial e financeira da Instituição caberá aos membros da Direção, que receberão as requisições dos demais órgãos da Instituição

para procederem à aprovação, mediante análises das receitas e despesas, previstas ou não, no plano orçamentário.

2. ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O mantenedor da Faculdade Ilapeo promoverá adequadas condições de funcionamento das atividades, prioritariamente aquelas que dizem respeito ao ensino, colocando à disposição os bens imóveis, móveis e equipamentos necessários, assegurando os suficientes recursos financeiros de custeio.

Com o objetivo de viabilizar as ações acadêmicas, a Instituição adotará como estratégia de gestão o planejamento econômico-financeiro a partir dos seguintes indicadores:

- ✓ análise do desempenho econômico-financeiro da Instituição para os próximos 6 (seis) anos;
- ✓ análise do comportamento do mercado financeiro;
- ✓ análise dos preços dos serviços educacionais nas outras instituições da região;
- ✓ levantamento dos custos operacionais e dos investimentos necessários ao cumprimento do plano de expansão, melhoria e consolidação do curso de graduação e programas de pós-graduação, das atividades de pesquisa/iniciação científica e extensão, com ênfase para os seguintes aspectos:
 - contratação e capacitação dos recursos humanos (professores e pessoal não-docente), além da estruturação de um plano de carreira para todos os colaboradores;
 - aquisição do acervo da biblioteca específico para os cursos a serem implantados;
 - aquisição de equipamentos e aparelhos para os laboratórios e serviços técnicos, sobretudo, recursos de computação e informática;
 - adequação e ampliação da infraestrutura física e de apoio e adequação aos requisitos de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais;
 - implementação e consolidação do processo de avaliação institucional.

A Mantenedora realizará a gestão orçamentária, patrimonial e financeira da Instituição a ser credenciada, delegando-as, no todo ou em parte, aos membros da Diretoria e aprovando as decisões dos Órgãos Colegiados que importem em aumento de despesas ou custos, previstos ou não, no plano orçamentário, conforme diretrizes normativas. Previsão orçamentária e cronograma de execução

O plano de previsão orçamentária estabelece que o total de recursos destinados para investimentos são distribuídos da seguinte forma:

- ✓ infraestrutura (salas de aula, laboratórios, acervo de biblioteca);

- ✓ atividades de extensão;
- ✓ programas iniciação científica;
- ✓ capacitação docente;
- ✓ avaliação institucional;
- ✓ treinamento de pessoal técnico administrativo;
- ✓ apoio às atividades acadêmicas internas e externas, na participação de congressos e seminários à comunidade acadêmica.

Para tais programas e projetos serão investidos recursos com pagamento de salários dos docentes e de pessoal técnico de apoio, equipamentos e aparelhos para laboratórios e serviços e acervo da biblioteca. O detalhamento está organizado no Planejamento Econômico e Financeiro.

As despesas foram constituídas da seguinte maneira:

- ✓ Administrativa – pessoal: valores previstos, calculados com base no salário médio do pessoal administrativo atual, considerando-se a necessidade de novas contratações e previsão de correção salarial de acordo com acordos, convenções e dissídios das respectivas categorias;
- ✓ Acadêmica – pessoal: valores previstos, calculados com base no salário-hora médio vigente, considerando-se a previsão de correção salarial de acordo com cada categoria e a necessidade de novas contratações.
- ✓ Juros: são os valores previstos em conformidade com a necessidade futura de financiamento de curto e longo prazos.
- ✓ Amortizações: foram considerados os valores de empréstimos de longo e curto prazos, com previsão de amortização no período.
- ✓ Outras: são valores previstos destinados às despesas com conservação, consumo, instalações, energia elétrica, telefone, assessorias, seguros de prédios e outros itens necessários à manutenção das atividades da Instituição.

O orçamento de investimento elaborado pela Diretoria, o qual discrimina os valores por projeto e por mês, considera os valores previstos e atualizados em seu respectivo planejamento financeiro durante a vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os investimentos serão aplicações de recursos em empreendimentos e/ou melhorias que beneficiarão exercícios futuros, por exemplo: construção de novos edifícios, reformas, aquisições de imóveis, parcerias com novas IES e ou outras organizações, etc.

X. VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO PDI

1. METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO

A Faculdade, utilizará as ferramentas de qualidade em gestão, o PDCA (Planejamento, Execução, Verificação e Ação Corretiva), que é altamente recomendável para a implementação do PDI.

O PDCA é um ciclo que se repete cada vez que o processo é alterado, sendo um método gerencial composto de quatro fases básicas: *Plan-Do-Check- Action*:

- ✓ P (*Plan*) Planejamento: definir as metas; definir os métodos que permitirão atingir as metas propostas.
- ✓ D (*Do*) Execução: educar e treinar; executar a tarefa.
- ✓ C (*Check*) Verificação: Verificar os resultados.
- ✓ A (*Action*) Ação Corretiva: Atuar corretivamente.

O PDCA é a descrição da forma como as mudanças devem ser realizadas em uma organização de qualidade. Não inclui apenas os passos do planejamento e implementação de uma mudança, mas também a verificação se as alterações produziram a melhoria desejada ou esperada, agindo de forma a ajustar, corrigir ou efetuar uma melhoria adicional com base no passo de verificação.

2. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PDI

O cronograma de implantação do PDI está apresentado a seguir (tabela 52):

Tabela 52 – Cronograma de implantação do PDI.

DESCRIÇÃO DOS PASSOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
1. Designar uma Comissão para implantação do PDI.	Diretor	ANO I
2. Divulgar os objetivos, metas e ações estabelecidas no PDI a toda comunidade acadêmica com objetivo de sensibilização e arregimentação de colaboradores.	CPA	ANO I
3. Definir responsáveis pelas ações já estabelecidas no PDI.	Diretor/CPA	ANO I
4. Identificar a necessidade de treinamento por parte dos responsáveis pelas ações.	CPA	ANO I

DESCRIÇÃO DOS PASSOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
5. Liberar Recursos para Treinamento.	Mantenedora	A partir do ANO I
6. Identificar recursos necessários e estabelecimento de prazos para a execução das ações.	Mantenedora/Direção/CPA	A partir do ANO I
7. Executar/Monitorar o processo.	CPA	Até ANO V
8. Garantir o alcance das metas.	Mantenedora/Direção/CPA	Até ANO V

O processo de planejamento apresentado está caracterizado por ser flexível, gradativo, contínuo e participativo, exigindo ao longo do tempo correlação entre a profundidade e amplitude das ações planejadas e o grau de intervenção na unidade.

Dentro dessa ótica, os acontecimentos evoluirão de forma gradativa e integrada, possibilitando procedimentos de maior eficácia, assim o PDI é:

- ✓ Gradativo porque a evolução dos procedimentos repousa sobre os recursos da Unidade, ao longo das fases de implantação e condiciona a ampliação e o aprofundamento das ações.
- ✓ Contínuo porque cada nova fase sempre englobará os procedimentos e as ações da fase precedente. Além disso, cada nova fase será planejada já durante a implementação da fase anterior, não existindo interrupção entre elas.
- ✓ Flexível porque sua estrutura apresenta a possibilidade de agregar novos procedimentos e eventuais correções durante a implementação de qualquer das fases. As ações de reavaliação efetuadas durante a implantação do Plano indicarão a necessidade de se fazer, ou não, tais correções.
- ✓ Participativo porque sua elaboração prevê o envolvimento da entona da Faculdade, visando à cooperação das populações vizinhas e a melhoria da sua qualidade de vida.

Os envolvidos da Instituição, da sociedade em geral terão sua participação assegurada, visando a atingir um maior sucesso na consecução dos objetivos propostos.

Nesse processo faz-se necessário programar ações que venham a possibilitar a formação de conceitos, o delineamento de propostas, a retroalimentação do processo, a mudança ou reafirmação de paradigmas, como condições de construção da situação pretendida e de superação da situação atual.

A passagem de uma fase para outra ocorrerá quando houver um bom grau de implementação das ações previstas, especialmente aquelas que são pré-requisitos para a fase seguinte. A disponibilidade de recursos necessários para proceder-se a mudança de fase também é fator condicionante neste processo.

XI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 04/02/2013.

BRASIL. **Lei nº 10.861/2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 04/02/2013.

BRASIL. **Lei nº 11.788/2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 60 da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 04/02/2013.

BRASIL. **Presidência da República**. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em 23 de mar. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.296/2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 04/02/2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.773/2007**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm. Acesso em: 04/02/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40/2007**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>. Acesso em: 04/2/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de educação superior (Faculdade)**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (2011-2022)**. Brasília, DF, 2010.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **Metodologia de ensino superior**: saberes e fazeres da/para a prática docente. Maceió: EDUFAL, 2009.

SANTOMÉ, Jurgo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GUIMARÃES; Carvalho e Silva. **Saneamento básico**.

<http://www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/ApostilaIT179/Cap1.pdf>. Acesso em 23 de mar. 2013.

SANTOS, Juliana Mariani; LAHM, Regis Alexandre; BORGES, Regina Maria Rabelo. O sensoriamento remoto como recurso para a educação científica e tecnológica. In. BASSO, Nara Regina de Souza; ROCHA FILHO, João Bernardes. **Propostas interativas**: na educação científica e tecnológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

POZO, J. I. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

FERNANDES JD, Ferreira SLA; OLIVA R, Santos S. **Diretrizes estratégicas para a implantação de uma nova proposta pedagógica na Escola de Enfermagem da Universidade da Federal da Bahia. Rev. Enfermagem**. 2003;56(54):392-395.

VENTURILLA, J. **Educación médica**: Nuevos Enfoques, Metas y Métodos. Washington: Organización Panamericana de Salud, 2000.

MAMEDE S, Penaforte J.; SCHMIDT H, Captara A.; TOMAZ JÁ, Sá H, organizadores. **Aprendizagem baseada em problemas**: anatomia de uma nova abordagem educacional. Fortaleza: Escola de Saúde Pública; São Paulo: Hucitec; 2001.

ALARCÃO, I; TAVARES, J. Paradigmas de Formação e Investigação no Ensino Superior para o Terceiro Milênio. In. ALARCÃO, I (Org.). **Escola Reflexiva e Nova Racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001, 144 p.

ANASTASIOU, L.; ALVES, L. P. (Org.) **Processos de ensinar na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em sala. Joinville: Nivele, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Sites

<http://www.mec.gov.br/>

<http://www.inep.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ipea.gov.br/portal>

<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=27>

<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>

<http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=77>

<http://emdiv.com.br/pt/brasil/obrasil/2999-parana-geografia-historia-e-cultura.html>